

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Luana Passos De Souza

**Normas de Gênero: Constrangimentos e Limitações na Atuação
Econômica Feminina**

Niterói
2018

LUANA PASSOS DE SOUZA

Normas de Gênero: Constrangimentos e Limitações na Atuação Econômica
Feminina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Economia da Universidade Federal
Fluminense como requisito para obtenção do
título de Doutora em Economia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky

Co-orientadora: Prof^ª. Dra. Danielle Carusi Machado

Niterói

2018

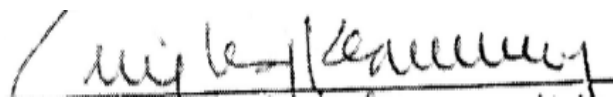
LUANA PASSOS DE SOUZA

Normas de Gênero: Constrangimentos e Limitações na Atuação Econômica
Feminina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense como requisito para obtenção do título de Doutora em Economia.

Aprovada em: 31 de outubro de 2018.

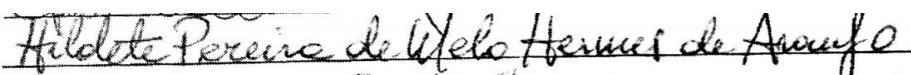
BANCA EXAMINADORA:



Prof.ª. Dra. Celia de Andrade Lessa Kerstenetzky- Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ



Prof.ª. Dra. Danielle Carusi Machado-Co-orientadora
Universidade Federal Fluminense- UFF



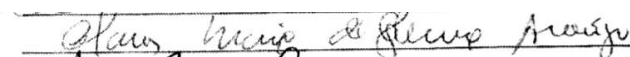
Prof.ª. Dra. Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo
Universidade Federal Fluminense- UFF



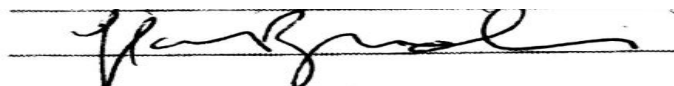
Prof. Dr. Fábio Domingues Waltenberg
Universidade Federal Fluminense- UFF



Prof.ª. Dra. Moema de Castro Guedes
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro-UFRRJ



Prof.ª. Dra. Clara Maria de Oliveira Araújo
Universidade Estadual do Rio de Janeiro -UERJ



Prof.ª. Dra. Flávia Millena Biroli Tokarski
Universidade de Brasília-UNB

FICHA CATALOGRÁFICA

Passos de Souza, Luana

Normas de gênero: constrangimentos e limitações na atuação econômica feminina. Luana Passos de Souza. –Niterói, 2018, 130f.

Orientadora: Celia de Andrade Lessa Kertenetzky

Co-orientadora: Danielle Carusi Machado

Tese (Doutorado em Economia), Universidade Federal Fluminense, Departamento de Economia, 2018.

1. Gênero. 2 Feminismo. 3 Mercado de trabalho. I Kestenetzky, Celia de Andrade Lessa; Machado, Danielle Carusi. II Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Economia. III Título.

À minha família, com amor, admiração e gratidão por sua compreensão, carinho, presença e incansável apoio ao longo do período de elaboração deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Esses agradecimentos não poderiam ganhar sua materialidade em outro lugar que não Brasília, na qual, durante o trajeto desse doutorado, minhas idas e vindas, amores e ódios foram sempre uma constante. Nada mais justo do que os meus agradecimentos se iniciarem a essa cidade, que de modo contraditório me fez viver as alegrias e tristezas de se tornar doutora.

Alçar a titulação de doutora era uma realidade pouco condizente com minhas condições materiais e sociais: mulher, negra, pobre, nordestina, da zona rural. Contudo, as transformações experimentadas pelo país, na última década, tornaram possível para pessoas como eu ocupar esse espaço. Portanto, a esse projeto de nação meus agradecimentos.

Um leque muito amplo de pessoas, fatos, experiências, oportunidades delineou a realização desse sonho e, diante de tantos atores relevantes, agradeço a todos que, de algum modo, contribuíram e torceram por mim.

Em muitos momentos achei que não conseguiria concretizar esse doutorado. Não ter, de início, uma bolsa que me possibilitasse manter os estudos em uma cidade bela e cara chamada Niterói- por quem eu tenho imenso carinho e apego- foi um deles. Mas, como diz a minha mãe todas as coisas contribuem em alguma medida para nosso bem, e como sempre faz meu pai olhe o lado bom dos desastres. Para esse primeiro momento e em todos os outros, meu eterno agradecimento aos meus pais, que de modo incondicional me apoiaram e disseram que eu ia ser doutora custasse o que custasse. Esse título é em muito fruto do apoio, carinho e compreensão de vocês.

E aquilo que à primeira vista me pareceu a negação de dar prosseguimento ao doutorado, não ter uma bolsa de estudos, foi na verdade o início de uma bela trajetória de aprimoramento, crescimento e qualificação profissional e pessoal. E a isso eu devo muito a Ana Cleusa Mesquita que me selecionou para ser bolsista do Ipea, e durante quase dois anos gentilmente compartilhou seus saberes e experiências comigo, sendo peça fundamental na pesquisadora que hoje eu sou. Muito obrigada Ana por ter aberto as portas do Ipea para mim, e ter sido sempre paciente, amiga e acolhedora.

O Ipea merece meus agradecimentos em diversos aspectos. A instituição ofereceu todo apoio para minha qualificação enquanto pesquisadora, e mesmo quando me desvinculei do órgão enquanto bolsista, o apoio continuou sendo eu agraciada com a possibilidade de ser pesquisadora visitante do Ipea.

Falar do Ipea para mim é mais do que enaltecer a instituição em sua competência, é falar de seus pesquisadores que de modo tão amigo me acolheram em minha passagem como Ipeana. Meus agradecimentos aos pesquisadores da DISOC por todo conhecimento e experiência de pesquisa compartilhada. Muitos pesquisadores me apoiaram na elaboração da tese a quem quero deixar meus agradecimentos: Fernando Gaiger; Letícia Bartholo; Natália Fontoura; Fabíola Sulpino; Daniel Lopes; Carlos Corseuil; Luis Henrique; Fábio Monteiro; Rafael Osório e Pedro Herculano.

Para além do aprimoramento como pesquisadora o Ipea me trouxe muitos amigos que foram imprescindíveis para a conclusão dessa etapa. Meu agradecimento à amizade, conversas e encorajamento de: Ana Cleusa; Andrea Barreto; Luciana Jaccoud; Alexandre Arbex; Letícia Bartholo; Antonio Claret; Luis Henrique; Marcia; Fabíola Sulpino; Antonio Teixeira; Fernanda Goes; Marcelo Galiza; Roberto Gonzalez; José Ribeiro; Natália Fontoura, Leonardo Rangel; Rogério Nagamini; Aline Diniz; Gracielle Ansiliero; Roberta da Silva, Edvaldo Batista e demais.

Aos amigos do coletivo de bolsistas do Ipea, em especial Marina e Bruna, muito obrigada pela luta conjuntamente construída.

A Luciana Porto, Leonardo Rauta, Daniel Lopes, José Gontijo, Juliana Veloso, Igo Ribeiro, Raissa Menezes, e Marina meus agradecimentos muito sinceros pelos momentos compartilhados, queixas ouvidas e alegrias divididas.

Dos queridos do Ipea Fernando Gaiger merece um agradecimento especial. Fernando é um dos loucos mais brilhantes que tive o prazer de conhecer em minha passagem pelo Ipea, e hoje é imensa alegria poder chamá-lo de amável amigo.

Agradeço também a Uniceub que me possibilitou experiência à docência. E agradeço aos demais espaços profissionais como a OIT, e os sempre gentis ensinamentos de Luis Fujiwara, e no IPC-IG a todo a sua equipe de pesquisa. Dentre os amigos IPC-IG agradeço especial a Solange Ledi e Charlotte Bilo as conversas, dúvidas tiradas e momentos compartilhados.

Mas todas essas ricas experiências profissionais não teriam sido possíveis sem a compreensão das minhas orientadoras em relação a minha ausência física durante um período do doutorado. Sou imensamente grata por terem me apoiado em minha trajetória profissional e terem sempre acreditado que conseguiria terminar a tese, a despeito das diversas atividades que participei. À minha orientadora Celia Lessa Kerstenetzky tenho que agradecer a inspiração que suas pesquisas me trouxeram, e suas sempre preciosas sugestões e melhoramentos em meu trabalho. Ao findar essa pesquisa consigo perceber que seu rigor fez com que eu me dedicasse com mais afinco, afeiçoado uma tese mais acurada. À minha co-orientadora Danielle Carusi Machado, carinhosamente conhecida como Dani, meus sinceros agradecimentos por todos os ensinamentos econômicos, dúvidas tiradas em locais de não trabalho como no supermercado, no meio da rua, etc., e todo suporte que vem me dando em métodos quantitativos desde o mestrado. Obrigada Dani por “salvar” os meus modelos e pela constante atenção e gentileza que sempre me dispensou.

Falando em processo de orientação não poderia deixar de agradecer a Fábio Waltenberg meu orientador de mestrado. Serei sempre grata a Fábio por ter me feito adentrar na pesquisa empírica e ter me dado suporte para tanto. Hoje, em especial, agradeço a amizade que me dispensa, os conselhos sempre sábios e a paciência em que tem em eu tê-lo sempre como meu mentor acadêmico. Nesse sentido, professora Hildete Melo também desempenha um papel importante em minha trajetória, sempre contribuindo com minhas pesquisas desde o mestrado. Obrigada Hildete por fazer parte da construção do meu saber feminista.

A meu Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE), agradecimentos infinitos, na pessoa da Fabiane, Rafael e Clarice. Fabi merece um profundo agradecimento, por todo suporte que me deu desde o mestrado e todas as questões burocráticas que equacionou.

A toda equipe de professores que com excelência me transmitiram seus saberes, muito obrigada. Agradecimento especial à professora Ana Urraca, que sempre me fez sentir acolhida em uma terra que não era minha.

A Alessandra Scalioni pelos ensinamentos no modelo de decomposição da renda, e sempre solicita em tirar dúvidas e me ajudar.

Agradecimento a CAPES e Faperj por terem financiado a parte final da minha pesquisa, possibilitando assim a conclusão da tese.

Aos meus fisioterapeutas, Franklin, Dana, Dani, Dea, e meu terapeuta Rives, obrigada.

E após essa extensa lista de agradecimentos que engendra o profissional com o pessoal quero me centrar na gratidão a pessoas queridas que me deram suporte emocional.

A minha querida irmã imensa gratidão por ter aguentado todos os meus choros, desesperos infundados, reclamações constantes, em especial minha perene incerteza que chegaria lá. Obrigada por estar sempre presente e me apoiar de forma incondicional.

A minhas tias e tios pelo apoio (Neide, Josy, Ely, Marly), em especial tio Kote pela infraestrutura concedida no momento de finalização dessa pesquisa.

A meu amigo Rodrigo Lopes não tenho palavras para descrever minha gratidão. Só tenho a certeza que não teria chegado ao fim dessa fase sem o apoio dele, sem cada vez que me abrigou na sua casa e fez dela minha também. Se tudo tivesse dado errado em Brasília, que não foi caso, não teria sido em vão minha estadia aqui. Afinal, conhecer Rodrigo vale qualquer dor que as minhas idas e vindas a Brasília tenham causado.

A meu amigo Alan Scarpari imensa gratidão pelo carinho, amizade, e abrigo que vem desde o mestrado. Em um dos momentos mais difíceis do doutorado sua mão estendida me deu coragem para ir em frente, sabendo que eu tinha com quem contar. Suas ações durante meu doutorado me revelavam continuamente o tamanho da sua nobreza, e eu sou muito feliz de tê-lo como amigo.

A minha amiga Larissa Peixoto pela dedicação, carinho e conselhos que faziam meus estresses com a tese mais leves. Por sempre me fazer perceber o valor da vida, obrigada.

Aos demais amigos de Brasília Bruno, Rafa, Rodolfo, Clara imensa felicidade ter convivido com vocês e ter aliviado a tensão do doutorado em momentos de curtição e alegria.

As repúblicas que morei e as pessoas com quem compartilhei um lar muito obrigada, em especial Rafael, Renato, Renan, Marla, Carol, Ernesto, Bernadete, Rodrigo, Lucília.

Ao pessoal da dança, em especial professor Pedro Saulo, que coloriram em tons mais alegres meus dias, obrigada. E a Luciana Porto minha amiga de dança, de conversas e de muitas alegrias, um agradecimento especial.

A minha amiga Niágara, pelo apoio desde o mestrado, pelos conselhos e ensinamentos compartilhados, obrigada.

A Comuna Nordestina, casa que nunca morei, mas que sempre foi o meu lar, agradecimentos sem medidas. Sei que terei sempre um abrigo com Hugo, Lucas, Flávia, Maria, Angélica.

A minha especial amiga Maria José os agradecimentos não cabem no espaço da tese. Não tenho dúvidas de que esse doutorado não seria possível sem todos os socorros que Maria me deu, todos os problemas burocráticos que resolveu e todo abrigo que sempre me ofereceu.

A minha amiga Angélica, pelo apoio incondicional durante todo esse doutorado e por toda força e sabedoria dispensada. Seus ensinamentos de mulher negra me conscientizaram da relevância desse título para nosso povo, obrigada por ascender a memória das nossas raízes.

Ao meu querido amigo Dyeggo Guedes, eterno agradecimento pelo porto seguro que representa. Seus conselhos e ouvidos sempre atento as minhas angustias tornaram essa fase da vida menos dolorida.

A amiga Ana Lucia pelo carinho compartilhado, pelos passeios vividos e experiências trocadas. E Sílvio pelo apoio, amizade e contínuo incentivo e crença no meu sucesso profissional.

A minha amiga Joice, que desde o colégio faz parte da minha vida, obrigada pelo apoio, carinho, e conselhos com boa medida.

A Maria Emília e Jean Claude afetuosos agradecimento pela acolhida como filha. Vocês tornaram meus dias mais felizes e aconchegantes, nessa tão sofrida trajetória.

Aos amigos da UEFS, pelo apoio sempre dispensado e pela confiança de que eu chegaria lá. Andreia, Dyeggo, Daniel, Divaldo, Romilson, Bruno, Vitor, Roberta, Késsia, sem o carinho e as energias positivas de vocês, teria sido mais difícil a realização desse sonho.

A Codeplan por permitir chegar ao fim do doutorado empregada como pesquisadora. Agradecimento aos meus chefes Larissa e Bruno pela compreensão, e a Pedro e Renato a agradável companhia nesse período de finalização.

A Deus eterna gratidão por toda força, paciência e esperança concedida ao longo dessa jornada.

LISTA DE SIGLAS

BPC- Benefício de Prestação Continuada
CLT- Consolidação das Leis do trabalho
EUA- Estados Unidos da América
FFF- Firpo, Fortin e Lemieux
IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
ILPI- Instituições de Longa Permanência para Idosos
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MQO- Mínimos Quadrados Ordinários
PME- Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD-Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PBF- Programa Bolsa Família
PSF- Programa Saúde da Família
PEC-Proposta de Emenda à Constituição
RAIS- Relação Anual de Informações Sociais
SENARC- Secretária Nacional de Renda e Cidadania

LISTA DE TABELAS

ENSAIO 1

Tabela 1- Local onde as crianças ficam durante o dia, Brasil 2015.....	37
Tabela 2- Motivos para as crianças de 0 a 4 anos permanecerem naquele local durante o dia..	39
Tabela 3-Matrículas no Ensino Regular e Especial, por Nível e Regime de Tempo, Brasil 2015.....	40
Tabela 4-Público atendido e recursos do Bolsa Família.....	44
Tabela 5- Porcentagem de domicílios cadastrados no Programa Saúde da Família, 2013.....	46
Tabela 6- Número de vezes que os domicílios foram visitados pela equipe Saúde da Família nos últimos 12 meses.....	47
Tabela 7- Instituições de Longa Permanência, por porte dos municípios, Brasil, 2009.....	48
Tabela 8- Quantitativo de Centros-Dias e Centros de Convivência, 2016.....	49
Tabela 9- Público atendido e recursos do Benefício de Prestação Continuada, 2018.....	50

ENSAIO 2

Tabela 1-Estatísticas descritivas de variáveis domiciliares.....	75
Tabela 2-Estatísticas descritivas de variáveis pessoais.....	76
Tabela 3- Efeitos marginais da participação no mercado de trabalho de mulheres e homens com cônjuge (<i>Probit</i> Bivariado), 2015.....	77
Tabela 4-Coefficientes da participação no mercado de trabalho de mulheres e homens com cônjuge (<i>Probit</i> Bivariado), 2015.....	88

ENSAIO 3

Tabela 1- Diferença de rendimento médio de homens e mulheres, de 15 a 55 anos, por percentil de renda e setor.....	104
Tabela 2- Proporção de ocupações das pessoas, de 15 a 55 anos, por sexo e setor.....	105
Tabela 3- Proporção de atividades das pessoas, de 15 a 55 anos, por sexo e setor.....	106
Tabela 4- Horas médias trabalhadas semanais por homens e mulheres, por percentil e setor.....	106

Tabela 5- Horas médias de afazeres domésticos semanais por homens e mulheres, por percentil e setor.....	107
Tabela 6- Jornada total de horas semanais trabalhadas por homens e mulheres, por percentil e setor.....	107
Tabela 7- Decomposição Oaxaca-Blinder do <i>gap</i> salarial de gênero, Brasil, 2015.....	108
Tabela 8- Decomposição dos quantis do <i>gap</i> salarial de gênero, Brasil, 2015.....	109
Tabela 9- Decomposição Oaxaca-Blinder do <i>gap</i> salarial de gênero do setor público, Brasil, 2015.....	110
Tabela 10- Decomposição Oaxaca-Blinder do <i>gap</i> salarial de gênero do setor privado, Brasil, 2015.....	111
Tabela 11- Decomposição dos quantis do <i>gap</i> salarial de gênero do setor público, Brasil, 2015.....	112
Tabela 12- Decomposição dos quantis do <i>gap</i> salarial de gênero do setor privado, Brasil, 2015.....	113
Tabela 13- Síntese da revisão da literatura nacional (Decomposição agregada)	122
Tabela 14- Síntese da revisão da literatura internacional (Decomposição agregada)	123
Tabela 15- Síntese da revisão da literatura nacional (Decomposição detalhada)	124
Tabela 16- Síntese da revisão da literatura internacional (Decomposição detalhada)	125

LISTA DE GRÁFICOS

ENSAIO 1

Gráfico 1- Taxa de participação econômica das mulheres de 16 anos ou mais de idade, Brasil, 1995 a 2015.....	24
Gráfico 2- Proporção de matrículas no ensino integral, Brasil, 2013-2017.....	41
Gráfico 3- Progressão de escolas no Mais Educação – 2011 a 2014 (em milhares)	42
Gráfico 4- Instituições de Longa Permanência no Brasil, 2009.....	48
Gráfico 5- Idosos aposentados ou pensionistas, Brasil, 2015.....	50

ENSAIO 3

Gráfico 1-Proporção de homens e mulheres, de 15 a 55 anos, por percentil de renda e setor.....	103
Gráfico 2- Escolaridade média de homens e mulheres, de 15 a 55 anos, por percentil e setor.....	104
Gráfico 3- Idade média de homens e mulheres, de 15 a 55 anos, por percentil e setor.....	105

LISTA DE QUADROS

ENSAIO 1

Quadro 1- Projeções populacionais por grupo de idade (idosos), 2016-2036.....	25
Quadro 2- Projeções populacionais por grupo de idade (crianças), 2016-2036.....	27
Quadro 3- Síntese das tipologias.....	35
Quadro 4- Classificação do Brasil nas tipologias de Esping-Andersen (1999), Leitner (2003), e Saraceno e Keck (2010)	52

ENSAIO 2

Quadro 1- Descrições das variáveis utilizadas na estimação.....	74
Quadro 2- Revisão da literatura empírica nacional.....	86
Quadro 3- Revisão da literatura empírica internacional.....	87

ENSAIO 3

Quadro 1- Descrições das variáveis utilizadas nas estimações.....	102
---	-----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
ENSAIO 1-REGIME DE CUIDADOS: TIPOLOGIAS APLICADAS AO CASO BRASILEIRO	
.....	19
1. Introdução.....	20
2. Provisão de cuidados: uma problemática a ser equacionada.....	21
2.1 Debate Teórico.....	21
2.2 Movimento dos cuidados no Brasil.....	24
3. Estado de Bem-Estar Social e os regimes de cuidados.....	29
4. Políticas de cuidados no Brasil.....	36
4.1 Cuidado às crianças.....	36
4.1.1 Cuidado formal.....	36
4.1.2 Licença para o cuidado.....	42
4.1.3 Subsídio ao cuidado.....	44
4.2 Cuidado aos idosos.....	45
4.2.1 Cuidado formal.....	45
4.2.2 Subsídio ao cuidado.....	49
4.3 Regime brasileiro de cuidados.....	51
5.Considerações Finais.....	53
Referências.....	55
ENSAIO 2- DETERMINANTES DO TRABALHO PRODUTIVO NO BRASIL: AS NORMAS DE GÊNERO E A DECISÃO INTRAFAMILIAR.....	61
1.Introdução.....	62
2.Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho: uma revisão.....	63
3.Economia feminista: crítica à <i>New Home economics</i>	67
4.Metodologia.....	72
4.1Abordagem econométrica.....	72
4.2 Base de dados.....	74
5.Resultados.....	75
5.1Estatísticas descritivas.....	75
5.2Apresentação e discussão dos resultados.....	76
6.Considerações Finais.....	81

Referências.....	83
Apêndice 1.....	86
ENSAIO 3- DIFERENCIAIS SALARIAIS DE GÊNERO NO BRASIL: UM CONTRAPONTO ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO.....	89
1. Introdução.....	90
2. Penalidades das normas de gênero: pistas para a compreensão do diferencial salarial.....	91
3. <i>Gap</i> salarial de gênero: uma revisão empírica.....	96
4. Metodologia.....	99
4.1 Base de dados.....	99
4.2 Método.....	100
4.3 Variáveis do modelo.....	102
5. Resultados.....	103
5.1 Análise descritiva das assimetrias de gênero.....	103
5.2 Resultados da decomposição salarial de gênero.....	108
6. Considerações Finais.....	116
Referências.....	117
Apêndice 2.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128

INTRODUÇÃO

As normas de gênero são construídas histórica e culturalmente nas relações sociais assimétricas e nas relações de poder nas sociedades. Nessa modelagem de funções sociais assimétricas coube à mulher a invisibilidade ou um espaço subordinado aos homens na sociedade. Por trás do discurso de que as mulheres têm personalidade amorosa, frágil, protetora escondem-se concepções patriarcais que identificam a mulher com a função de cuidadora. Essa atribuição “naturalizada” do cuidado ao ser feminino vem marcando desvantagens históricas para atuação social das mulheres, uma vez que o cuidado restringe a disposição e o tempo das mulheres para a vivência fora da família. E nem mesmo os avanços do Estado na promoção da cidadania inclusiva, com a constituição e consolidação de Estados de Bem-Estar Social, foram capazes de equacionar as desvantagens experimentadas pelas mulheres em sua sociabilidade.

Em que pese o cuidado ser inerente à existência humana, e, portanto, balizador das relações em sociedade, os Estados de Bem-Estar Social lidam de modo muito distinto com as problemáticas que se assentam nas demandas de cuidado e seus reflexos para atuação econômica e social das mulheres. Os Estados de Bem-Estar apresentam grande variedade nas ações de apoio ao cuidado e sua intermediação com o trabalho remunerado, podendo as funções de cuidar ser encaradas como de responsabilidade primária das famílias, como serviço a ser ofertado no mercado privado, como competência estatal ou interações entre estes, que podem ter pesos bem distintos para cada componente social provedor do cuidado. As sociedades que contam com uma oferta mais robusta de políticas públicas de cuidados são amigáveis à individualização das mulheres, possibilitando o seu desenvolvimento profissional. As que têm uma oferta canhestra de provisão pública deixam as mulheres na berlinda, na difícil articulação entre as atividades produtivas e reprodutivas.

Enquanto um pacto social no qual mulheres, homens e Estado se responsabilizam mutuamente pela reprodução da sociedade não é firmado, as mulheres têm sua trajetória profissional prejudicada devido às normas de gênero que perpetuam uma desigual divisão sexual do trabalho. Essa divisão, fincada em relações sociais assimétricas, configurou e ainda hoje define espaços e funções distintas para homens e mulheres na sociedade, estando os primeiros destinados a vida produtiva, política e os espaços de poder e as últimas o reinado no lar. Conquanto, a divisão sexual do trabalho que outrora restringia as mulheres ao espaço

privado hoje percebe-se uma ressignificação, na qual se abrem brechas para a atuação econômica feminina, mas não são revistas suas obrigações de provisão de cuidados familiares. A provisão de cuidado e os estereótipos de gênero que desqualificam a força de trabalho feminina ainda têm reflexos na atuação econômica das mesmas em igualdade de condições que os homens, sendo perene o *gap* de participação, inserção e rendimento.

As transformações socioeconômicas, com ênfase na “nova” função social galgada pelas mulheres, e o movimento de envelhecimento populacional, todavia, pintam em outros tons as questões referentes aos cuidados. Há uma maior visibilidade da demanda social por cuidados que conjuntamente com atuação do movimento feminista pode, de modo favorável às mulheres, conduzir um novo pacto social no qual família (homens e mulheres), Estado e mercado promovam as atividades de cuidados de forma compartilhada, dada a insustentabilidade desse modelo no qual as mulheres se responsabilizam pela reprodução social.

As resilientes assimetrias que marcam a vida das mulheres têm ganhado visibilidade mundial, incluindo o destaque que as questões de gênero ganharam na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável¹. Entre os compromissos assumidos nessa agenda encontram-se a promoção da igualdade de acesso à educação de qualidade, recursos econômicos e participação política às mulheres, de modo a superar as desigualdades de gênero e afiançar os direitos femininos em âmbito global, regional e nacional.

A despeito das questões de gênero terem entrado na agenda mundial os avanços ainda são tímidos, com a posição das mulheres, em especial no mercado de trabalho, configurando uma grande distância em relação à dos homens. Lacunas de gênero são persistentes, a nível mundial, em um leque de indicadores laborais: as mulheres têm menor presença que os homens na força de trabalho; apresentam maiores propensões de ficarem desempregadas; têm maiores chances de encontrar-se inseridas em empregos sem proteção trabalhista; e ganham salários menores (OIT, 2018).

Posto isso, essa tese objetiva investigar as interfaces entre as normas de gênero e os constrangimentos na atuação econômica feminina para o cenário brasileiro. O intento é compreender como os estereótipos de gênero, que estabelecem o destino “natural” das mulheres à provisão de cuidados e proteção à família, erguem barreiras à participação feminina no mercado de trabalho e secundarizam a atuação laboral das mulheres com reflexos

¹ A Agenda 2030 representa um conjunto de programas, ações e diretrizes que servirão de guia para os trabalhos das Nações Unidas e de seus países membros rumo ao desenvolvimento sustentável.

em seus salários. Discursos ainda ecoam de que a menor atuação profissional, os tipos distintos de ocupação e o diferencial salarial de gênero são frutos das “preferências” femininas concernentes a sua atuação social, ou seja, as assimetrias de gênero se assentam nas escolhas das mulheres por maior dedicação à família, empregos de tempo parcial, não aceitação de cargos de chefia, entre outras decisões pessoais. O que fica escamoteado nesse debate é que as preferências não são isentas de influências sociais e nem sempre são empreendidas em contextos de plena liberdade. Assim, essa tese, por meio de três ensaios, procura desaguar em um rio comum: o dos efeitos das normas de gênero nos constrangimentos à atuação laboral feminina.

A investigação de como as normas de gênero podem interferir na atuação laboral feminina passa por uma compreensão mais aguçada da questão da provisão de cuidados. É relevante elucidar as problemáticas inerentes aos cuidados e os caminhos pelos quais os Estados de Bem-Estar Social lidam com essa questão, em especial como o Brasil auxilia os cidadãos na articulação entre o trabalho e a família, na medida em que o cuidado privado não remunerado é um dos maiores inibidores do desenvolvimento profissional feminino. A situação das mulheres no mercado de trabalho, portanto, nem se limita nem se encontra alheia ao regime de cuidados do país. Debruçar-se sobre essa problemática amplia a compreensão de duas perenes assimetrias laborais (atuação econômica e os salários), configurando o fio condutor desse trabalho.

A economia tradicional, de longa data, desconsidera ou desprestigia o mérito do trabalho reprodutivo e de quem os executa para o crescimento e desenvolvimento das sociedades. O trabalho de cuidar encontra diminuto espaço nos debates econômicos, perenizando uma miopia em relação à centralidade dos mesmos nas relações assimétricas de gênero no mercado de trabalho. Assim, o intento dessa tese é conceder relevo a crise de cuidados privados que se avizinha e os atuais efeitos das normas de gênero na vida das mulheres em termos de participação e remuneração laboral, preenchendo, ainda que de modo pontual, a lacuna econômica ao debate.

O primeiro ensaio discute e classifica o regime brasileiro de cuidados, com base nas tipologias de Esping-Andersen (1999), Leitner (2003) e Saraceno e Keck (2010) realizadas para países desenvolvidos. Conforme o levantamento da demanda e oferta de cuidados, valendo-se das projeções populacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em relação ao quantitativo de crianças e idosos, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para informações de acesso à educação infantil juntamente com o Censo

Escolar, e das informações do Censo da Assistência Social em relação às políticas para os idosos, enquadra-se o Brasil nessas tipologias. A contribuição desse ensaio é corroborar, por meio de evidências empíricas e teóricas, a percepção social de que o Brasil apresenta um regime familista e debater a crise potencial de cuidados no país.

O segundo ensaio, reconhecendo a ainda baixa atuação econômica feminina, investiga os determinantes do trabalho produtivo de homens e mulheres, de modo a compreender como as normas de gênero podem estar atuando nesse sentido. Para essa análise acessa-se a PNAD 2015 e modelo *Probit* Bivariado. Esse modelo que estima simultaneamente duas variáveis dependentes (homens economicamente ativos e mulheres economicamente ativas) em duas equações distintas correlacionadas pelos erros, se apresenta mais adequado considerando que a decisão de homens e mulheres com companheiros de participarem do mercado de trabalho é interdependente. Portanto, a contribuição desse ensaio é valer-se de uma metodologia mais adequada para compreender os determinantes do trabalho produtivo, bem como dar ênfase a variáveis relacionadas às normas de gênero nesse processo (crianças, idosos, políticas infantis, afazeres domésticos), e questionar o modelo teórico comumente acessado para a explicação da oferta de trabalho.

O terceiro ensaio, analisa os diferenciais salariais entre mulheres e homens, com intento de compreender seu comportamento ao longo da distribuição e suas explicações, com ênfase no cotejamento entre os setores público e privado. A análise se vale da PNAD 2015 e dos modelos de decomposição Oaxaca-Blinder [Oaxaca (1973) e Blinder (1973)] padrão e de Firpo, Fortin e Lemieux (2009). O primeiro método possibilita investigar o diferencial médio e o segundo toda distribuição salarial. Os modelos de decomposição dividem o diferencial em dois componentes: uma parcela referente às distintas características entre homens e mulheres (o chamado “efeito composição”); e uma parte que se explica pelo modo distinto que as características individuais são remuneradas (o “efeito estrutura”). Destacam-se três contribuições desse ensaio: compreender as assimetrias salariais tanto do setor público como do privado; acessar o marco teórico das penalidades da maternidade e dos cuidados; e utilizar um método que permite compreender o diferencial e seus determinantes ao longo da distribuição salarial.

Por fim, essa tese visa elucidar, por meio desses três ensaios, os constrangimentos e limitações que as mulheres enfrentam em sua trajetória profissional e social, bem como questionar a contribuição de construções sociais nesse assimétrico espaço que cabe a mulheres e homens na sociedade.

ENSAIO 1

REGIME DE CUIDADOS: TIPOLOGIAS APLICADAS AO CASO BRASILEIRO

Resumo

O objetivo deste ensaio é discutir e classificar o regime brasileiro de cuidados. Essa pesquisa apresenta as tipologias de regimes de cuidados de Esping-Andersen (1999), Leitner (2003) e Saraceno e Keck (2010) realizadas para os países desenvolvidos. A ideia é, a partir do levantamento de políticas de família oferecidas no Brasil, envolvendo serviços e transferências monetárias, procurar enquadrar o Brasil neste quadro de tipologias. A metodologia acessada é a análise descritiva de dados para a apresentação da situação do Brasil em relação aos cuidados, tanto no que se refere à demanda potencial como à oferta. Utilizam-se as projeções populacionais do IBGE em relação ao quantitativo de crianças e idosos, a PNAD para informações de acesso à educação infantil juntamente com o Censo Escolar, e as informações do Censo do Sistema Único de Assistência Social em relação às políticas para os idosos. Pelas três tipologias analisadas, o Brasil se apresenta como um regime de cuidados que se apoia preferencialmente nas famílias, com uma oferta não robusta e não disseminada de políticas de cuidados.

Palavras-Chave: Regimes de Cuidado; Estado de Bem-Estar; Familismo.

Abstract

This text seeks to discuss and categorize the Brazilian welfare regime. This study presents the welfare regime typologies constructed by Esping-Andersen (1999), Leitner (2003), and Saraceno and Keck (2010) for developed countries. Our goal is to, based on the compilation of family policies within the country, which involve services and monetary transfers, place Brazil within this typological framework. We use a descriptive data analysis to define Brazil's welfare stance both in regards to potential demand and to supply. Our data comes from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) population projections, for children and elderly counts, the National Household Sample Survey (PNAD) and the national School Census, for information on pre-school access to education, and the Unified Social Assistance System (SUAS) Census, for elderly care policies. In all three typologies, Brazil stands as a welfare regime which leans mainly on families, with a non-robust and non-widespread welfare policy supply.

Keywords: Care Regimes; Welfare State; Familism

1. Introdução

Graças à força do movimento de mulheres no questionamento das atribuições socialmente instituídas e às próprias transformações no cenário socioeconômico que impuseram a participação da mulher na complementação da renda familiar, a atuação feminina hoje não mais se restringe à esfera reprodutiva. A maior participação da mulher na atividade produtiva, todavia, não põe fim à assimetria de gênero socialmente construída, uma vez que ainda são resilientes as atividades de cuidado no lar como competência feminina.

Mudanças sociais como envelhecimento da população, novos arranjos de família e a própria maior participação feminina no mercado de trabalho colocam em relevo a necessidade social de provisão de cuidados, que historicamente estava invisibilizada no âmbito doméstico e na função das mulheres.

A demanda por cuidados tem sido equacionada, grosso modo, de duas formas nas sociedades ocidentais: internalizando o cuidado no âmbito privado e responsabilizando, primariamente, a família pela função de cuidar, ou, em via contrária, externalizando os cuidados do âmbito doméstico através da provisão pública ou de mercado dos serviços de cuidados. A primeira opção não parece amigável a longa trajetória de luta das mulheres por reconhecimento e conquistas profissionais, dado que dentro das famílias são as mulheres que assumem e sentem os efeitos das responsabilidades referentes ao cuidado. A segunda opção sintoniza com as demandas do movimento feminista e a proteção social presente nos avançados Estados de Bem-Estar Social.

O objetivo desse ensaio é discutir a questão dos cuidados no Brasil e classificar, amparado na abordagem de Esping-Andersen (1999), Leitner (2003) e Saraceno e Keck (2010), o regime brasileiro de cuidados.

Para tanto, o ensaio divide-se em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção é debatida a questão da provisão de cuidados com olhar para o cenário brasileiro. Na segunda seção são apresentados os regimes de cuidados conforme as tipologias do Esping-Andersen (1999), Leitner (2003) e Saraceno e Keck (2010). Na terceira e última seção, com intuito de classificar o regime brasileiro de cuidado, é analisada a provisão dos serviços de cuidados para crianças e idosos no país.

Com base nessas três tipologias o Brasil pode ser classificado como um regime pautado na família para provisão de cuidados, com uma oferta de políticas públicas ainda pouco robusta para equacionar a demanda presente e potencial de cuidados.

2. Provisão de cuidado: uma problemática a ser equacionada

2.1 Debate teórico

Por muito tempo foram negligenciados por parte do Estado e da sociedade, de forma geral, as políticas e o debate relacionado ao trabalho de cuidar. Cuidar normalmente é entendido como um serviço doméstico e pessoal não pago, fundado em relações sociais de casamento e parentesco (PFAU-EFFINGER, 2007; MELO; THOMÉ, 2018).

Essa prontidão para o cuidado com base em vínculos de solidariedade familiar era tida como normal e adequada nas sociedades (DALY; LEWIS, 2000), cujo cuidado era baseado em papéis e tarefas específicas de gênero, de acordo com os valores culturais e os modelos peculiares de cada grupo social (PFAU-EFFINGER, 2005).

Nesse sentido, o papel das mulheres na provisão de cuidados é definido histórica e culturalmente. Devido a essa atribuição “naturalizada” pela sociedade do cuidado ao ser feminino, as mulheres foram, por muito tempo, excluídas do âmbito produtivo, da participação social e política, e da independência financeira. Até mesmo a definição de cidadania tradicional, segundo Wang, Li e Guo (2012), representava o discurso dos homens, sendo o *status* da mulher como cidadã caracterizado pela discriminação, subordinação, desigualdade e sub-representação.

Os estudos sobre gênero e trabalho participam da concepção de que a divisão sexual do trabalho não apenas atravessa as relações sociais como é fundamental na sua organização (BIROLI, 2016). A divisão sexual do trabalho tem caráter estruturante que se ancora na definição assimétrica de função conforme os sexos. A responsabilidade atribuída a mulheres e homens, em muito, se fundamenta em uma forma de gerir a vida em sociedade em conformidade às aptidões ditas como naturais para os sexos. Contudo, a forma de vida assumida por homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, fruto de construções sociais de dois grupos envolvidos em uma relação social específica: as relações sociais de sexo (KERGOAT, 2009). Assim, a divisão sexual do trabalho, proveniente de uma divisão social que cria e reproduz desigualdades, é marcada pelo princípio de separação - têm trabalhos entendidos como de homens e outros como de mulheres- e o princípio hierárquico- trabalho masculino apresenta maior valorização que o feminino (HIRATA; KERGOAT, 2007).

As assimetrias de gênero são, portanto, uma consequência das funções atribuídas e/ou assumidas por homens e mulheres. Essas desigualdades foram delineadas historicamente, com base na atribuição prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva (LEWIS, 2001; PFAU-EFFINGER, 2007; WANGA; LI; GUO, 2012; MELO, 2016), ou seja, houve uma configuração de fronteiras entre a esfera pública e privada que deram a tônica de lugares distintos que deveriam ser ocupados por mulheres e homens na sociedade (BIROLI, 2018).

No entanto, com a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, o limite privado imposto ao feminino se mitiga, mas juntamente com ele não são revistas as obrigações de reprodução da vida social (GUEDES; ARAÚJO, 2011; BANDEIRA; MELO, 2013). Ao que parece há uma maior aceitação social de que uma mulher trabalhe fora de casa do que um compartilhamento equânime com seu cônjuge das tarefas do lar (GUEDES, 2010).

No contexto de presença cada vez mais acentuada das mulheres no mercado de trabalho, mas sem ressignificação do outro polo da divisão sexual do trabalho (cuidado da família), é imperativa a discussão sobre as interfaces entre demanda e oferta de cuidados.

O cuidado é o elemento basilar nas relações sociais e primário na provisão de proteção social, devendo ter lugar de relevo na rede institucional do Estado de Bem-Estar. A demanda por cuidado faz parte do cotidiano das pessoas, em medidas diferentes, dada a maior vulnerabilidade na infância ou velhice e nas formas desiguais delineadas na vida adulta conforme as condições físicas e as enfermidades (BIROLI, 2015). Todavia, as preocupações com as questões de cuidado e as políticas para este fim têm ganhado destaque apenas recentemente, no bojo do aumento da demanda por creches públicas/ privadas e cuidados formais para crianças pequenas e idosos.

O envelhecimento populacional e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho resultam, ao mesmo tempo, no aumento do número de idosos dependentes de cuidados e na intensificação da insuficiência de provisão de cuidados privados não remunerados (ESPING-ANDERSEN, 1999). Em várias partes do mundo têm ocorrido a intensificação da demanda por cuidados, a despeito da mitigação da fertilidade, dado o envelhecimento populacional e crise da saúde (RAZAVI, 2007). Assim, uma nova constelação de demandas sociais tem empurrado a questão dos cuidados para o centro da agenda do Estado de Bem-Estar, na perspectiva posta na literatura de “crise de cuidados” devido à presença massiva das mulheres na força de trabalho, valores e normas de gênero em processo de

mudanças, adensamento dos arranjos mono-parentais e o aumento acelerado do quantitativo de idosos (KERSTENETZKY, 2017).

Na prática, todos os *welfares states* começam a enfrentar uma crise de cuidados proveniente da decrescente disponibilidade de cuidados privados não remunerados (DALY; LEWIS, 2000). As sociedades de bem-estar enfrentam um problema de necessidades de cuidados não satisfeitas, um déficit de cuidado emergente (PFAU-EFFINGER; ROSTGAARD, 2011). Esse déficit de cuidado, em muito, é proveniente da erosão do modelo no qual o homem provia financeiramente a família e as mulheres cuidavam do lar (BATTHYÁNY, 2010; FRASER, 2016). Assim, a centralidade do debate das políticas de articulação entre trabalho e família dentro do *welfares states* em muito se assenta na configuração de uma crise de cuidado no bojo das tendências demográficas, econômicas, políticas e da estrutura familiar, mas também nas demandas por equidade de gênero, maior atuação econômica feminina, formação de capital humano e taxas de fecundidade no nível da reposição da sociedade (DOMINGUES, 2018).

Assim, a “crise de cuidados” ocupa espaço de relevo no debate público atual, aliando-se a fatores como pobreza de tempo, necessidade de articulação entre trabalho e família e de esgotamento social. Ela é expressa como um leque de demandas-chaves para a reprodução social que não pode ser compreendida de modo descolado das contradições sociais reprodutivas do capitalismo financeiro (FRASER, 2016).

Todavia, como as mulheres não representam um grupo homogêneo (BIROLI, 2018; HIRATA, 2014; BATTHYÁNY, 2010; CRENSHAW, 1989), não existindo em nenhum momento interesse das mulheres no singular (BIROLI, 2018), o aumento da demanda de cuidados será sentido de forma distinta por mulheres pobres e ricas, brancas e negras.

As evidências disso são contundentes na forma distinta com que as assimetrias de gênero alcançam as mulheres. Pensar a questão racial é conceder relevo ao fato de que as mulheres negras têm uma vivência distinta do clássico discurso de opressão feminina (CARNEIRO, 2001; DAVIS, 2016), com a sobreposição do racismo e sexismo perenizando na consciência cultural coletiva que o papel dessas mulheres é a servidão a outrem (HOOKS, 1995). Assim, as mulheres negras deverão sentir de modo distinto a crise de cuidado que ganha corpo nas sociedades modernas, dado a maior representação na pobreza e em ocupações laborais precarizadas reforçarem a tensão entre trabalho e família e a demanda por auxílio do Estado.

Pensando na questão de classe, é notório que as mulheres mais bem posicionadas financeiramente suavizam a desigualdade da divisão sexual do trabalho acessando no mercado os serviços de cuidado. O relaxamento do *trade-off* entre trabalho e família pode se dar contratando empregadas domésticas ou diaristas, guardando seus filhos em escolas e creches tempo integral, ou, quando há a necessidade de prover cuidados aos idosos, acessando cuidado domiciliar formal ou casas de repouso privadas. As mulheres de classe média e rica se valem, portanto, de um modelo de delegação no qual se atribuem, em geral, a outras mulheres as atividades domésticas e de cuidado aos filhos (MELO; DI SABBATO, 2011; BANDEIRA; MELO, 2013; HIRATA, 2015), e no futuro próximo os cuidados aos idosos.

Não se deve, portanto, pensar a provisão de cuidados sem ponderar as interfaces entre gênero, raça e classe, e o produto diferenciado nas desigualdades sociais fruto desses intercâmbios, com o risco de escamotear cruzamentos de determinantes sociais que condicionam e potencializam vulnerabilidades. Ademais, não se deve desconsiderar os efeitos das responsabilidades domésticas, em sua interseccionalidade, para sociabilidade feminina e seus desdobramentos para a vivência autêntica da democracia (BIROLI, 2015, 2018).

2.2 Movimento dos cuidados no Brasil

Embora ainda não tenha ganhado centralidade nos debates e na formulação das políticas públicas, a crise de cuidados já começa a dar sinais no Brasil, com três movimentos colocando em relevo a questão dos cuidados: 1) tendência de estabilização da oferta privada não remunerada de cuidados, seguindo a permanência da taxa de participação feminina no mercado de trabalho; 2) incremento da demanda conforme o envelhecimento social; e 3) mitigação da demanda seguindo a queda do quantitativo de crianças.



Fonte: PNAD, 1995-2015

Elaboração: IPEA, Retrato da desigualdade de gênero e raça (<http://www.ipea.gov.br/retrato/>)

Nota: A taxa de participação representa o percentual de indivíduos que se encontram na força de trabalho na semana de referência da pesquisa em relação aos indivíduos que estão em idade de trabalhar.

Em relação ao primeiro movimento, o Gráfico 1 mostra que a taxa de participação econômica das mulheres de 16 anos ou mais, há duas décadas, não ultrapassa 60%. Logo, desde 1995 há uma aparente estabilização nas ofertantes potenciais de cuidado nos lares, as mulheres inativas. Conforme Melo (2017), a despeito da entrada massiva das mulheres no mundo do trabalho, a partir dos anos 1990, a última década presenciou uma estagnação da taxa de atuação laboral feminina. Essa estagnação deve se amparar no pouco avanço das políticas em prol da igualdade nas relações de gênero e na quebra de estereótipos que destinam as mulheres ao âmbito privado.

Cabe lembrar que as mulheres economicamente ativas também são ofertantes de cuidados. Todavia, o equacionamento da necessidade de cuidados na família em que as mulheres estão no mercado de trabalho comparece de modo mais complexo. Nessas famílias a satisfação dos cuidados deve ocorrer por meio de uma combinação entre o cuidado despendido pela própria mulher do domicílio com demais arranjos informais e formais de provisão de cuidados. Assim, para muitas mulheres, a baixa provisão de políticas sociais que amenizem a extensa carga de trabalho de cuidado acaba refletindo em uma atuação econômica com menor jornada e salários (ARAÚJO; VEIGA, 2015).

Quadro 1
Projeções populacionais por grupo de idade (idosos), 2016-2036

Idade	Anos				
	2016	2021	2026	2031	2036
60-64	8.097.251 (48,09%)	9.617.564 (46,11%)	10.955.553 (42,61%)	11.701.530 (37,69%)	12.729.500 (35,22%)
65-69	6.116.344 (36,33%)	7.517.010 (36,04%)	8.974.099 (34,91%)	10.260.382 (33,05%)	10.992.096 (30,41%)
70-74	4.259.166 (25,30%)	5.460.931 (26,18%)	6.761.620 (26,30%)	8.118.157 (26,15%)	9.319.566 (25,79%)
75-79	3.002.421 (17,83%)	3.574.724 (17,14%)	4.634.545 (18,03%)	5.787.045 (18,64%)	6.991.589 (19,35%)
80-84	1.869.824 (11,10%)	2.287.583 (10,97%)	2.772.874 (10,78%)	3.642.108 (11,73%)	4.590.417 (12,70%)
85-89	1.012.885 (6,02%)	1.231.832 (5,91%)	1.543.578 (6,00%)	1.911.986 (6,15%)	2.547.386 (7,05%)
90+	575.570 (3,42%)	784.647 (5,91%)	1.021.541 (3,97%)	1.323.921 (4,26%)	1.698.651 (4,70%)
Total	16.836.210	20.856.727	25.708.257	31.043.599	36.139.705

Fonte: IBGE.

Elaboração: Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica-IBGE.

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>

Referente ao segundo movimento, as projeções do envelhecimento populacional, mostradas no Quadro 1, apontam para mais que a duplicação do quantitativo de idosos e de idosos com 80 anos ou mais, em 20 anos, no Brasil. O fato atesta o tamanho do desafio para a questão de cuidados. Basta lembrar que a população idosa, em especial a parcela com idade mais avançada, em geral, demanda apoio para a vida diária, podendo se configurar como de uma ajuda moderada até uma dependência total.

A população muito idosa é mais susceptível às doenças e agravos crônicos não transmissíveis, muitos deles culminando em sequelas que, ao restringirem o bom desempenho funcional, levam à situação de dependência (CAMARANO; MELO, 2010a). O envelhecimento populacional, portanto, demanda a conjunção de serviços de cuidado e de saúde que sejam capazes de lidar com as múltiplas doenças crônicas típicas da idade avançada e as situações de dependência inerentes a elas. Todavia, cabe sublinhar que nos próximos 20 anos os gastos primários do governo federal estarão congelados, em termos reais, no valor de 2016, o que interditará maiores investimentos em políticas sociais para lidar com as demandas de saúde e de cuidado que acompanham o envelhecimento populacional. Sabendo do financiamento insuficiente do SUS frente à promoção do direito universal à saúde (PIOLA et al., 2013; VIEIRA; BENEVIDES, 2016) e da praticamente ausência de políticas que atendam às necessidades da população idosa (BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016) o cenário que se desenha para o futuro é preocupante.

Estimativas revelam perdas bilionárias para as políticas sociais devido à Emenda Constitucional nº 95, que estabelece um teto para as despesas primárias da União. Na área da assistência social, Paiva et al (2016) estimam que a perda de financiamento totalizará R\$ 868 bilhões, nos 20 anos. Para a saúde, Vieira e Benevides (2016) projetam que, no cenário com taxa de crescimento real do PIB de 2,0% ao ano, a perda de financiamento acumulada no período de 20 anos será de R\$ 415 bilhões. Confirmando-se a perda de financiamento em duas áreas primordiais para o atendimento das demandas que acompanham o envelhecimento populacional, a tônica no Brasil será de uma velhice desprotegida.

No que concerne ao terceiro movimento, a demanda por cuidados infantis, em via contrária à de idosos, deve se atenuar nos próximos 20 anos. As projeções de população, mostradas no Quadro 2, apontam para a queda, em 20 anos, de 9,9 milhões de crianças de 0 a 14 anos. E para faixa etária que demanda mais cuidados, crianças de 0 a 4 anos, a mitigação deverá ser de 2,8 milhões. Essa queda no quantitativo de crianças acompanha a tendência internacional de menor disposição das mulheres a terem filhos, e, conforme Melo e Thomé

(2018), o Brasil tem experimentado uma queda expressiva em sua taxa de fecundidade em todas as classes sociais e níveis de escolaridade, a despeito de as mulheres mais pobres, menos escolarizadas e da zona rural ainda terem mais filhos.

Quadro 2
Projeções populacionais por grupo de idade (crianças), 2016-2036

Idade	Anos				
	2016	2021	2026	2031	2036
0-4	14.545.488 (31,10%)	13.684.541 (31,29%)	12.936.538 (31,47%)	12.261.572 (31,58%)	11.726.815 (31,80%)
5-9	15.551.873 (33,25%)	14.517.525 (33,19%)	13.661.389 (33,24%)	12.916.774 (33,27%)	12.245.142 (33,20%)
10-14	16.672.044 (35,65%)	15.534.788 (35,52%)	14.502.730 (35,28%)	13.648.345 (35,15%)	12.904.522 (34,99%)
Total	46.769.405	43.736.854	41.100.657	38.826.691	36.876.479

Fonte: IBGE.

Elaboração: Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica-IBGE.

(<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>)

Admitindo que idosos demandem algum apoio para a vida diária, pode ser aventado que, em 20 anos, aumentará a demanda de cuidado dos idosos, e que a demanda por cuidados infantis se reduzirá. Considerando a faixa etária infantil de 0 a 4 anos e idosos de 80 anos ou mais, para quem a necessidade de apoio é mais robusta, pode-se entrever uma majoração da demanda de cuidados, dado que a elevação do quantitativo de idosos, de 5,4 milhões, suplantará a mitigação, de 2,8 milhões, no número de crianças. Essa conta simplória² serve para sinalizar que, de fato, deverá haver um saldo líquido positivo da demanda por cuidados no Brasil no futuro próximo.

O cenário em tela, de aumento da demanda por cuidado, de prováveis retrocessos nas políticas sociais, e de estabilidade da participação econômica feminina, sugere que dificilmente as mulheres poderão continuar a serem as responsáveis primárias pela reprodução social. Estando definitivamente no mercado de trabalho, as mulheres encontrarão muitas dificuldades para articular a vida profissional com o cuidado dos membros familiares dependentes, ainda mais nesse contexto no qual muitas lidarão com a dependência de cuidado das crianças com a dos idosos, a chamada Geração Sanduíche. A literatura classifica como “Geração Sanduíche” a parcela, cada vez maior, de adultos comprimidos simultaneamente por

² A conta foi feita no caso das crianças de 0 a 4 anos subtraindo o total dessa faixa etária do ano de 2016 com o total dessa faixa etária no ano de 2036. No caso dos idosos somou-se as faixas etárias (80-84 anos; 85-89 anos; 90 anos ou mais) do ano de 2016 bem como as do ano de 2036 e fez-se a diferença deste total entre os anos.

demandas de seus filhos e de seus pais, servindo a metáfora de sanduíche justamente para descrever a constrição entre gerações (GRUNDY; HENRETTA, 2006; JESUS; WAJNMAN, 2016). Para Jesus e Wajnman (2016), no Brasil, em 2008, um quantitativo de 3,65% das mulheres prestava apoio concomitantemente aos pais idosos e aos filhos.

A problemática da provisão de cuidados que ganha corpo nas sociedades modernas, se não acompanhada de soluções por meio do aparato público, deve ratificar a tensão entre trabalho e família, em especial para as mulheres pobres. Coaduna-se no Brasil a esse fato a crise de emprego que acompanha a crise econômica e o movimento destacado de precarização das relações laborais. O cenário prospectivo das mulheres pobres, que têm menor acesso à educação e qualificação profissional, será ínfimo espaço no mundo laboral, com reflexos na potencialização de sua pobreza.

A questão das mulheres negras se mostra mais agravante nesse contexto. O primeiro elemento a destacar é que o atributo racial comparece como definidor de espaços sociais, em especial de posição econômica. Logo, não é possível pensar na mulher negra sem conceder relevo ao fato de que esse é o grupo populacional em pior situação, quando cotejado aos demais grupos.

As mulheres negras brasileiras, que têm maior presença na pobreza que as mulheres brancas- em 2015, 73% das mulheres negras estavam nos domicílios 20% mais pobres contra 26% das mulheres brancas- vivenciarão de forma mais acentuada os problemas do aumento da demanda de cuidados e da crise de emprego, como consequência do contexto atual. Esse grupo de mulheres que têm presença mais marcante em posições subalternas, que recebem os menores salários e têm menor proteção social (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013; MELO; THOMÉ, 2018) poderá ter sua condição potencializada no reforço da provisão de cuidados que acompanha o envelhecimento populacional e da necessidade de renda que segue a crise de emprego. Essas mulheres, sobre as quais pesam fatores discriminatórios de ser mulher e ser negra, terão majoradas as dificuldades de equacionar a questão dos cuidados se não contarem com a proteção do Estado.

Dado que a ação de cuidar garante a reprodução da sociedade, se torna cada vez mais imperativo no Brasil o debate sobre como solucionar a demanda por cuidados e auxiliar os cidadãos no percurso para o salutar equilíbrio entre trabalho e família. Para Passos e Guedes (2018), comparece como provável mecanismo para o equacionamento dos cuidados a instituição no Brasil de uma Política Nacional de Cuidados. As políticas de cuidados têm reflexo direto nas relações de gênero, ampliando o leque de oportunidades profissionais

femininas (GUEDES, 2016), e aprofundando proteção social para os que não podem contar com laços familiares para ser cuidado.

A majoração projetada na demanda por cuidados torna imprescindível investigar o modo pelo qual a provisão de cuidados tem sido até então acomodada no Brasil. Para tanto, nas próximas seções, estarão em relevo, respectivamente, os regimes de cuidado nos países desenvolvidos e o regime de cuidados no Brasil.

3. Estado de Bem-Estar Social e os regimes de cuidados

A história de intervenção do Estado nas questões sociais pode ser compreendida a partir da constituição dos Estados de Bem-Estar Social (EBS), embora antes mesmo da formação destes já se registrava a intervenção pública na provisão de bens e serviços sociais. Não existe uma origem unívoca para a participação pública no fornecimento de bem-estar, o que se tem são traços que marcam o desenvolvimento dessas políticas nos países.

Para Arretche (1995) duas tendências podem ser destacadas como condicionantes do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social: uma predominantemente de origem econômica; e outra que se relaciona com a ordem política. A autora aponta que na tendência economicista destacam-se duas subdivisões. A primeira concebe o Estado de Bem-Estar Social como produto das transformações ocorridas na sociedade devido ao processo de industrialização dos últimos dois séculos. A segunda subdivisão é a que concebe o Estado de Bem-Estar Social como uma resposta às necessidades de acumulação e de legitimação do sistema capitalista. Na tendência política, para a autora, destacam-se três direcionamentos possíveis. O primeiro concebe que o Estado de Bem-Estar Social é o produto da expansão dos direitos dos cidadãos, tendo como ponto de partida os direitos civis, depois passando pelos direitos políticos, até se chegar aos direitos sociais. O segundo fundamenta-se em um acordo entre o capital e o trabalho organizado. O terceiro afirma que o Estado de Bem-Estar Social é o produto de concepções históricas particulares de antigas estruturas estatais e instituições políticas.

De acordo com os escritos históricos o EBS se propagou de países que naquele período eram menos desenvolvidos, industrializados e democráticos em direção a países mais desenvolvidos, mais industrializados e mais democráticos- da Alemanha, Áustria e França em direção à Inglaterra e aos Estados Unidos. A proximidade geográfica também exerceu influência na propagação do EBS, de início os países mais próximos de outros com o Estado

de Bem-Estar mais avançados - por exemplo, Áustria, Bélgica e França em relação à Alemanha; em seguida países retardatários, no que diz respeito ao nível de desenvolvimento econômico e bem-estar social, aderiram ao Estado de Bem-Estar como mecanismo para alcançar o desenvolvimento - por exemplo, a Suécia; por fim existiram países em que apesar de economicamente desenvolvidos, faltou ousadia no desenvolvimento do Estado de Bem-Estar- por exemplo, os Estados Unidos (PIERSON, 1998).

Três fatores são destacados por Kerstenetzky (2012) como marca do nascimento do Estado de Bem-Estar. O marco inicial foi a introdução da seguridade social no país, assinalando o momento em que a provisão de bem-estar pelo sistema público ultrapassa o assistencialismo, chegando a um entendimento de garantia contra a perda de capacidade de renda. Em uma sociedade onde a perda de capacidade de renda é um fato corriqueiro, essa política passa a ser vista como direitos e deveres entre o Estado e os cidadãos. O segundo marco é a introdução do sufrágio universal masculino. Desse momento em diante os beneficiários da assistência pública passam a ter acesso à política. O terceiro marco é o momento onde o gasto social público atinge o nível de 3% do produto, indicando na prática um novo compromisso público.

Assim, historicamente a literatura aponta a formação do EBS de fins do século XIX até o término da Primeira Guerra Mundial; a consolidação no período entre guerras e a expansão nos chamados “anos de ouro do capitalismo”, que vai do final dos anos 1940 a meados dos anos 1970.

A responsabilidade de prover cuidados é distribuída de modo distinto pelos Estados de Bem-Estar. Alguns Estados atribuem a responsabilidade primária aos membros da família, outros delegam ao mercado a função de vender serviços de cuidados, outros ainda assumem como responsabilidade pública a oferta desses serviços, ou tentam uma estratégia mista entre Estado, mercado e família.

Os critérios para definir os EBS estão ligados à qualidade dos direitos sociais, à estratificação social e às relações entre Estado, mercado e família. Com base nesses eixos e no estudo histórico da constituição política dos Estados de Bem-Estar, Esping-Andersen (1990) identificou três tipos de Estados de Bem-Estar: Liberal; Conservador/Corporativo e Social-Democrata.

O regime conservador é marcado pela subsidiariedade, no papel estatal, que atua no sentido de tentar responder às falhas ocorridas no âmbito da família. Por seu turno, no regime liberal o Estado assume apenas os riscos sociais que não puderam ser absorvidos pelo mercado

em função das suas falhas. Finalmente, no regime social-democrata o Estado visa prover, de forma universal, serviços com expressiva qualidade.

A proposta de Esping-Andersen (1990) é classificar os regimes de bem-estar a partir do relacionamento entre Estado e mercado, incluindo um variado leque de intervenções. Três eixos se destacam na análise do leque de intervenções:

- (i) o primeiro eixo refere-se ao nível de interação pública e privada na provisão do bem-estar;
- (ii) o segundo refere-se ao nível em que o bem-estar dos indivíduos independe da provisão do mercado- “desmercantilização”;
- (iii) o terceiro refere-se às mudanças na estratificação social ocasionadas pelas instituições de bem-estar.

Na revisão de sua tipologia, Esping-Andersen (1999, 2009) encontra, de certa forma, confirmação para a configuração original de 1990. Diante das críticas a sua obra de 1990, em especial a sua pouca qualificação das discussões de gênero, o autor irá voltar sua atenção aos novos riscos e necessidades sociais e às políticas de família e provisão de serviços.

As feministas criticaram o trabalho de Esping-Andersen (1990), porque acreditavam que a grande meta de desmercantilização proposta pelo autor era contrária ao anseio de participação das mulheres no mercado de trabalho com igualdade de condições aos homens. Para elas, as mulheres precisavam ser “mercantilizadas” para alcançar a independência econômica. Acolhendo as críticas das feministas, Esping-Andersen (1999) introduz um novo eixo em sua análise: a “desfamiliarização”. Desfamiliarizar corresponde ao nível em que o bem-estar dos indivíduos não está vinculado a provisão da família, ou o nível em que a provisão econômica dos indivíduos não está vinculada à reciprocidades familiares e maritais. Esping- Andersen (1999) distingue desfamiliarização através de serviços de cuidados sociais públicos e através da prestação de serviços de cuidado pelo mercado. A desfamiliarização seria o passo antecedente à mercantilização ansiada pelas feministas. Já um sistema pode ser considerado familista quando a família deve ser o principal responsável pelo bem-estar dos seus membros.

No âmbito da desfamiliarização, o grupo de países social-democratas se destaca devido às políticas amplas de licença parental, provisão pública de creches, escola em tempo integral, e cuidados formais para idosos dentro do lar. Os países liberais dado a desfamiliarização ocorrer através apenas do mercado, beneficiando os que têm renda para se desfamiliarizar, não afiançam o mesmo nível de proteção dos primeiros. Os países que pertencem ao regime

corporativo/conservador experimentam um sistema familista, uma vez que lhes falta tanto a prestação de serviços de cuidado por parte do Estado, como por parte do mercado, ocorrendo a responsabilização da família na provisão de cuidados para crianças e para idosos. Esse regime é marcado pelo modelo homem provedor e mulher cuidadora.

Contudo, Leitner (2003) faz duas observações críticas a respeito da classificação de Esping-Andersen (1999). Primeiro, a provisão de cuidados pelo mercado torna a desfamiliarização segmentada por classe, dado que só os mais ricos podem se dar ao luxo de serem desfamiliarizados. A qualidade da desfamiliarização também varia consideravelmente por renda. Segundo, mesmo em países escandinavos, a família é o agente mais importante da prestação de cuidados. Portanto, a ausência de serviços de cuidado públicos e de mercado não é suficiente para definir regimes de bem-estar familistas, sendo preciso um tipo de diferenciação analítica que considere também subsídios financeiros para o cuidado no lar.

Para Leitner (2003), a partir da análise de diferentes políticas entre os membros da União Europeia, podem-se distinguir os países segundo quatro tipos de familismos no campo do cuidado de criança: (i) familismo opcional, com ampla disseminação de cuidados formais e pagamentos para cuidar das crianças no seio da família; (ii) familismo explícito, com níveis baixos de cuidado formal para as crianças, mas pagamentos para cuidar das crianças dentro da família; (iii) familismo implícito, com níveis baixos de cuidados formais, e com falta de apoio em dinheiro para cuidar das crianças no seio da família e; (iv) desfamilismo, com ampla disseminação de cuidado formal, mas a falta de pagamentos para cuidar das crianças no seio da família (LEITNER, 2003).

O regime social-democrata de Esping-Andersen (1990) é classificado nesse modelo como familismo opcional. Bélgica e França, que pertencem ao regime conservador de Esping-Andersen (1990), devido à tradição de oferta de serviços infantis, também são considerados familismo opcional. O regime corporativo/conservador, de Esping-Andersen (1990), é dividido entre familismo explícito (Itália) e familismo implícito (Portugal, Espanha, Grécia). Apenas a Irlanda e o Reino Unido, que fazem parte do regime liberal de Esping-Andersen (1990), são classificados no modelo desfamilismo (LEITNER, 2003).

No que se refere ao auxílio à família no cuidado de idosos, Leitner (2003) aponta como indicativo de forte familismo a existência de transferências monetárias pagas à família para cuidar dos idosos. O fraco familismo é caracterizado pela ausência dessas transferências. Já o nível de desfamilismo pode ser medido pelo percentual de idosos que precisam de cuidados e

que os têm por meio de cuidados formais: quanto maior o percentual mais forte é a política no desfamilismo.

Para a autora, os três países escandinavos apresentam um considerável grau de cobertura, bem como de apoio domiciliar e transferências diretas para o cuidado de idosos na família, lembrando o familismo opcional (i). Grécia, Holanda, Portugal, Espanha são países de baixo apoio domiciliário, e com ausência de pagamentos para cuidados com idosos. Itália tampouco fornece quaisquer pagamentos. Esses países, portanto, se assemelham ao familismo implícito (iii) de cuidados a idosos. Nos outros países, a combinação de transferências diretas para o cuidado de idosos com baixa cobertura de apoio domiciliário aponta um familismo explícito (ii) no domínio dos cuidados de idosos (LEITNER, 2003).

No cuidado aos idosos, o mundo social-democrata de Esping-Andersen (1990) é mais uma vez classificado como familismo opcional. O mundo corporativo/conservador é novamente dividido em familismo explícito (Áustria, Bélgica, França, Alemanha e Luxemburgo) e implícito (Sul da Europa, juntamente com Holanda). O mundo liberal se divide entre o familismo implícito e explícito (LEITNER, 2003).

Através da análise empírica fica perceptível que os países se agrupam de forma distinta para diferentes políticas de cuidados. No estudo da Leitner (2003), a Itália classificada no familismo explícito no cuidado infantil passou a ser classificada no familismo implícito no cuidado ao idoso e vice-versa a Holanda. Bélgica e França eram considerados países com familismo opcional em cuidado infantil foram considerados países com familismo explícito no cuidado com idoso. A Irlanda e o Reino Unido tidos como países com desfamilismo no cuidado infantil foram considerados como países com familismo explícito no cuidado de idoso.

Outro prisma sobre os regimes de cuidados encontra-se em Saraceno e Keck (2010). As autoras propõem uma distinção ao longo do familismo e da desfamiliarização: (1) familismo por padrão, ou familismo não apoiado, quando não existe provisão pública de cuidados, nem apoio financeiro para cuidar no seio da família; (2) familismo apoiado, quando existe auxílio público para função de cuidar, em geral através de transferências financeiras; (3) desfamiliarização, quando ocorre a individualização dos direitos sociais, com redução das dependências e responsabilidades familiares.

Para Saraceno e Keck (2010), quanto maiores os vínculos de dependência familiar maior o grau de familismo por padrão, maiores as responsabilidades intergeracionais e a especificidade de gênero, com as mulheres exercendo a função de cuidado e os homens a

provisão financeira. Em proporções menores, isso também pode acontecer no familismo apoiado, dado que pela divisão sexual do trabalho socialmente instituída as mulheres são mais propensas que os homens a utilizar licenças e subsídios de assistência ao cuidado. Contudo, esse familismo pode oferecer incentivos para isonomia de gênero nas responsabilidades de cuidado com crianças, por exemplo, quando o homem é encorajado a tirar parte da licença, sendo especificamente reservada uma cota de tempo de licença para o pai (SARACENO; KECK, 2010).

Utilizando como medida para o grau de desfamiliarização a provisão de serviços infantis para a faixa etária inferior a três anos e de 3-6 anos, Saraceno e Keck (2010) classificam quatro grupos de países de acordo com baixo ou alto grau de serviços de cuidados para crianças. O primeiro grupo (composto pelos países escandinavos, Bélgica e França) apresenta acentuado grau de desfamiliarização, através de provisão pública de serviços. O segundo grupo (representado pelos países da Europa Central e Oriental) é caracterizado pelo pagamento de longas e generosas licenças parental. O terceiro grupo apresenta algum grau de familismo por padrão, sendo caracterizado por baixo nível de provisão pública de cuidados para qualquer faixa etária, em especial para as crianças menores de três anos de idade. Há uma grande heterogeneidade nesse grupo, incluindo países como a Grécia, a Polônia e Portugal, que têm baixas taxas de cobertura para crianças abaixo e acima de três anos, e os países como Chipre, Itália, Holanda e Espanha, que têm provisão quase universal de cuidados de crianças a partir dos três anos de idade. O quarto grupo é composto por Áustria, Letônia, Luxemburgo, Eslováquia, Eslovênia, e Reino Unido, possuindo uma cobertura média de provisão pública para cuidados de crianças com idade inferior a três anos e, com exceção da Eslováquia, também apresentando média provisão para crianças de idade de 3-6 anos (SARACENO; KECK, 2010).

Outra proeminente necessidade de provisão de cuidados é para pessoas idosas devido às condições de dependência física ou mental, ou de insuficiência de renda. Segundo Saraceno e Keck (2010), o Estado pode assumir de forma parcial ou integral a responsabilidade com os idosos. Apenas os países nórdicos apresentam avultada cobertura de serviços domiciliares e institucionais para idosos, com a Dinamarca e a Noruega, sendo *outliers* no grau de desfamiliarização, seguido à grande distância pela Holanda, Suécia, Finlândia, Bélgica e França. Em boa parte dos Estados da Europa Central e Leste europeu, e Grécia, Itália e Espanha, a provisão pública de cuidados para idosos é pífia, o que denota um grau robusto de familismo por padrão (SARACENO; KECK, 2010). O Quadro 3 sintetiza as tipologias.

Quadro 3
Síntese das tipologias

Autores	Classificação	Países (política infantil)	Países (política idosos)	Políticas de cuidados (crianças e idosos)
Esping-Andersen (1999)	Familista	Países do regime conservador	Países do regime conservador	Cuidado realizado primariamente pela família
	Desfamiliarizador	Países nórdicos Países liberais (via mercado)	Países nórdicos Países liberais (via mercado)	Licença parental, provisão pública e privada de creches e de escola em tempo integral, cuidados formais para idosos
Leitner (2003)	Familismo opcional	Países nórdicos Bélgica França	Países nórdicos	Ampla disseminação de cuidados formais e pagamentos para cuidar no seio da família
	Familismo explícito	Itália	Áustria Bélgica França Reino Unido Alemanha Irlanda Luxemburgo	Níveis baixos de cuidado formal, mas pagamentos para cuidar dentro da família
	Familismo implícito	Portugal Espanha Grécia	Grécia Holanda Portugal Espanha Itália	Níveis baixos de cuidados formais, e, falta de apoio em dinheiro para cuidar no seio da família
	Desfamilismo	Irlanda Reino Unido	-	Ampla disseminação de cuidado formal, mas falta de pagamentos para cuidar no seio da família
Saraceno e Keck (2010)	Familismo por padrão	Grécia Polónia Portugal Chipre Itália Holanda Espanha	Grécia Itália Espanha Europa Central Leste europeu	Inexistência de provisão pública de cuidados e de apoio financeiro para cuidar no seio da família
	Familismo apoiado	Estónia República Tcheca Hungria Lituânia Bulgária	Não foi possível classificar	Existência de auxílio público para função de cuidar, em geral, através de transferências financeiras
	Desfamiliarização	Países nórdicos Bélgica França	Países nórdicos Bélgica França Holanda	Individualização dos direitos sociais, com redução das dependências e responsabilidades familiares

Elaboração Própria.

Cabe sublinhar que a análise centrou-se em países desenvolvidos, devido à ausência de propostas sistematizadas, nos moldes das apresentadas, de regimes de cuidados para a região da América Latina. Essa é uma agenda relevante que ficará para pesquisas futuras. Por ora é importante apontar que conforme Batthyány (2010), os países latino-americanos têm um regime de cuidados mais próximo do familismo. Assim, pode-se aventar muitas semelhanças entre a situação do Brasil e da região latina como um todo.

Os Estados de Bem-Estar têm assumido, portanto, de forma bem diversa a provisão de cuidados. Os considerados, devido à ampla proteção social, avançados Estados de Bem-Estar Social contam com uma forte provisão pública de cuidados ou de transferências de renda que

servam a essa função, e assumem a responsabilidade de desafogar a família, em especial a mulher, dos compromissos com a provisão de cuidados não remunerados. Os canhestros, dada a proteção mais moderada, continuam relegando à família, isto é à mulher, ou ao mercado, a responsabilidade pela reprodução social. Vale destacar que o fato se explica tanto por uma abstenção do Estado em prover cuidados como por uma concepção cultural que considera a família o ambiente ideal para o zelo de crianças e idosos.

4. Políticas de cuidados no Brasil

Os regimes de Bem-Estar podem ser caracterizados como familista ou não familista (desfamiliarizador), e outras diferenciações a partir dessas, estando as definições relacionadas ao papel da família, Estado e mercado na provisão de cuidados, como abordado na seção 3. Dessa forma, para poder estabelecer essa classificação para o Brasil, será tratado, primeiramente, como tem sido a provisão de cuidados para crianças e idosos nesse país.

No Brasil, destacam-se três formas de auxílio à família na provisão de cuidados para as crianças: creches e escolas (em tempo parcial ou integral); licença-maternidade e paternidade; e transferência de renda. No caso dos idosos as políticas públicas que têm relevo são: Programa Saúde da Família (PSF); Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs); centros dia e centros de convivência; e transferência de renda.

4.1 Cuidado às crianças

4.1.1 Cuidado formal

O reconhecimento da educação infantil como instituição pública tem o seu marco na Constituição de 1988, mas é com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que se definiu que esta deve ser oferecida em creches, para crianças na faixa etária de 0-3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4-6 anos.

A partir da LDB de 1996 passaram a ser componentes da educação básica a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio, o que representou avultado avanço na legislação brasileira.

Com a Emenda Constitucional 59/2009 a educação a partir dos 4 anos passou a ser obrigatória, sendo que os entes da federação tiveram até 2016 para garantir vaga para todas as

crianças nessa faixa etária. A concretização desse avanço legislativo, certamente, terá reflexos positivos para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, consequentemente para o potencial produtivo do país.

Apesar de o acesso à educação infantil ter sido intensificado na última década, a frequência de crianças de 0-3 anos em creches ainda é baixa, por volta de 26%, em 2015, quando contrastada com a frequência de crianças de 4-6 anos em pré-escola, por volta de 89% no mesmo ano. As categorias que tiveram maior abrangência, em 2015, foram as pessoas de 7-15 anos, com frequência de 98%, e as pessoas nas idades de 16-19 anos com 63% (Ver Tabela 1).

Tabela 1
Frequência a creche e escola, por faixa etária e rede de ensino

	Geral (%)	Público (%)	Privado (%)
0-3 anos	26	64	36
4-6 anos	89	76	24
7-15 anos	98	85	15
16-19 anos	63	82	18

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

No que se refere à rede de ensino, mostrada na Tabela 1, em 2015, 64% das crianças de 0-3 anos e 76% das de 4-6 anos estavam na rede pública, assim como 85% da faixa etária de 7-15 anos e 82% das de 16-19 anos. A maior parte das crianças e jovens que frequentavam escola encontravam-se na rede pública, o que evidencia, em que pese ainda as debilidades de qualidade, uma oferta expressiva.

A provisão de cuidados para as crianças, em especial as pequenas, abre um leque de oportunidades de inserção profissional para as mulheres. Essas ações favorecem a conquista da formalização no emprego, a ampliação das horas trabalhadas, e, consequentemente o nível de renda feminino (SORJ; FONTES, 2007). Ademais, a flexibilização do papel das mulheres no cuidado estende o bem-estar econômico da família, com reflexos nas condições materiais de criação dos filhos (BARTHOLO, 2009).

Em termos de uma perspectiva de investimento social, as políticas de cuidado infantil têm duas implicações primordiais: ampliam o emprego das mães e as chances das mesmas galgarem trabalhos de qualidade, em tempo integral e com perspectiva de carreiras; e abrem brechas para o aumento da “quantidade e qualidade” da população, em um cenário de taxas de fecundidade abaixo dos níveis de reposição (KERSTENETZKY, 2017). Porém, o Brasil tem desperdiçado as oportunidades socioeconômicas advindas das políticas para a infância,

haja vista que os dados acima mostram que expressiva parcela das crianças pequenas não tem acesso a cuidados formais sendo, certamente, exercido pelas próprias mães.

Importante pontuar que o não acesso a creches e pré-escolas atinge de forma heterogênea a população, sendo influenciado pelo estrato de renda da família (SORJ; FONTES, 2012; BATTYÁNY,2010).

Em 2015, conforme a PNAD, a frequência à creche para as crianças cujas famílias encontravam-se no primeiro decil de renda foi de 15%, enquanto no décimo decil foi de 42%, a frequência à pré-escola foi de 86% para os 10% mais pobres e de 94% para os 10% mais ricos. Isto confirma a estratificação do acesso à rede infantil por nível de renda, e corrobora a experiência diversificadas das mulheres no acesso a políticas de cuidado para seus filhos. As mulheres mais ricas, por terem acesso a creches, em especial privadas, para manterem seus filhos, ampliam seu leque de oportunidades profissionais, algo não acessível para as mulheres de famílias mais pobres.

De forma ainda pontual, o Governo Federal tentou encarar essa assimetria através da expansão, no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, de vagas em creche para as crianças cujas famílias fossem beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF). Apesar do ainda tímido acesso, dado que em 2014 apenas 17,7% das crianças PBF estavam matriculadas em creche, houve uma taxa de crescimento das matrículas de crianças PBF em creche de 145,9%, de 2011 a 2014 (IPEA, 2016).

Na vigência do Brasil sem Miséria, esforços foram empreendidos para avançar a agenda da primeira infância via expansão das creches, em especial para a população mais pobre que de forma inexpressiva era alcançada por esse serviço. Após *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, uma nova diretriz é assumida pelo Governo Temer concernente à primeira infância. Essa agenda ganha proeminência, com ênfase para área da assistência social, porém a diretriz que norteia as ações não parece dialogar com os intentos dos governos anteriores ao de Dilma.

A tônica da primeira infância no Governo Temer é o Programa Criança Feliz, cuja polêmica se faz presente desde o nascedouro. Esse programa, instituído pelo Decreto nº 8.869/16, tem caráter intersetorial, visando afiançar: o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância; apoiar a gestante nos preparativos para o nascimento do filho; fortalecer os vínculos e o papel de cuidadora da família; e mediar o acesso das crianças e família aos serviços públicos.

Tendo como embaixatriz a Primeira-Dama Marcela Temer, o Criança Feliz evidencia o retorno de o Primeiro Damismo no Brasil e a visão a ele inerente da assistência social vinculada ao voluntariado e à benevolência. Ademais, a forma pela qual o programa vem sendo operacionalizado - promover visita social -³, sinaliza um reforço do familismo no Brasil, e do papel de cuidadora da mulher, em sentido inverso à demanda pela desfamiliarização do cuidado. Ao que tudo indica, a expansão das políticas infantis por meio de creches perderá espaço na agenda, em favor das ações de visita social.

Felizmente, o ano de 2015 contou com um suplemento de cuidados na PNAD para as crianças de 0 a 4 anos, o que possibilita um melhor entendimento da situação infantil no Brasil⁴.

Tabela 2
Local onde as crianças de 0 a 4 anos ficam durante o dia, Brasil, 2015

	Matutino	Vespertino
Na casa que reside com um dos responsáveis pela criança (%)	70.28	39.48
Na casa que reside com outro morador no domicílio (%)	1.88	3.57
Na casa que reside com pessoa não moradora no domicílio (%)	2.84	4.44
Em outra casa com um parente (%)	4.20	8.89
Em outra casa com não parente (%)	0.80	1.47
Em outro local creche ou escola (%)	19.38	40.96
Em outro local em instituição diferente de creche / escola (igreja, centros comunitários, clubes etc.) (%)	0.36	0.48
Outro local (%)	0.26	0.71

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Pela Tabela 2, confirma-se a percepção social de que, em grande medida, as crianças pequenas ficam sob cuidado de seu responsável em casa. Esse número, em 2015, foi de 70,28% no turno matutino e 39,48% no vespertino, ou seja, uma parcela considerável de crianças fica, ao menos, um turno com seu responsável em seu próprio lar. O outro local que apresentou relevo na guarda das crianças pequenas foi, em 2015, a creche ou escola, com um quantitativo de 19,38% no turno da manhã, e 40,96% no turno da tarde. Esses números evidenciam que o cuidado infantil no Brasil, de modo geral, é prestado em um turno por um dos responsáveis em casa, e, o outro turno em creche ou escola.

³ O processo de visita social, para esse programa, consiste em as famílias que tenham gestantes ou crianças serem visitadas por assistentes sociais ou outros profissionais contratados para essa finalidade. Mas, nas discussões no Conselho de Assistência Social não se tinha consenso, nem mesmo uma diretriz clara do que esses “visitadores” fariam nos lares.

⁴ A LDB define a educação infantil por meio de creches para a faixa etária de 0 a 3 anos de idade, e em pré-escola, para crianças de 4 a 6 anos. Portanto, adotou-se essas faixas para análise da frequência a creche e escola por decis de renda. Todavia, o suplemento na PNAD infantil é para faixa etária de 0 a 4 anos, por isso há essa divergência de faixas etárias na análise desenvolvida no texto.

Quando as famílias foram questionadas sobre os motivos de suas crianças de 0 a 4 anos permanecerem naquele local durante o dia, a resposta que teve proeminência foi que era o ambiente mais adequado em termos de cuidado, alimentação, afeto e segurança, mostrado na Tabela 2. Para o turno matutino 74% dos responsáveis consideraram essa opção, e no turno vespertino 56,5%. Esses números revelam que, a grosso modo, o arranjo que parece predominar de um turno em casa com o responsável e o outro na creche ou escola é considerado como a melhor alternativa para a prestação de cuidados.

É sabido que o Brasil não conta com uma expressiva rede de políticas de cuidados infantis, o que poderia justificar o avultado número de crianças que ficam em casa com o responsável. Todavia, a Tabela 3 também sugere uma interpretação alternativa. Ao que parece uma concepção social de que as crianças pequenas estarão melhor amparadas no seio da família deve também explicar esses dados. Isso se confirma no fato de que, em 2015, 38,15% dos responsáveis pelas crianças de 0 a 4 anos não apresentaram interesse em colocar suas crianças na creche ou escola. Essa falta de interesse, conforme Guedes (2016), pode se assentar na qualidade duvidosa das instituições infantis e nas desconfianças em relação a cuidadoras pouco profissionalizadas, reforçando a concepção que a mãe deve ser a “cuidadora preferencial”.

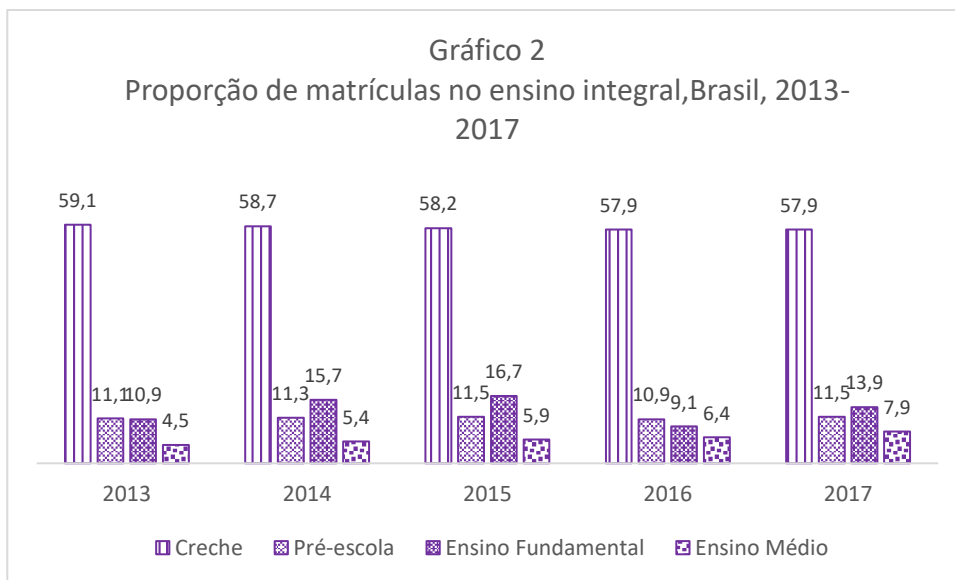
Tabela 3
Motivos para as crianças de 0 a 4 anos permanecerem naquele local durante o dia, Brasil, 2015

	Matutino	Vespertino
É o lugar que oferece as melhores condições para a criança em termos de cuidado, alimentação, afeto e segurança (%)	73.99	56.51
É o lugar que oferece as melhores condições para a criança em termos de convivência com outras crianças, educação por um profissional capacitado etc. (%)	8.48	27.32
Não há condições financeiras para outras opções de lugar/cuidado (%)	3.25	2.25
Não há nenhum membro do domicílio que possa cuidar da criança (%)	4.59	5.21
É função de alguém da família cuidar das crianças (%)	3.46	3.68
Não teve outra opção disponível (%)	4.66	3.67
Outro motivo (%)	1.53	1.36

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Convém sublinhar que o gargalo brasileiro não se apresenta apenas na tímida oferta de educação infantil, mas que apresenta como problemática também a jornada escolar. Como pode ser visto no Gráfico 2, o que prevalece no Brasil para quase todas as categorias é o ensino de tempo parcial. Esse regime faz com que a inserção da mulher no mercado de trabalho seja mais precarizada, informal, *part time* devido à necessidade de articular o cuidado com as crianças com o trabalho remunerado, e (CAVALIERE, 2007) acaba por limitar o desenvolvimento cognitivo das crianças. O ensino em tempo integral estende os tempos de

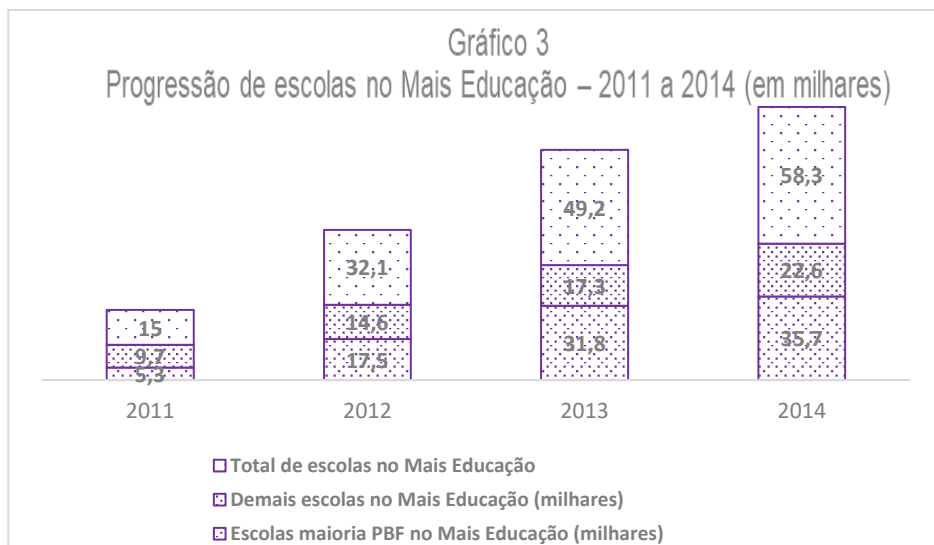
aprendizagem e de escolarização, acendendo os níveis de formação corporal, psicológica, social, cultural, científica, estética, e política dos alunos (ROSA; SANTOS, 2014). Logo, o ensino em tempo integral comparece não apenas como política amigável às demandas das mulheres, mas também como potencializadora do capital produtivo do país, devendo ser meta prioritária.



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica INEP/MEC, 2013-2017.
Elaboração Própria.

Embora escola em tempo integral ainda não tenha proeminência no país, desde 2007, com as ações do Programa Mais Educação, tem se logrado esforços nesse sentido para o ensino fundamental. Com foco nas escolas de baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o Programa Mais Educação amplia a jornada nas escolas públicas para, no mínimo, sete horas diárias, possibilitando o aprimoramento do sistema educacional e do desempenho escolar das crianças e adolescentes.

No âmbito do Plano Brasil sem Miséria, o empenho foi a efetivação do ensino integral para a população mais carente, ocorrendo, nessa feita, a ampliação da oferta de jornada estendida nas escolas públicas onde a maioria dos alunos (mais de 50%) fosse beneficiária do Programa Bolsa Família, como mostrado no Gráfico 3. Em que pese os esforços empreendidos, o alcance ainda é limitado, uma vez que, em 2014, o Mais Educação alcançava apenas uma pequena parcela do quantitativo de escolas públicas-ver Gráfico 3.



Fonte: MEC/MDS

Elaboração: Decon/ Senarc/ MDS

4.1.2 Licença para o cuidado

A licença-maternidade introduzida no Brasil, em 1943, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), concedeu às mulheres direito a uma licença, com salário integral, de um mês antes do parto e dois meses após ele. Para os homens, o direito limitava-se à “falta justificada” de um dia no decorrer da primeira semana do nascimento de um filho. A Constituição de 1988, alicerçada em princípios solidários, ampliou a licença-maternidade para 120 dias e estabeleceu a licença-paternidade de cinco dias.

Em que pese o limitado tempo subsidiado para função de cuidar, a direção assumida desde 1943 foi de extensão da licença para cuidar de crianças. Fato atestado na criação, em 2008, por meio da Lei Federal nº 11.770, do Programa Empresa Cidadã, que confere incentivos fiscais para as empresas que postergarem a licença-maternidade por mais 60 dias, totalizando 180 dias de benefício. Quando sancionada a lei, o programa era destinado apenas à licença-maternidade. Todavia, a Lei 13.257 publicada em 8 de março de 2016, que trata das políticas públicas para primeira infância, englobou no Programa Empresa Cidadã também a prorrogação da licença paternidade por 15 dias, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Não se pode deixar de pontuar que, apesar dos avanços, a licença para cuidar de crianças no Brasil ainda é marcada por duas problemáticas, quais sejam: i) a assimetria de gênero, uma vez que é direito/dever quase exclusivo da mulher cuidar do filho; e ii) uma estratificação do direito à maternidade ou paternidade conforme a inserção no mercado de

trabalho, uma vez que a licença contempla apenas as pessoas que contribuem para o Regime Geral de Previdência Social ou Regime Próprio da Previdência Social.

Para Sorj (2013), a regra contributiva da licença hierarquiza a maternidade entre a que deve ser socialmente protegida e aquela cujos custos devem ser privadamente arcados pelas mães. A autora aponta que é um benefício seletivo e excludente, uma vez que muitas mulheres exercem atividades remuneradas no mercado informal. Assim, quantitativo expressivo de mulheres, em especial as mais vulneráveis, encontra-se apartado da licença maternidade e de sua possibilidade de prorrogação, não se vislumbrando no horizonte a universalização dessa extensão de tempo dada a necessidade de uma Emenda Constitucional (BARTHOLO, 2009).

De modo geral, a legislação trabalhista brasileira não lida com a necessidade dos trabalhadores de articulação entre atividades produtivas e reprodutivas. A Consolidação das Leis do trabalho (CLT) permite ao trabalhador se ausentar do serviço sem perda salarial em eventos específicos (matrimônio, nascimento de filho, e morte seja de cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa sob sua dependência econômica) que, a despeito de sua relevância, não condizem com a demanda de conciliação entre trabalho e família (MOSER; PRÁ, 2016).

Medida que tem sido acessada pelas mulheres na articulação entre trabalho e família é a flexibilização da jornada de trabalho, ou seja, trabalhos em tempo parcial. Embora essa forma de flexibilidade laboral possibilite que muitas mulheres trabalhem, esse não é o caminho mais salutar para o desenvolvimento profissional, na medida que esse tipo de emprego, de modo geral, apresenta menores rendimentos, justamente por estar mais presente no mercado informal. Esse fenômeno deve se intensificar no Brasil mediante a possibilidade incorporada na Reforma Trabalhista de 2017 de o trabalho em tempo parcial poder ser de até 30 horas semanais - o que apresenta um risco velado à atuação laboral feminina.

Uma medida que a legislação trabalhista poderia contemplar, de forma impositiva para as empresas, mas opcional para os trabalhadores, é que os empregados com dependentes, sejam crianças ou idosos, possuam flexibilidade no período de trabalho, na forma de banco de horas. O fato contribuiria para uma maior mobilidade laboral dada a possibilidade de alternância nos horários de chegada e saída, modelo muito menos marcado por um viés feminino que o trabalho em tempo parcial, e facilitador da conciliação entre trabalho e família (DOMINGUES, 2018).

4.1.3 Subsídio ao cuidado

O Brasil conta com um renomado programa de transferência de renda (Bolsa Família) que atende à população extremamente pobre, e, pobre com crianças, ou jovens ou nutrizes. Desde a sua criação, o programa vem propiciando o fortalecimento do sistema de proteção brasileiro, com extensão do público atendido, do valor do benefício e da interlocução com outras iniciativas públicas. No ano de 2018, como mostrado na Tabela 4, o programa alcançou um público de 13,9 milhões de famílias, com benefício médio de R\$ 188,20 e um gasto total de R\$ 2,6 bilhões.

Tabela 4
Público atendido e recursos do Bolsa Família, 2018

Famílias atendidas	Benefício médio	Gasto total em benefícios
13.951.980	188,2	2.625.161.695,00

Fonte: Relatório de Programas e Ações do MDS, 2018
Elaboração Própria

Embora a finalidade do programa seja o enfrentamento da pobreza, o benefício monetário certamente auxilia no percurso de cuidar das crianças. O resultado do trabalho de Passos e Waltenberg (2016) considerando que o Programa Bolsa Família (PBF) aumenta o tempo de trabalho doméstico das mulheres e, em contrapartida reduz o tempo de trabalho remunerado, sinaliza que o programa poderia ser aventado como um subsídio para a função de cuidar. Contudo, se for entendido como um programa que subsidia o cuidado, acredita-se que de forma não deliberada, este é marcado por um viés feminino, já que os autores encontram uma redução do tempo de trabalho doméstico dos homens que estão em domicílios que recebem o programa. Bartholo (2009) corrobora essa associação do Bolsa Família à não desfamiliarização dos cuidados, ao afirmar que os subsídios financeiros para as famílias com crianças, favorecem o familismo, quando não possibilitam a compra, no mercado, de serviços de cuidado.

Como é sabido os serviços de cuidado no mercado brasileiro apresentam custos elevados, sendo que os benefícios de transferência de renda do Bolsa Família não possibilitam, por exemplo, o acesso de cuidados formais para as crianças. Mas, como o objetivo essencial do programa é alívio da pobreza não parece adequada a afirmação de que o mesmo é familista. Talvez, o desenho do programa de modo ingênuo seja influenciado por normas de gênero arraigadas socialmente, mantendo estereótipos ao invés de refutá-los, algo que seus executores precisam estar atentos, de modo a não ratificar o familismo implícito no Brasil.

Em relação ao auxílio do Estado na prestação de cuidado de crianças, um fato pouco comentado e investigado no Brasil são os gastos tributários com os dependentes. A classe média tradicional e os ricos recebem subsídio do Estado ao deduzir do Imposto de Renda de Pessoa Física as despesas com bens e serviços de saúde e educação de crianças, podendo ser considerado, de modo análogo ao PBF, um subsídio ao cuidado. Esses benefícios fiscais, conforme Silveira e Passos (2018), na média alcançam R\$ 80,00 mensais, valor que suplanta os benefícios variáveis do PBF- R\$ 64,00. Para os autores, o extrato mais rico da população conta com um PBF “escondido” nas deduções do imposto de renda, fato desconsiderado nas críticas à transferência de renda aos pobres.

Os esforços empreendidos no Brasil para afiançar políticas de cuidados às crianças ainda se encontram aquém do que se almeja em prol da igualdade nas relações de gênero. E o cenário de cuidados aos idosos comparece de modo mais delicado.

4.2 Cuidados aos idosos

Espera-se conforme as projeções populacionais do IBGE um aumento de 8,8 milhões no quantitativo de idosos no Brasil nos próximos 10 anos, sendo que muitos destes demandarão cuidados de forma continuada. O número de idosos brasileiros que deverão necessitar de cuidados prolongados poderá crescer de 30% a 50% entre 2010 e 2020 (CAMARANO; KANSO, 2010). Porém, a despeito das projeções sinalizarem para uma sociedade envelhecida no futuro próximo, não se vislumbra a expansão de políticas que atendam as demandas dessa nova estrutura etária.

A legislação brasileira-, Constituição de 1988, Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso-, atribui à família a responsabilidade primária pelas políticas de cuidado com os idosos, o que favorece a não prioridade no investimento das políticas públicas para esse propósito. E mesmo sendo atribuição do Estado prover serviços de cuidado para idosos carentes, nem nesse âmbito a responsabilidade estatal se concretiza além da regulação e fiscalização das instituições privadas que prestam estes serviços (CAMARANO; MELLO, 2010b).

4.2.1 Cuidado formal

O Programa Saúde da Família (PSF) é uma iniciativa que visa reorientar a assistência à saúde no país, dando centralidade a atenção básica e seu potencial preventivo e promotor de

qualidade de vida. Com ações programáticas e intersetoriais, o PSF assume o compromisso de prestar uma assistência universal, integral, equânime e contínua na unidade de saúde e no domicílio, de modo a afiançar o atendimento das reais necessidades da população (SECRETÁRIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE, 2000).

Assim, o Programa Saúde da Família poderia ser uma forma alternativa de atenção ao idoso no Brasil, já que um dos objetivos do programa é o oferecimento de cuidados com a saúde dentro do domicílio. No entanto, na prática ainda é pequeno o atendimento domiciliar, e mesmo o que é ofertado não serve a todas as necessidades da população idosa dependente, uma vez que não é um acompanhamento diário. Para Pasinato e Kornis (2009), deveria ser realizado um incremento do programa de forma a oferecer serviços de cuidados técnicos a idosos e apoio aos cuidadores informais familiares, uma vez que, no presente, como mostram Schwartz et al. (2010), as ações do PSF estão prioritariamente direcionadas à saúde materno-infantil, área que de longa data tem sido priorizada no campo da Saúde Pública. Apesar de o PSF ser considerado uma iniciativa pioneira nas políticas públicas de apoio à família vulnerável, ainda não há diretrizes específicas para o atendimento ao idoso e menos ainda para o atendimento institucional (CAMARANO, MELLO, 2010b).

As informações da Tabela 5 mostram que apenas 56,8% dos domicílios brasileiros foram atendidos pelo PSF, em 2013, o que sugere uma baixa cobertura do programa. E levando em conta os domicílios com ao menos um idoso, a proporção foi levemente superior (58,09%).

Tabela 5
Porcentagem de domicílios cadastrados no Programa Saúde da Família, 2013

	Geral (%)	Domicílios com ao menos um idoso (%)
Sim	56,8	58,09
Não	33,02	32,93
Não sei	10,18	8,99

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2013.

Em relação ao quantitativo de vezes que os domicílios foram visitados pelo PSF, os dados da Tabela 6 mostram que 45% dos domicílios receberam visitas mensalmente nos últimos 12 meses⁵ e 17% não havia recebido nenhuma visita. E quando se considera os domicílios com ao menos um idoso a situação não é muito diferente, revelando que o cuidado formal nos lares ainda é uma realidade pouco robusta no Brasil.

⁵ A pesquisa é referente ao ano de 2013

Tabela 6
Número de vezes que os domicílios foram visitados pela equipe Saúde da Família nos últimos 12 meses

	Geral (%)	Domicílios com ao menos um idoso (%)
Mensalmente	45,45	47,05
A cada 2 meses	12,08	11,69
De 2 a 4 vezes	14,14	14,81
Uma vez	11,03	9,65
Nunca recebeu	17,30	16,80

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNS de 2013.

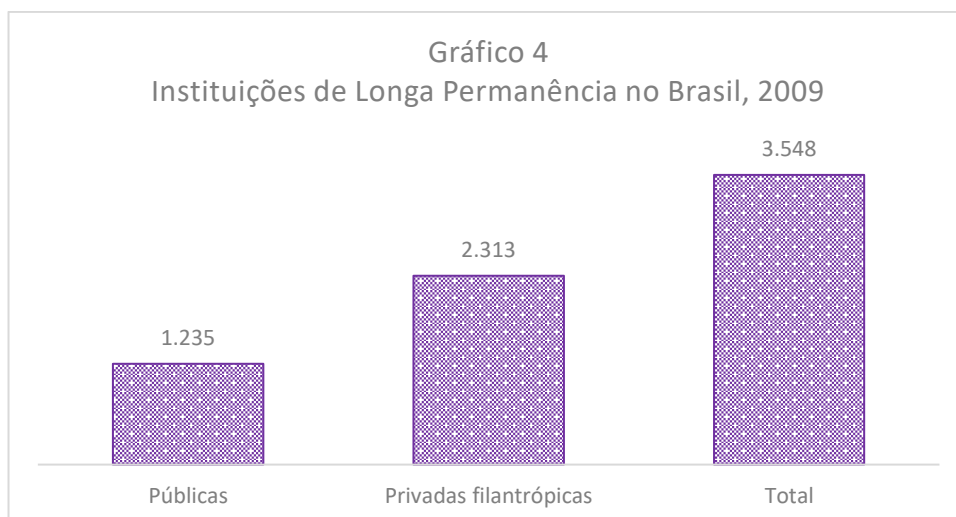
No âmbito do Ministério da Saúde, tem tido relevo, em relação às demandas do envelhecimento populacional, a valorização do cuidado domiciliar e a qualificação do cuidador. Nessa perspectiva, em 1999, foi promulgada a Portaria Interministerial nº 5.153 que instituía o Programa Nacional de Cuidadores de Idosos. Não obstante, apenas em 2008 foi efetivamente lançado o Programa, que visava formar pessoas capazes de ofertar um cuidado adequado à população idosa, em especial aos idosos dependentes, sendo alvo da qualificação tanto cuidadores familiares quanto institucionais.

Cabe sublinhar que o cuidado do idoso enquanto profissão ainda é um campo em disputa, e conforme Debert e Oliveira (2015), o debate acerca do lugar a ser ocupado pelo cuidador de idosos como profissão é marcado por muitas diferenciações, que englobam desde diretrizes relacionadas às atribuições ou aos direitos trabalhistas, como o cuidado de idosos como uma necessidade social.

O que se tem de mais concreto no Brasil para a população idosa são as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) e em menor escala, centros-dia, centros de convivência e espaços nas universidades de convívio social para idosos (GUEDES, 2014).

A origem das chamadas Instituições de Longa Permanência para Idosos está associada aos asilos dirigidos à população carente. As ILPIs são caracterizadas como instituições governamentais ou não governamentais, destinadas a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem apoio familiar.

Como mostrado no Gráfico 4, no ano de 2009 foram identificadas 3.548 Instituições de Longa Permanência no território nacional, sendo a maioria (65%) de cunho privado filantrópico e apenas 5,2% públicas.



Fonte: Adaptado de Camarano e Melo (2010b)

Essas instituições têm diminuta cobertura, em torno de 1% da população idosa, e atendem ao país de forma pouco igualitária, havendo uma concentração nas regiões Sul e Sudeste (GUEDES, 2014). Ademais, essas instituições, como mostra a Tabela 7, têm maior presença, por volta de 53%, em municípios maiores- de 100 mil ou mais habitantes.

Tabela 7
Instituições de Longa Permanência, por porte dos municípios, Brasil, 2009

Porte do município	Quantitativo de municípios	ILPIs identificadas	Municípios com ILPIs (%)
>=5.000	1.282	108	3,0
5.001-10.000	1.283	261	7,4
10.001-20.000	1.363	404	11,4
20.001-50.000	1.050	551	15,5
50.001-100.000	317	360	10,1
100.001-500.000	230	774	21,8
>=500.001	39	1.090	30,7
Total	5.564	3.548	100

Fonte e elaboração: Camarano e Barbosa (2016)

As denúncias que apontam a pouca qualidade dos serviços prestados nas ILPIs, e as noções de exclusão e exílio que normalmente são associadas a essas instituições, fazem com que seja baixa a utilização desta alternativa de cuidados formais no Brasil (CHRISTOPHE; CAMARANO, 2010).

Nos espaços conhecidos como centros-dia são oferecidos aos idosos, com vínculos familiares, serviços de cuidados, cursos variados, atividades de esporte e lazer, e atenção à saúde, com o retorno dos idosos as suas casas à noite. Para Camarano e Mello (2010b), essa

modalidade de serviço é entendida como uma alternativa mais adequada frente à residência institucional, porém só alcança idosos semidependentes e independentes que apresentam laços familiares.

Os centros de convivência oferecem atividades diversas que proporcionam sociabilização aos idosos não dependentes com duração de 4 a 8 horas na semana. E os espaços para idosos nas universidades oferecem oficinas variadas (aulas de inglês, português, espanhol, hidroginástica, pilates, natação, teatro, etc.).

Os centros-dias apresentam uma oferta pouco expressiva, total, em 2016, de 1.345 equipamentos, conforme o Censo do Sistema Único de Assistência Social, chamado Censo Suas (Ver a distribuição regional na Tabela 8). Já, os centros de convivência são mais presentes perfazendo um total de 8.454 unidades. A proeminência dos centros de convivência frente aos centros dias pode ser devido aos custos mais baixos envolvidos e a maior simplicidade no serviço ofertado, uma vez que não é requerido cuidado especializado.

Tabela 8
Quantitativo de Centros-Dias e Centros de Convivência, 2016

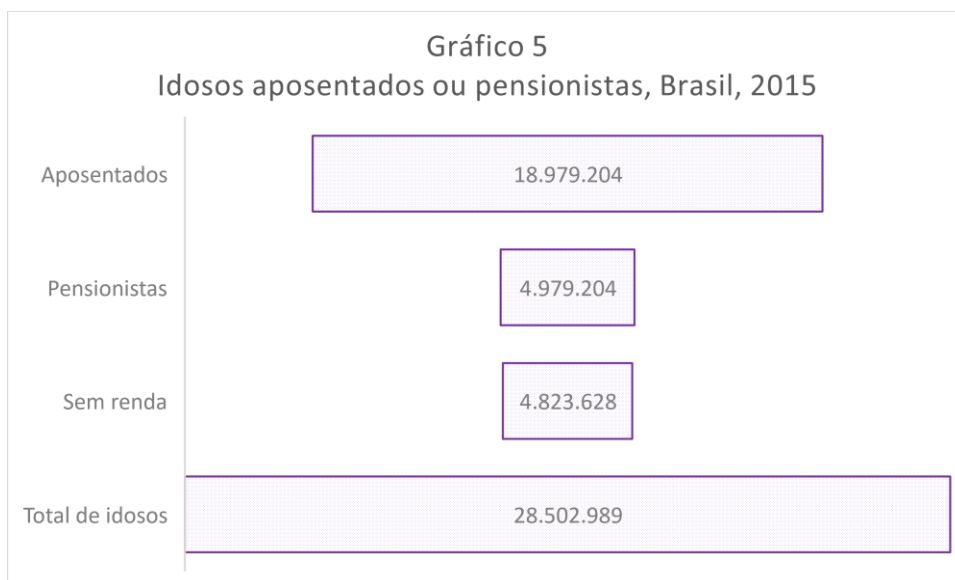
	Centros-Dias	Centro de Convivência
Norte	13	238
Nordeste	97	2.205
Sudeste	812	4.035
Sul	316	1.407
Centro-Oeste	107	568
Brasil	1.345	8.454

Fonte: Censo SUAS, 2016
Elaboração Própria.

4.2.2 Subsídio ao cuidado

Em que pese o incipiente sistema de serviços de cuidados para a população idosa, no quesito renda a proteção social desse contingente populacional tem sido expressiva. A combinação entre benefícios contributivos, semi-contributivos e não contributivos coloca o Brasil entre os países da América Latina com o mais elevado grau de proteção social aos idosos (PAIVA et al, 2016), sendo que, em 2015, como mostrado no Gráfico 5, a maioria dos idosos brasileiros eram aposentados ou pensionistas (83%).

Considerando idosos com dificuldades para executarem as atividades da vida diária, em 2008, 84,9% dos homens idosos e 80,5% das mulheres recebiam algum tipo de benefício social (CAMARANO; KANSO, 2010).



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Além das aposentadorias e pensões, o país conta com um benefício assistencial que protege na velhice- o Benefício de Prestação Continuada (BPC). O BPC tem proeminente papel no seguro a velhice no Brasil, ao afiançar, por meio de um benefício não contributivo, não condicionado, com status de direito, no valor de um salário mínimo, proteção a população pobre com idade avançada ou alguma deficiência física, mental ou sensorial. Os números, mostrados na Tabela 9, não deixam dúvidas que essa é uma significativa política pública, com alcance de 2 milhões de idosos e gasto de 17 bilhões, em 2018.

Tabela 9
Público atendido e recursos do Benefício de Prestação Continuada, 2018

	Pessoas atendidas	Gasto total (em bilhões)
Portadores de deficiência	2.582.644	21,8
Idosos	2.042.932	17,40
Total	4.625.576	39,30

Fonte: Relatório de Programas e Ações do MDS, 2018
Elaboração Própria

Assim, de forma similar ao Bolsa Família, o BPC, poderia ser tido como um subsídio do Estado ao cuidado. Ao ser um benefício no valor de um salário mínimo o BPC possibilita a compra no mercado privado de serviços de cuidado, e, favorece a individualização do sustento dos idosos, na medida que conforme Paulo, Wajzman e Oliveira (2013) e Oliveira e Kassouf (2014) o benefício aumenta a probabilidade de idosos viverem sozinhos.

Todavia, a dura reforma previdenciária proposta pela PEC 287/16 tende a mitigar os patamares elevados de seguro à velhice, em especial da população mais pobre. Nesse bojo, é importante sublinhar o que aponta Bartholo (2009) de que os benefícios sociais não

contributivos não devem ser tidos apenas como gastos públicos de teor assistencialista, mas como investimentos que reprimem os riscos sociais que solapam a busca de uma sociedade mais justa e igualitária em oportunidades e resultados.

4.3 Regime brasileiro de cuidados

Como base na conceituação de Esping-Andersen (1999), o Brasil se assemelharia a um regime familista, uma vez que a família ainda é o agente principal de provisão de cuidados e bem-estar, como atestado nas informações supracitadas de oferta de cuidados a crianças e idosos. Tanto pela oferta pouco disseminada dos serviços de cuidados, como pela própria concepção cultural de que os dependentes estarão mais bem amparados no seio da família, o cuidado, em boa medida no Brasil, permanece como uma questão privada e das mulheres.

Embora hoje não seja mais prevalecente no país um modelo de homem provedor e mulher cuidadora, as mulheres ainda são as responsáveis pela reprodução social, sendo, conseqüentemente, penalizadas com uma excessiva carga de trabalho, quando somamos as atividades remuneradas com as não remuneradas. Cabe destacar que a condição de gênero faz com que a média de horas trabalhadas no mercado das mulheres seja inferior à dos homens (FONTOURA et al., 2010; MELO, 2017), embora exista uma dupla jornada que faz com que no total o tempo de trabalho das mulheres suplante o dos homens em 7 horas semanais, conforme PNAD 2015.

Na classificação da Leitner (2003), o Brasil estaria mais próximo de um familismo implícito, uma vez que provê baixos cuidados institucionais para crianças e idosos, e são praticamente inexistentes políticas que subsidiem o cuidado na família, exceção das licença maternidade e paternidade. Aventou-se a possibilidade de o Bolsa Família, as deduções de gastos com dependentes, e o BPC serem tidos como políticas que, em certa medida, subsidiam a família no apoio as crianças (primeiros) e idosos (último). Não obstante, tem de se ponderar que esses benefícios são restritos à população em situação de pobreza ou são apropriados pelo estrato mais rico, o que faz com que, mesmo considerando esses benefícios, o Brasil esteja mais próximo, na classificação de Leitner (2003), de um familismo implícito.

Para a tipologia de Saraceno e Keck (2012), o Brasil estaria mais próximo ao familismo apoiado, mesmo que a maior parte do auxílio público para função de cuidar não seja por meio de transferências financeiras. De subsídio monetário com a finalidade de cuidar, o país tem a licença maternidade e paternidade para os primeiros meses de vida das crianças, e ações de

apoio financeiro para crianças e idosos que, em certa medida, auxiliam no percurso do cuidado. Em que pese ainda ser uma rede incipiente, o que se tem de forma mais disseminada do que o subsídio financeiro ao cuidado no Brasil são os serviços institucionais para as crianças em creches públicas, pré-escolas públicas, escola pública (em tempo parcial e integral), e ILPIs, centros-dias, centros de convivência para idosos. No caso do Brasil, o familismo apoiado praticamente não enfrenta as assimetrias de gênero no cuidado, tendo diminuto potencial de promoção de equidade nas relações sociais. Por exemplo, as licenças remuneradas para cuidar de crianças priorizam a mãe, ao contrário dos países nórdicos onde há um incentivo à participação dos pais.

Pelas três tipologias analisadas, o Brasil se apresenta como um regime de bem-estar fincado na família para provisão de cuidados, como sintetizado no Quadro 4. No Brasil, como em boa parte do mundo, dentro das famílias as mulheres assumem a responsabilidade primária pela provisão de cuidado, o que faz do familismo um regime que dificulta o desenvolvimento profissional feminino.

Quadro 4
Classificação do Brasil nas tipologias de Esping-Andersen (1999), Leitner (2003), e Saraceno e Keck (2010)

Classificação	Tipologia	Políticas de cuidados (crianças e idosos)
Familista	Esping-Andersen (1999)	Cuidado de crianças e idosos de responsabilidade primária da família.
Famílismo implícito	Leitner (2003)	Níveis baixos de cuidados formais, e, falta de apoio em dinheiro para cuidar no seio da família.
Familismo apoiado	Saraceno e Keck (2010)	Existência de auxílio público para função de cuidar.

Elaboração Própria.

Cabe sublinhar que a associação entre o regime familista e a sobrecarga de trabalho e limitação profissional na vida das mulheres não deve ser automática. O avanço profissional feminino não deve estar na conta apenas da responsabilidade primária da família pelo cuidado, conseqüentemente na diminuta oferta pública e privada dos serviços de cuidados. Deve-se considerar que muitas barreiras enfrentadas pelas mulheres na trajetória laboral têm vinculação também com o não compartilhamento equânime entre homens e mulheres na provisão de bem-estar no âmbito dos lares.

A mitigação das desigualdades de gênero, dentro e fora dos lares, passa, portanto, pela externalização do cuidado do âmbito privado e pelo afrouxamento da responsabilidade das famílias, isto é, das mulheres, do apoio prioritário aos demais membros familiares, bem como o enfrentamento de estereótipos de gênero que vinculam as mulheres ao cuidado.

As políticas que possibilitam a desfamiliarização dos cuidados, por meio de um conjunto de transferências e serviços específicos, comparecem como um dos mecanismos que mais pode contribuir para aliviar as responsabilidades femininas de provisão de bem-estar para a família possibilitando, conseqüentemente, a ampliação das oportunidades de participação econômica e social das mulheres (ESPING-ANDERSEN, 2009; KERSTENETZKY, 2012). Ademais, as políticas que desfamiliarizam os cuidados comparecem como componentes estratégicos na agenda dos Estados de Bem-Estar contemporâneos, sendo que sua abrangência suplanta as questões de gênero, incidindo sobre pobreza infantil, desenvolvimento infantil, desigualdades socioeconômicas, produtividade e crescimento econômico (KERSTENETZKY, 2012).

O regime familista que rege o Brasil pinta um cenário incerto para o atendimento da demanda por cuidados. À medida que o contingente de idosos avança, sem o acompanhamento na mesma velocidade da implementação de uma provisão pública e privada de cuidados, será notória a existência de uma demanda de cuidado não satisfeita. Tendo em vista um cenário de congelamento por vinte anos, em termos reais, das despesas primárias do governo federal, não se vislumbra o equacionamento do déficit de cuidado emergente nas políticas públicas. O percurso que parece ser rabiscado é de reforço do familismo, já sinalizado com o Criança Feliz, com diminuta responsabilização pública pelas problemáticas inerentes à questão de cuidados.

A manutenção do Estado de Bem-Estar brasileiro é cada vez mais incerta mediante o avanço de uma agenda conservadora e restritiva de direitos, em ritmo acelerado, no país. Se ainda é longo o percurso em prol da desfamiliarização dos cuidados, o receio é que a crise fiscal e econômica interdiça, por muito tempo, a consolidação de um avançado Estado de Bem-Estar no Brasil, com riscos de até mesmo retrocesso nas políticas sociais já galgadas. As reformas estruturais propostas recentemente no Congresso, notadamente, a reforma previdenciária, em discussão, e a trabalhista, já aprovada, atestam o fato.

5 Considerações Finais

Dada a manutenção dos “papéis” de gênero, a inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho têm fortes vínculos com os instrumentos ao seu alcance para articular trabalho e família, as chamadas políticas de cuidado.

Regimes de Bem-Estar familistas se pautam em um contrato intergeracional que reserva à família, isto é, à mulher, a provisão de cuidados. Nesses Regimes de Bem-Estar, grosso modo, os serviços de cuidados são incipientes, devido a própria concepção cultural que considera que as crianças e idosos estão mais bem amparados no seio da família. O Brasil é um bom exemplo, uma vez que são pouco expressivas as formas de articulação entre trabalho e família tanto na provisão pública como de mercado dos serviços de cuidados.

O acesso limitado a creches e pré-escolas, em especial de ensino em tempo integral, a ausência de cuidados formais domiciliares públicos para idosos, diminuta oferta de serviço institucionalizado para idosos e quase ausência de subsídios financeiros de apoio ao cuidado, revelam o quanto a provisão de cuidados no Brasil ainda é tímida. Na ausência de uma provisão de cuidados pública consolidada e diante da presença de serviços privados com alto custo é à família, isto é à mulher, quem tem recaído o papel de cuidadora das crianças e idosos.

O sistema de proteção ao idoso atual é faltoso na provisão de serviços de cuidados, mas apresenta uma alta proteção previdenciária. Todavia, o cenário que parece se desenhar para o futuro é de desproteção nos serviços e na renda para a população idosa mais pobre. E, ao se confirmar a desproteção de renda na velhice perderá espaço no país a desfamiliarização do sustento dos idosos, sem se ter alcançado a desfamiliarização dos cuidados, demonstrando um retrocesso sem precedentes.

No regime familista, a mulher tem que encontrar por contra própria uma forma de articular trabalho e família. As mulheres ricas e de classe média alta se valem de um modelo de delegação, contratando outras mulheres para exercerem os afazeres domésticos e cuidados no lar. As que não podem atribuir essas tarefas para outras mulheres têm como alternativas a exclusão do mercado de trabalho, ou a flexibilização no trabalho, trabalhos temporários e/ou em tempo parcial, todas elas danosas para a inserção e ascensão social e profissional das mulheres.

Por seu turno, no regime não familista (desfamiliarizador) o Estado, em geral, assume a responsabilidade da provisão de cuidados, por meios institucionais ou através de transferências monetárias que permitam as famílias terem a opção de cuidar dentro do lar. Essas ações ampliam o leque de escolhas das mulheres e podem favorecer sua atuação profissional, na medida que as auxiliam na articulação entre trabalho e família muito dificultada dada a pouca participação dos homens nas atividades vinculadas à vida privada. Ademais, as políticas pensadas no regime desfamiliarizador tentam mitigar as assimetrias de gênero, incentivando a participação dos homens na função de cuidar.

Entendendo que a entrada das mulheres no mercado de trabalho não é um fenômeno efêmero e que a dinâmica demográfica conduz ao envelhecimento das sociedades, o déficit de cuidado emergente demanda investimento público nas questões de cuidado. As tarefas de reprodução da vida, predominantemente assumidas pelas mulheres, não podem continuar invisibilizadas nos debates e na formação das políticas sociais.

As políticas de articulação da vida doméstica com o trabalho são um mecanismo contributivo para desafogar as mulheres da provisão de bem-estar a família e para ampliar as possibilidades de participação econômica e social dessas, devendo, portanto, ser meta prioritária dos Estados de Bem-Estar Social.

Todavia, no Brasil qualquer proposição para equacionar a problemática dos cuidados via aparato público parece ter pouco espaço de concretização nesse momento. Se a solução para o aumento da demanda de cuidados for privada as possibilidades de autonomia e independência das mulheres serão mitigadas, com efeitos lesivos na longa história de luta feminina por desenvolvimento profissional. O risco de retrocesso na busca pela equidade nas relações de gênero, nesse cenário, é cada vez mais eminente.

Referências

ARAÚJO, C. VEIGA, A. Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18. Brasília, p. 179-209. 2015.

ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas. *BIB*, n. 39, 1995, p. 3-40.

BANDEIRA, L.; MELO, H. P. A divisão sexual do trabalho: trabalho doméstico remunerado e a sociabilidade das relações familiares. *Gênero*. Niterói, v.13, n.2, p. 31-48, 1. sem. 2013.

BARTHOLO, L. Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI. 2009, 149f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Programa de Pós-graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. 2009.

BATTHYÁNY, K. El cuidado infantil en Uruguay y sus implicancias de género: Análisis a partir del uso del tiempo. *Revista de Ciencias Sociales*, vº 27, 2010, p. 20 - 32.

BERZINS, M. A. V.; GIACOMIN, K. C.; CAMARANO, A. A. A assistência social na política nacional do idoso. In: ALCÂNTARA, A.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. (Orgs). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

BIROLI, F. Responsabilidades, cuidados e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18. Brasília, p. 81-117, 2015.

_____. Divisão sexual do trabalho e democracia. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, 2016, pp. 719 a 681.

_____. *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. *Revista LOLA Press*, nº 16, 2001.

CAMARANO, A. A. Estatuto do idoso: avanços com contradições. Rio de Janeiro: *Ipea*, Brasília, 2013 (Texto para Discussão, n. 1.840).

CAMARANO, A. A.; MELLO, J. L. Introdução. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA, 2010a, pp. 145-162.

_____. Cuidados de longa duração no Brasil: o arcabouço legal e as ações governamentais. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA, 2010b, pp. 145-162.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Como as famílias brasileiras estão lidando com idosos que demandam cuidados e quais as perspectivas futuras? A visão mostrada pelas PNADs. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA, 2010, pp. 93-122.

CAMARANO, A. A.; BARBOSA, P. Instituições de Longa Permanência para idosos no Brasil: do que se está falando?. In: ALCÂNTARA, A. O; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Orgs). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, pp. 479-513.

CAVALIERE, A. M. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

CHRISTOPHE, M.; CAMARANO, A. A. Dos asilos às instituições de longa permanência: uma história de mitos e preconceitos. In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um novo risco social a ser assumido?* Rio de Janeiro: IPEA, 2010, pp. 145-162.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, nº 1, pp. 139-167, 1989.

DALY, M.; LEWIS, J. The concept of social care and the analysis of contemporary welfare states. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 2, June, 2000, pp. 281-298.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo.2016.

DEBERT, G. G.; OLIVEIRA, Amanda Marques. A profissionização da atividade de cuidar do idoso no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº18. Brasília, setembro – dezembro, 2015, pp. 7-41.

DOMINGUES, L. S. Políticas de conciliação trabalho-família no Brasil no século XXI: uma análise das condições em três dimensões.2018. 60p. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas)-Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ESPING-ANDERSEN, G. *The three worlds of welfare capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

_____. *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. *The Incomplete Revolution: adapting to women's new roles*. Cambridge: Polity Press, 2009.

FEBER, M. A feminist critique of the neoclassical theory of the family. In K. Moe (ed.), *Women, family, and work: Writings on the economics of gender*, p. 9–23, Blackwell Publishing.2003.

FONTOURA, N.; PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; VASCONCELOS, M. Pesquisas de uso do tempo no Brasil: contribuições para a formulação de políticas de conciliação entre trabalho, família e vida pessoal. *Revista Econômica*, Rio de Janeiro, v 12, n 1, p. 11-46, junho 2010.

FRASER, N. Contradictions of Capital and Care. *New Left Review*, v. 100, n. July Aug 2016, p. 99–117, 2016.

GRUNDY, E.; HENRETTA, J. Between elderly parents and adult children: a new look at the intergenerational care provided by the 'sandwich generation'. *Ageing and society*,26, 2006.

GUEDES, M. de C. A inserção dos trabalhadores mais escolarizados no mercado de trabalho brasileiro: uma análise de gênero. *Trab. Educ. Saúde*, Rio de Janeiro, v. 8 n. 1, p. 55-75, mar./jun.2010.

_____. Percepções sobre o papel do Estado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo: uma análise do Rio de Janeiro. *Cadernos Pagu*, n.47, 2016.

GUEDES, M. de C.; ARAÚJO, Clara. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. *Revista Gênero*, v. 12, p. 61-79, 2011.

GUEDES, G. P. Benefícios econômicos e sociais dos serviços de cuidado aos idosos para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia), Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, jun. 2014.

_____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. *Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, n. 7, 2015.

HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 3, n. 2, pp. 464-478, 2. sem.1995.

IPEA. *Políticas Sociais: acompanhamento e análise (BPS)*. Brasília: Ipea, n. 24, 2016.

JESUS, J. C.; WAJNMANN, S. Geração sanduíche: uma análise em contexto de cossobrevivência e coresidência no Brasil, 2008. *Relap*, v. 18, p. 43-61, 2016.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, p.67-75, 2009.

KERSTENETZKY, C. L. *O Estado do Bem-Estar Social na Idade da Razão: A reinvenção do Estado Social no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 295.

_____. Estará o futuro da Social Democracia nas mãos das mulheres? *RDRST*, v. 3, n. 1, p. 102–124, 2017.

LEITNER, S. Varieties of familialism: the caring function of the family in comparative perspective. *European Societies*, v 5, n. 4, 2003, pp. 353–375.

LEWIS, J. Decline of the Male Breadwinner Model: Implications for Work and Care. *Social Politics*, v. 8, n. 2, 2001, pp. 152-169.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, F. Articulado gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes; Luana Pinheiro; Cristina Queiroz; Ana Carolina Querino; Danielle Valverde, Brasília, 2013.

MELO, H. P.; DI SABBATO, A. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: *Autonomia e empoderamento da mulher*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011, p53-76.

MELO, H. P. Relações de gênero, raça e etnia no mercado de trabalho brasileiro no século XXI. *Revista da ABET*, v. 15, n. 1, Jan/Jun, 2016.

_____. A questão de gênero no projeto da reforma da previdência social: uma visão histórica. *Revista da ABET*, v. 16, n. 1, Jan./Jun., 2017.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MOSER, L.; PRÁ, K. R. D. Os Desafios de Conciliar Trabalho, Família e Cuidados: evidências do “familismo” nas políticas sociais brasileiras. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), v. 15, n. 2, p. 382 - 392, ago./dez. 2016.

OLIVEIRA, P. R. de; KASSOUF, A. L. O benefício de prestação continuada destinado a idosos: uma análise a partir dos microdados da Pnad. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (Org.). *Avaliação de Políticas Públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome*. 1.ed. Brasília: Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, MDS, 2014, v. 3, p. 118-133.

PAIVA; A. B; MESQUITA, A. C. S.; PASSOS, L. O Novo Regime Fiscal e suas implicações para a política de Assistência Social no Brasil. Brasília: Ipea, 2016. (Nota Técnica Ipea nº 27).
PASSOS, L.; GUEDES, D. R. Participação feminina no Mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. *Planejamento e Políticas públicas*, v.1, n, 50, 2018.

PASSOS, L.; WALTENBERG, F. Bolsa Família e assimetrias de gênero: reforço ou mitigação? *Revista Brasileira de Estudos de População (REBEP)*, Rio de Janeiro, v.33, n.3, p.517-539, set./dez.2016.

PAULO, M. A; WAJNMAN, S.; OLIVEIRA, A, M. A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 30, p. S25-S43, 2013.

PIERSON, C. *Beyond the welfare state- the new political economy of welfare*. Cambridge: Polity Press, 1998.

PFAU-EFFINGER, B. Development paths of care arrangements in the framework of family values and welfare values. In: PFAU-EFFINGER, Brigit; GEISSLER, Brigit. (Orgs) *Care and Social integration in European Societies*. Great Britain: The Policy Press, 2005, pp. 4-24.

_____.The Relationship between Family and Employment and the Well-being of Children. *Wellchi Working Paper Series*. n 3, 2007. Barcelona: Children’s Well-being International Documentation Centre. Disponível em: http://www.ciimu.org/webs/wellchi/working_papers/wp3_pfau_effinger.pdf. Acesso em: 21 de mar. 2014.

PFAU-EFFINGER, B.; ROSTGAARD, T. Welfare-state change, the strengthening of economic principles, and new tensions in relation to care. *NJSR – Nordic Journal of Social Research – Special Issue*, 2011.

PIOLA, S.; PAIVA, A. B.; SÁ, E. B.; SERVO, L. M. Financiamento público da saúde: uma história à procura de rumo. *Texto para Discussão* nº 1846. Brasília: Ipea, 2013.

RAZAVI, S. The political and social economy of care in a development context. Conceptual issues, research questions and policy options. *Gender and Development Programme*. Geneva: UNRISD, 2007. (Paper Number 1).

ROSA, S. V. L.; SANTOS, L. de S. L. Escola de tempo integral: mais tempo para a aprendizagem e o desenvolvimento. In: Valdeniza Maria Lopes da Barra. (Org.). *Educação: ensino, espaço e tempo na escola de tempo integral*. 1ed.Goiânia-GO: UFG, 2014, p. 209-228.

SARACENO, C.; KECK, W. Can we identify intergenerational policy regimes in Europe? *European Societies*, v.12, n.5,2010, pp. 675-696.

SCHWARTZ, T. D.; BERTULOZO, J. T.; MACIEL, E. L. N. M.; LIMA, R. de C. D. L. Estratégia Saúde da Família: avaliando o acesso ao SUS a partir da percepção dos usuários da Unidade de Saúde de Resistência, na região de São Pedro, no município de Vitória (ES). *Ciência & Saúde Coletiva*, v.15, n. 4,2010, pp.2145-2154.

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE SAÚDE. Programa Saúde da Família. *Revista de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. 316-319, 2000.

SILVEIRA, F. G.; PASSOS, L. Renúncias fiscais e tributação da riqueza: as capturas pelas elites econômicas e classe média tradicional. In: FAGNANI, E. (Org.). *A reforma tributária necessária: diagnóstico e premissas*. 1ed.Brasília: ANFIP; FENAFISCO, 2018, p. 705-738.

SORJ, B.; FONTES, A. Políticas Públicas e a Articulação entre Trabalho e Família: comparações interregionais. *Interseções (UERJ)*, v. 2, p. 267-285, 2007.

_____. O “Care” como um regime estratificado: implicações de gênero e classe social no Brasil” In: HIRATA, Helena, GUIMARÃES, Nadja (Orgs) *Cuidado e Cuidadoras: As várias faces do Trabalho do Care*. São Paulo: Atlas, 2012. pp. 103-116.

SORJ, B. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. *Cadernos de pesquisa*. v.43, n.149, 2013, pp.478-49.

VIEIRA, F. S; BENEVIDES, R. P. S. O Direito à Saúde no Brasil em Tempos de Crise Econômica, Ajuste Fiscal e Reforma Implícita do Estado. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 10, n.3, 2016.

WANGA, Y.; LI, J.; GUO, Z. Constructing a Gender-oriented Mode for Modern Citizenship. *Journal of Cambridge Studies*. v. 7, n. 4, 2012, pp. 32-53.

ENSAIO 2

DETERMINANTES DO TRABALHO PRODUTIVO NO BRASIL: AS NORMAS DE GÊNERO E A DECISÃO INTRAFAMILIAR

Resumo

O objetivo desse ensaio é definir os determinantes da decisão de homens e mulheres com cônjuges serem economicamente ativos, bem como o peso de cada um na decisão, com ênfase na compreensão de como as normas de gênero operam nesse sentido. Para tanto, é utilizado o modelo *Probit bivariado* de modo a estimar a decisão conjunta de homens e mulheres participarem do mercado de trabalho, com base na PNAD 2015. Como principais achados: a presença de crianças no domicílio, a presença de idosos no domicílio e a dedicação aos afazeres domésticos têm efeito negativo na atuação econômica das mulheres, ao passo que, a frequência das crianças à escola ou creche apresenta efeito positivo. Para os homens, as crianças pequenas têm efeito positivo, embora para as crianças maiores o efeito não seja significativo. A frequência à escola ou creche por parte das crianças pequenas apresenta efeito negativo e não significativo para crianças maiores; a dedicação aos afazeres domésticos efeito positivo, e, os idosos impactam de modo negativo. Em suma, as normas de gênero constroem a atuação econômica feminina, e, parecem favorecer a atuação masculina.

Palavras-Chaves: Gênero; trabalho produtivo; trabalho reprodutivo; economia feminista.

Abstract

This article seeks to define the determinants of men and women deciding whether their spouses should be economically active, as well as each one's weight in this decision, with an emphasis on comprehending how gender norms operate therein. We use a bivariate probit model in order to estimate the joint decision of men and women participation in the labor market, based on the 2015 National Household Sample Survey (PNAD). Our findings indicate that the presence of children or elderly in the household, as well as dedication to domestic duties, negatively impacts the economic participation of women, while their children's school or daycare attendance positively impacts it. Among men, the presence of small children has a positive impact, although for the older children the effect is not significant. The attendance at school or day care by young children has a negative and not significant effect for older children; dedication to domestic duties increases participation, and the presence of elderly in the household decreases. In sum, gender norms constrain female economic participation, while seemingly favoring it among males

Keywords: Gender; productive activity; reproductive activity; feminist economy.

1. Introdução

Atribuições, culturalmente definidas, ergueram e ainda erguem, para as mulheres, barreiras para o desenvolvimento profissional, prevalecendo uma expressiva diferença, conforme OIT (2018), de 26,5 pontos percentuais, de atuação laboral frente aos homens em nível mundial, o que torna premente a compreensão dos determinantes do trabalho produtivo.

Em que pese a vasta literatura que se debruçou sobre determinantes no mercado de trabalho brasileiro, Guimarães e Santos (2010) realizaram a única pesquisa que se valeu de uma análise conjunta da decisão de participação no mercado de trabalho de homens e mulheres casados.

O modelo de Becker (1965), que inclui a família no modelo tradicional de oferta de trabalho neoclássico, aponta que a decisão de alocação de tempo dos indivíduos ocorre por meio de um processo de maximização da utilidade familiar. Em outras palavras, em uma família a decisão de alocação do tempo ocorre de modo conjunto em conformidade com as produtividades marginais dos indivíduos no mercado de trabalho e nas demais atividades.

A teoria de Becker (1965) já concede pistas sobre a relevância de analisar a decisão de atividade econômica considerando o contexto familiar. Todavia, a economia feminista critica a teoria de Becker (1965) por negligenciar as normas sociais que, assim como a produtividade dos membros familiares em cada atividade, influenciam a decisão de alocação de tempo dos indivíduos. A economia feminista advoga que a decisão das pessoas é impactada por valores e normas construídas socialmente, não sendo, portanto, exógena às preferências individuais.

O presente trabalho diferencia-se do Guimarães e Santos (2010) ao aportar como marco teórico a economia feminista e sua crítica a Becker (1965). Ademais, são incorporadas as variáveis presença de idosos, frequência das crianças na escola ou creche e a dedicação aos afazeres domésticos-variáveis consideradas relevantes para alocação de tempo dos indivíduos conforme a economia feminista⁶.

Posto isso, o objetivo desse ensaio é investigar os fatores que influenciam a decisão de homens e mulheres com cônjuges serem economicamente ativos, bem como o peso de cada um na decisão. A indagação que orienta essa pesquisa é se elementos distintos influenciam a atuação econômica de homens e mulheres, ou, se a decisão de participação no mercado de trabalho é determinada por fatores comuns. Assumindo que a menor atuação das mulheres no

⁶ Para Donath (2000), a corrente teórica da Economia Feminista concede destaque à experiência feminina: procura responder a perguntas das mulheres e centra seu interesse na compreensão de como a economia afeta as mulheres e vice-versa.

mercado de trabalho frente aos homens é um problema social, averiguar esses determinantes possibilitaria uma compreensão mais aguçada de como as normas de gênero têm operado nesse sentido.

O *Probit* Bivariado, técnica que será adotada nesta pesquisa, é um modelo de probabilidade que, por um lado estima duas variáveis dependentes (homens economicamente ativos e mulheres economicamente ativas) em duas equações distintas correlacionadas pelos erros, bem como averigua se a estimação conjunta é estatisticamente mais conveniente do que a utilização de equação univariada para cada decisão.

O resultado do *Probit* Bivariado evidencia que a estimação conjunta é estatisticamente mais adequada do que o uso de *Probit* Univariado. Como principais achados: a presença de crianças e idosos no domicílio e a dedicação aos afazeres domésticos têm efeito negativo na atuação econômica das mulheres, por seu turno, a frequência das crianças à escola ou creche tem efeito positivo. Para os homens, as crianças têm efeito positivo ou não significativo, a frequência à escola ou creche por parte das crianças apresenta efeito negativo ou não significativo, a dedicação aos afazeres domésticos efeito positivo, e os idosos impactam de modo negativo.

Este ensaio está dividido em quatro seções além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira seção é feita uma revisão da literatura empírica, nacional e internacional, dos determinantes da atuação econômica. Na segunda seção é discutido o marco teórico da alocação do tempo dos indivíduos. Na terceira seção se explica a metodologia utilizada. Na quarta e última seção são apresentados e analisados os resultados.

2. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho: uma revisão

A análise empírica sobre a participação feminina no mercado de trabalho é bem vasta. De modo geral, os estudos ou se debruçam sobre o processo de entrada feminina no mercado de trabalho, ou na investigação dos determinantes da participação no mundo laboral. O foco desse ensaio é o segundo aspecto, sendo visitados, de modo sucinto, trabalhos empíricos sobre a temática.

Na literatura econômica empírica nacional os estudos que investigam os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho valeram-se da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e da estimação de modelos de probabilidade. As pesquisas priorizam especificações econométricas que abordam a decisão feminina de participar no

mercado de trabalho de modo unilateral, ao invés da tomada de decisão conjunta. Os estudos têm como variável dependente a *dummy* de participação no mercado de trabalho, com diversas variáveis explicativas.

A escolaridade é tida como um dos mais proeminentes determinantes no aumento da probabilidade de as mulheres se disporem ao mercado de trabalho (SEDLACEK; SANTOS, 1991; SCORZAFAVE; MENEZES, 2001; COSTA, 2007; RAMOS; AGUAS; FURTADO, 2011; CRUZ; BAÇO; PAZ, 2013; BARBOSA, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017).

Os filhos pequenos afetam negativamente a probabilidade de trabalho feminino (SEDLACEK; SANTOS, 1991; SCORZAFAVE; MENEZES, 2001; COSTA, 2007; RAMOS; ÁGUAS; FURTADO, 2011; CRUZ; BAÇO; PAZ, 2013; BARBOSA, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017). Já quando se trata de crianças maiores, algumas pesquisas indicam aumento da probabilidade de as mulheres trabalharem (SCORZAFAVE; MENEZES, 2001; BARBOSA, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017), enquanto outras apontam efeitos negativos (COSTA, 2007; CRUZ; BAÇO; PAZ, 2013). E em algumas pesquisas o efeito é não significativo (SEDELACEK; SANTOS, 1991; RAMOS; AGUAS; FURTADO, 2011). Os idosos também apresentam resultado negativo na probabilidade de trabalho feminino (COSTA, 2007; BARBOSA, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017).

A renda domiciliar *per capita* apresenta resultado negativo na probabilidade de a mulher trabalhar (SEDELACEK; SANTOS, 1991; SCORZAFAVE; MENEZES, 2001; COSTA, 2007), não significativo (BARBOSA, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017), ou ainda positivo (RAMOS; ÁGUAS; FURTADO, 2011; CRUZ; BAÇO; PAZ, 2013).

A cor das pessoas tem efeito na disposição de trabalho, sendo que ser branca reduz a probabilidade de as mulheres trabalharem (COSTA, 2007; CRUZ; BAÇO; PAZ, 2013; BARBOSA, 2014).

Ser casada reduz a probabilidade de trabalho feminino (COSTA, 2007; BARBOSA, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017), já ser chefe da família aumenta (SCORZAFAVE; MENEZES, 2001).

A idade tem efeito positivo (SCORZAFAVE; MENEZES, 2001; COSTA, 2007; RAMOS; ÁGUAS; FURTADO, 2011; CRUZ; BAÇO; PAZ, 2013; BARBOSA, 2014; BARBOSA; COSTA, 2017) ou negativo na probabilidade de as mulheres serem economicamente ativas (SEDELACEK; SANTOS, 1991). A variável idade ao quadrado, por seu turno, indica um aumento da probabilidade de as mulheres trabalharem, mas a taxas

decrecentes (SCORZAFAVE; MENEZES, 2001; RAMOS; ÁGUAS; FURTADO, 2011; CRUZ; BAÇO; PAZ, 2013; COSTA; 2007; BARBOSA; 2014; BARBOSA; COSTA, 2017).

Se as crianças frequentarem escola ou creche aumenta a probabilidade de trabalho feminino (COSTA, 2007; BARBOSA, 2014; BARBOSA, COSTA, 2017), e a oferta de creche também exerce influência positiva na atividade econômica feminina (COSTA, 2007; BARBOSA; COSTA, 2017).

Após apresentar essas pesquisas que fazem uma investigação univariada, cabe destacar o trabalho de Guimarães e Santos (2010). Este trabalho realiza uma investigação bivariada, tendo como variáveis dependentes a *dummy* de participação no mercado de trabalho das mulheres casadas e a *dummy* de participação dos homens casados. Conforme os autores, a variável que tem maior impacto positivo na equação de ocupação dos maridos é a variável filhos menores de 14 anos. Já no caso das esposas, esta variável é a que obtém maior impacto negativo na participação no mercado de trabalho. A escolaridade e a idade aumentam a probabilidade de atuação econômica tanto dos maridos como das esposas. Se a pessoa for negra, a probabilidade de participar do mercado de trabalho é reduzida para maridos e esposas. Já a variável chefe da família indica que se a pessoa sáísse da posição de não chefe para chefe, cairia a probabilidade de ocupação do marido enquanto a da esposa se elevaria.

A literatura empírica internacional que investiga os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho vale-se, de modo geral, da estimação de modelos de probabilidade univariados, de modo análogo à literatura empírica nacional. Os trabalhos tomam como variável dependente a *dummy* de participação no mercado de trabalho, e as variáveis explicativas são variadas.

Em vários locais do mundo, Chile, Jordânia, Estados Unidos da América (EUA), Sri Lanka, Região MENA, África do Sul, Botswana, Camarões, a escolaridade apresenta um impacto positivo sobre a participação feminina no mercado de trabalho (BRAVE; PUENTES, 2012; CONTRERAS; PLAZA; 2010; CHAMLOU; MUZI; AHMED, 2011; FALZONE, 2010; HOTCHKISS, 2006; GUANTILAKA, 2013; HAYO; CARIS, 2013; NUTULI, 2007; SHIAMBRE; MOTSWAPONG; 2010; TINGUM, 2016). Todavia, na Índia o efeito da educação é negativo (SORSA et al; 2015).

Os filhos, de modo geral, reduzem a probabilidade de as mulheres trabalharem no Chile, Jordânia, Sri Lanka, África do Sul (BRAVO; PUENTE, 2012; CHAMLOU; MUZI; AHMED; 2011; GUANTILAKA, 2013; NUTULI, 2007). Crianças mais velhas aumentam a probabilidade de as mulheres serem economicamente ativas no Sri Lanka e EUA

(GUANTILAKA, 2013; FALZONE, 2010), e reduzem nos EUA pelo trabalho de Hotchkiss (2006). O trabalho de Guantilaka (2013) investiga o efeito dos idosos no Sri Lanka, mas não encontra resultados significativos.

A idade no Chile, EUA, Sri Lanka, e Camarões apresenta um efeito positivo sobre a probabilidade de as mulheres trabalharem (CONTRETRAS; PLAZA, 2010; FALZONE, 2010; HOTCHKISS, 2006; GUANTILAKA, 2013; TINGUM, 2016). No entanto, a idade aumenta a probabilidade de atividade econômica feminina a taxas decrescentes no Chile, Sri Lanka, EUA e Camarões (CONTRETRAS; PLAZA, 2010; GUANTILAKA, 2013; HOTCHKISS, 2006; TINGUM, 2016).

Ser casada tem um efeito negativo na probabilidade de as mulheres trabalharem na Jordânia, no Chile, no Sri Lanka, nos EUA, na África do Sul, e um efeito positivo em Camarões (CHAMLOU; MUZI; AHMED, 2011; CONTRERAS; PLAZA, 2010; BRAVO; PUENTES, 2012; GUANTILAKA, 2013; HOTCHKISS, 2006; NUTULI, 2007; TINGUM, 2016). Já ser chefe da família aumenta a probabilidade de as mulheres trabalharem em Botswana e em Camarões (SHIAMBRE; MOTSWAPONG, 2010; TINGUM, 2016).

A renda não proveniente de relações laborais⁷ reduz a probabilidade de as mulheres trabalharem nos EUA, na África do Sul e na Índia (HOTCHKISS, 2006; NUTULI, 2007; SORSA et al, 2015).

A cor branca reduz a probabilidade de a mulher trabalhar nos EUA pela pesquisa de Falzone (2010), e a cor negra apresenta efeito negativo na atividade econômica feminina das mulheres também nos EUA pelo trabalho de Hotchkiss (2006).

Cabe sublinhar, após a apresentação de pesquisas que acessam o modelo univariado, o trabalho de Pagán e Sánchez (2000), para a zona rural do México, que se vale de uma análise bivariada, tendo como variáveis dependentes a *dummy* de participação no mercado de trabalho das mulheres e a *dummy* de participação dos homens. Conforme seus resultados, as crianças de 0 a 2 anos apresentam efeito positivo sobre a probabilidade de os homens trabalharem, e efeito negativo na probabilidade feminina. Crianças entre 3 a 5 anos apresentam efeitos não são significativos para ambos. A escolaridade, a idade e ser chefe da família apresentam impactos positivos na probabilidade de atuação econômica tanto dos homens quanto das mulheres, e a idade ao quadrado apresenta efeito negativo para ambos.

Neste sumário da literatura fica perceptível que a atuação econômica feminina é influenciada tanto por características pessoais como familiares. Entre as características pessoais

⁷ Tipo alugueis, doações, juros de poupança, etc.

têm relevo nas pesquisas a escolaridade e a idade, e, nas familiares, o fato de ter filhos, ser casada, e a renda domiciliar.

A escolaridade é apontada como variável relevante na atuação laboral feminina, sendo que as chances de estar no mercado de trabalho é maior entre as mais escolarizadas. A experiência, mensurada pela idade, também se destaca, com sentido de favorecer a atuação econômica, ou seja, a disposição ao trabalho feminino aumenta com a idade, mas a taxas decrescentes.

A variável filho é relevante na explicação da atuação laboral das mulheres, mas seu efeito apresenta comportamento variado nas pesquisas a depender do corte de idade. Os filhos de menor idade contribuem negativamente na probabilidade de as mulheres irem ao mercado de trabalho, já para as crianças maiores pode tanto aumentar, reduzir ou não influenciar a atuação econômica feminina. Ter companheiro apresenta efeito negativo para disposição das mulheres irem ao mercado de trabalho, e a renda domiciliar tanto pode apresentar efeito negativo, positivo ou não significativo.

A questão da frequência das crianças à escola ou creche, da presença de idosos no domicílio e dos afazeres domésticos não são recorrentes nas estimativas. A conclusão que os trabalhos que dão atenção a essas variáveis chegam é que a provisão de escola ou creche favorece a atuação laboral das mulheres, enquanto que a presença de idosos no domicílio caminha em sentido contrário. A provisão de políticas de articulação entre trabalho e família de longa data é apontada na literatura como fator relevante para participação das mulheres no mercado de trabalho, devendo, na medida da disponibilidade de dados, compor a investigação. O envelhecimento populacional, que deve acentuar a demanda por cuidados, comparece no contexto atual como fator importante para atuação laboral dos demais membros familiares, não podendo ser desconsiderado. No apêndice são apresentados quadros sínteses da revisão de literatura.

3. Economia feminista: crítica a *New Home Economics*

Por muito tempo o modelo de oferta de trabalho neoclássico foi questionado por desconsiderar o trabalho doméstico e suas implicações econômicas. De acordo com a teoria econômica tradicional, a maximização da função de utilidade, sujeita a uma restrição de recursos e de tempo, definiria como os indivíduos alocariam sua dotação de tempo entre trabalho e lazer.

Becker (1965) inova ao incorporar no modelo tradicional o que considera tempo de não trabalho. O autor assume que as famílias combinam o tempo e os bens de mercado para produzir mais mercadorias básicas, que diretamente entram em suas funções de utilidade unitárias. Em outras palavras, Becker (1965) inclui no modelo neoclássico tradicional de oferta de trabalho, centrado no *trade-off* entre trabalho e lazer, a produção doméstica. A inclusão da família no modelo econômico convencional é conhecida na literatura como *New Home Economics*, tendo como maior expoente o próprio Becker.

A economia feminista apresenta uma perspectiva da alocação do tempo que diverge da *New Home Economics*, (ENRIQUEZ, 2012; DONATH, 2000; FEBER; NELSON, 2003; TEIXEIRA, 2017; BONH, 2017) por ser uma corrente de pensamento que historicamente atribui relevo à necessidade de incorporação das relações de gênero como variável relevante para funcionamento da economia, bem como para compreensão da posição das mulheres enquanto agentes econômicos. A premissa da análise da economia feminista é que a economia, como qualquer outra ciência, é socialmente construída (NELSON, 1995), sendo a diferença dessa corrente para as demais escolas econômicas o resiliente questionamento da questão de gênero e seus efeitos em termos macroeconômicos (TEIXEIRA, 2017).

Becker (1965) aponta que as famílias são produtoras de unidades e maximizadoras de utilidade. Para o autor, as famílias combinam o tempo e os bens de mercado em uma função de produção, para gerar atividades básicas. Nesse processo, as famílias escolhem a melhor combinação das atividades no convencional modo de maximizar a função de utilidade. Conforme a modelagem desse autor, a divisão de trabalho dentro da família segue uma resposta econômica racional, conforme a avaliação que o mercado faz do tempo de cada um dos seus membros, ou seja, a decisão de alocação do tempo é reflexo da produtividade dos indivíduos nas atividades.

A *New Home Economics* é criticada, justamente, por amparar-se na concepção de que as famílias são unidades harmoniosas, racionais e a-históricas, nas quais as pessoas de modo racional decidirão a distribuição do seu tempo entre as atividades do mercado- trabalhos pagos-, atividades domésticas-trabalhos não pagos (ENRIQUEZ, 2012; CARRASCO, 2006; TEIXEIRA, 2017). Para Mazurkiewck (2016), Siranni e Negrey (2011) e Carrasco (2006), esse modelo de "família beckeriana" falha ao centrar-se na escolha racional e na maximização da utilidade, desconsiderando normas sociais, valores e tradições que afetam as decisões dos indivíduos.

Conforme a modelagem da *New Home Economics*, a alocação de tempo dentro da família ocorre mediante as vantagens comparativas que os membros familiares apresentam no trabalho e no desenvolver das outras atividades “*não trabalho*”. Logo, o tempo que os indivíduos despendem em cada atividade é proveniente de um acordo familiar, que gera o melhor resultado econômico naquele lar.

A economia feminista é cética a essa ideia de que a especialização em mercado de trabalho ou trabalho doméstico dependerá das respectivas vantagens comparativas dos membros da família, o que levaria os homens a trabalharem no mercado e as mulheres a permanecerem em casa, conforme características inatas de caráter biológico (MAZUKIEWICK, 2016; SIRANI; NEGREY, 2011; CARRASCO, 2006).

Feber (2003) também critica a perspectiva das vantagens comparativas, dado que considera que os homens obtêm vantagem relativa no mercado de trabalho, porque as mulheres liberam seu tempo de cuidado da família. Para autora, desconsiderar as normas sociais, que são definidoras das vantagens relativas no trabalho em casa e no mercado, tende a gerar um ciclo vicioso no qual as mulheres, por serem especializadas na produção doméstica, continuarão a exercer atividade doméstica dada a vantagem comparativa frente aos homens.

Essas questões apresentadas pela economia feminista não chamam atenção de Becker em sua construção teórica. O problema que Becker (1965) enxergava na inclusão da família no modelo tradicional era como maximizar a função de utilidade familiar sujeita às múltiplas restrições, de tempo e de bens, e a relação de produção doméstica. O autor equaciona o problema considerando que, na prática, existe apenas uma básica restrição, que engloba o tempo e os bens mercantis.

A ideia básica que orienta o modelo de Becker (1965) é que as famílias podem comprar todos os bens no mercado, ou podem utilizar alguns bens como insumos para a produção doméstica de outros bens. Por exemplo, quando se compra os produtos no supermercado para preparar uma refeição em casa.

A teoria da alocação de tempo de Becker (1965) procura delinear matematicamente como a família opta, na divisão do tempo, entre mercado de trabalho e as diversas outras atividades. Um pressuposto que escora essa teoria é o de que as decisões dentro do ambiente doméstico não são conflituosas e nem marcadas por disputas de poder. Assim sendo, uma crítica que tem relevo na concepção da *New Home Economics* é a racionalização dos papéis tradicionais de homens e mulheres (ENGLAND, 2003; NELSON, 1995; MELO; SERRANO, 1997; CARRASCO, 2006) e a não percepção de sua preservação como problema (NELSON,

1995). Assim, a economia neoclássica simplifica e estereotipa as relações sociais e econômicas de gênero, contribuindo para o ofuscamento dos problemas das mulheres no mercado de trabalho (TEIXEIRA, 2017).

A economia feminista, de longa data, luta pela desconstrução de papéis tradicionais, dados os obstáculos erguidos para uma maior igualdade nas relações de gênero, o que faz com que o choque entre essa corrente e *New Home Economics* seja inevitável (FEBER, 2003; CARRASCO, 2006). As demandas feministas encontram amparo na promoção de uma compreensão mais aguçada das atividades voltadas às famílias e seus impactos, bem como o reconhecimento do cuidar como uma função social que deve ser equanimemente compartilhada entre homens e mulheres, com a sociedade e com o Estado (ESQUIVEL, 2011; PERRONS, 2000). A economia feminista, a despeito de não constituir um bloco teórico monolítico, é consensual na ideia de que existe muita economia para além da de mercado e muito trabalho além do que é remunerado (BONH, 2017).

Tem de se ponderar, amparada nas considerações da economia feminista, que a teoria proposta por Becker (1965) concede relevo ao *trade-off* entre trabalhar e alocar o tempo em outras atividades, incluindo aí a produção de mercadorias (produção doméstica). Todavia, o estudo da oferta de trabalho feminina ficaria muito mais realista concedendo relevo ao *trade-off* entre trabalho e produção doméstica, uma vez que o conflito alocativo que tem proeminência na vida das mulheres, em especial das mais pobres, é entre o tempo que abdicará de estar no mercado de trabalho para cuidar da família, e vice-versa. Muñoz, Modroño e Serrano (2011), com uma amostra de 15 países europeus, constatam que as mulheres alocam mais tempo no cuidado do que em atividades remuneradas.

Conceder destaque ao *trade-off* feminino entre trabalho e produção doméstica refletiria de modo mais real o cotidiano. Porém, cabe ponderar que mesmo um modelo que concedesse relevo ao tempo alocado na produção doméstica não seria capaz de equacionar o problema intrínseco aos modelos de maximização de utilidade. Não é considerado nesses modelos que as produtividades marginais, que definem a alocação de tempo dos indivíduos, têm como inerência a construção social que define o cuidado como atributo feminino. A atribuição social que historicamente especializa a mulher nas atividades de cuidado potencializa sua produtividade no trabalho doméstico, o que, em termos microeconômicos, significa uma escolha racional que direciona as mulheres para o cuidado do lar.

Ademais, para Melo e Serrano (1997), a visão neoclássica do trabalho doméstico realizada por Becker padece de dificuldades teóricas, com destaque para as hipóteses de

otimização e noção de equilíbrio. Conforme os autores, as pressuposições que amparam o processo de maximização da utilidade não se encaixam na análise do trabalho doméstico. As mulheres não se comportam como empresas capitalistas, sendo pouco realista considerar que uma mãe, por exemplo, agirá conforme seu individualismo e utilitarismo, uma vez que é pouco provável que exista relação mais altruísta do que ter filhos.

A complexidade abarcada nas relações sociais entre os sexos e seus efeitos no mundo do trabalho demanda, portanto, uma compreensão mais aguçada das correlações entre aspectos econômicos- como a produtividade dos indivíduos- com elementos provenientes de construções sociais- como as normas de gênero, na determinação da alocação de tempo. A natureza das relações de poder entre mulheres e homens é, portanto, de difícil apreensão dada a complexidade que lhes marca, interferindo nos resultados econômicos de forma multifacetada (AGARWAL, 1997).

Nesse sentido, pensar em termos de preferências endógenas, como aponta Bowles (1998), parece mais conveniente do que a forma pela qual a teoria neoclássica aborda exogenamente as preferências. O conceito de endogeneidade das preferências de Bowles (1998) revela que as preferências dos agentes não são dadas, mas se modelam conforme as instituições formais e informais que orientam a interação entre os indivíduos na sociedade. Os mercados e outras instituições econômicas e sociais são capazes de influenciar os valores, os gostos e a personalidade, modelando as tarefas que os indivíduos desempenham na sociedade (BOWLES, 1998). Cabe frisar que ignorar a endogeneidade das preferências, como faz a teoria neoclássica, a despeito de possibilitar a simplificação dos modelos, obscurece os processos pelos quais se perpetuam as assimetrias de gênero (ENGLAND, 2003).

A possibilidade do exercício da autonomia fica, assim, comprometida dado que não se leva em consideração contextos determinados por relações de poder, sendo premente a compreensão do processo em que as preferências são constituídas para definir as escolhas e os seus desdobramentos (BIROLI, 2016).

Se as preferências que definem as decisões individuais são endógenas, as próprias normas sociais que modelam as preferências podem ser endógenas. Para Argarwal (1997), as normas sociais podem ser endógenas, na medida em que estão sujeitas à negociação e mudança. Para a autora, as normas sociais devem ser incluídas nos modelos econômicos, todavia considerando que elas são endógenas.

Certamente, muitas dificuldades metodológicas tornam a incorporação da endogeneidade das preferências nos modelos uma tarefa nada trivial. Todavia, para além de

uma modelagem matemática que seja capaz de considerar a endogeneidade das preferências e das normas sociais, é relevante a ponderação nos modelos e na interpretação de seus resultados como as relações sociais se imprimem mutuamente, muitas vezes de forma contraditória e marcadas por disputas de poder.

Em que pese à literatura econômica, de modo geral, apoia-se no modelo de oferta de trabalho neoclássico ou em sua adaptação para considerar o contexto familiar feita por Becker (1965), essa pesquisa estuda a alocação do tempo na família conforme os apontamentos da economia feminista⁸. Para essa corrente teórica, as escolhas dos indivíduos não se determinam de modo exógeno, mas são construídas culturalmente nas relações sociais. Portanto, as decisões dos indivíduos sobre a alocação de seu tempo entre trabalho remunerado e demais atividades nem se limitam nem estão alheias às normas de gênero historicamente delineadas.

A divisão sexual do trabalho continua a atuar de forma restritiva na atuação pública feminina, constringendo os espaços sociais e principalmente os profissionais ocupados por elas. E, por mais complexa e limitada, mediante as informações presentes nas bases de dados, que possa ser a tentativa de perceber, em um modelo econométrico como essas normas sociais operam, o esforço não é inválido.

4. Metodologia

4.1 Abordagem econométrica

Essa pesquisa se propõe a investigar os elementos que influenciam no trabalho produtivo de mulheres e homens, bem como o peso de cada um na decisão. Um modelo apropriado para a participação na força de trabalho é um modelo de probabilidade, onde a variável dependente é binária: participa da força de trabalho ($Y=1$) ou não participa da força de trabalho ($Y=0$).

A literatura, de modo geral, utiliza o modelo *Probit* Univariado para investigar os determinantes da participação feminina no mercado de trabalho. Porém, o modelo *Probit* Bivariado parece ser o mais adequado a essa pesquisa aventando-se a possibilidade de haver uma interdependência entre a decisão de participação no mercado de trabalho de homens e

⁸ Para informações sobre o papel econômico das mulheres na construção do pensamento econômico clássico, neoclássico e marxista ver Teixeira (2017) e a mulher como sujeito da teoria econômica acessar Bonh (2017).

mulheres com cônjuges. O *Probit* Bivariado consiste na estimação de duas variáveis dependentes em duas equações distintas correlacionadas pelos erros.

Assumindo que Y_1^* seja a variável latente que representa o salário de reserva do homem e Y_2^* a variável latente que representa o salário de reserva da mulher, x_1^T e x_2^T vetores de variáveis explicativas, a especificação das duas equações apresenta a seguinte estrutura geral:

$$Y_1^* = x_1^T \beta_1 + u_1 \quad (1)$$

$$Y_2^* = x_2^T \beta_2 + u_2 \quad (2)$$

Y_1^* e Y_2^* são variáveis latentes, enquanto Y_1 e Y_2 são variáveis binárias assumindo valor de 1 se o homem (mulher) é economicamente ativo e 0 em caso contrário. Dado que Y^* é uma variável latente, a observação, na prática, da decisão é feita conforme a equação (3):

$$Y_i=1 \text{ se } Y_i^* > 0$$

(3)

$$Y_i=0 \text{ se } Y_i^* \leq 0$$

Por exemplo, a mulher decide se inserir no mercado de trabalho se $Y_i^* > 0$, ou seja, se a taxa de salário real for superior, em um dado momento, ao seu salário de reserva. Por outro lado, as mulheres preferem estar fora do mercado de trabalho ($Y_i^* \leq 0$), se a taxa de salário real for inferior ao seu salário de reserva.

As pressuposições adicionais em relação ao modelo são:

$$E(u_i) = E(u_2) = 0 \quad (4)$$

$$var(u_i) = var(u_2) = 1 \quad (5)$$

$$cov(u_1, u_2) = \rho \quad (6)$$

$$[u_i, u_2] \sim BVN [0,0,1,1,\rho] \quad (7)$$

As equações de 4 a 7 indicam que: os erros u_1 e u_2 têm uma distribuição normal bivariada (BVN) e independem de x_1^T e x_2^T ; as variâncias são unitárias; e coeficiente de correlação ρ .

Esse modelo permite estimar duas equações com erros correlacionados, bem como avaliar se a estimação realizada de modo conjunto é estatisticamente mais adequada do que o uso de uma equação univariada para cada decisão.

Essa avaliação é realizada através do coeficiente de correlação ρ . Testa-se a hipótese nula de que ρ é igual a zero, ou seja, as duas equações são independentes. Logo, neste caso, as equações podem ser estimadas separadamente. Em caso de rejeição da hipótese nula,

utilizar o modelo *Probit* bivariado é mais adequado pois há dependência entre as duas equações.

4.2 Base de dados

Para a análise, são usados os dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o ano de 2015. A PNAD é uma das pesquisas mais apropriadas para a estimativa que será realizada neste trabalho, pois abrange a maioria da população brasileira, tem regularidade em sua realização e pode ser considerada de alta qualidade. Foi escolhido o ano de 2015 porque é base mais recente da série histórica da PNAD.

Quadro 1
Descrições das variáveis utilizadas na estimação

	Variável	Descrição
Dependente	<i>Dummy</i> de participação no mercado de trabalho	Informa se o indivíduo é economicamente ativo
Explicativas	<i>Dummy</i> de ter idoso no domicílio de 60 a 69 anos ⁹	Informa se mora ao menos um idoso no domicílio de 60 a 69 anos
	<i>Dummy</i> de ter idoso no domicílio de 70 a 79	Informa se mora ao menos um idoso no domicílio de 70 a 79 anos
	<i>Dummy</i> de ter idoso no domicílio de 80 anos ou mais	Informa se mora ao menos um idoso no domicílio de 80 anos ou mais
	<i>Dummy</i> de ter criança de 0 a 3 anos no domicílio	Informa se mora ao menos uma criança de 0 a 3 anos no domicílio
	<i>Dummy</i> de ter criança de 4 a 6 anos no domicílio	Informa se mora ao menos uma criança de 4 a 6 anos no domicílio
	<i>Dummy</i> de ter criança de 7 a 14 anos no domicílio	Informa se mora ao menos uma criança de 7 a 14 anos no domicílio
	Escolaridade	Informa se o indivíduo não tem instrução
	Idade	Informa a idade do indivíduo
	Idade ao quadrado	Informa a idade do indivíduo elevada ao quadrado
	<i>Dummy</i> de criança de 0 a 3 anos que está na creche	Informa se ao menos uma criança de 0 a 3 anos do domicílio está na creche
	<i>Dummy</i> de criança de 4 a 6 anos que está na escola	Informa se ao menos uma criança de 4 a 6 anos do domicílio está na escola
	<i>Dummy</i> de criança de 7 a 14 anos que está na escola	Informa se ao menos uma criança de 7 a 14 anos do domicílio está na escola
	<i>Dummy</i> de negro	Informe se o indivíduo é negro (preto ou pardo)
	<i>Dummy</i> de afazeres domésticos	Informa se o indivíduo realiza atividades domésticas
	<i>Dummies</i> para macrorregiões	Correspondem às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste

Elaboração Própria.

Para investigar a participação no mercado de trabalho brasileiro são considerados homens e mulheres com companheiro, de 15 a 55 anos¹⁰, nas áreas urbanas e rurais. O Quadro

⁹ Os idosos considerados são aposentados ou pensionistas.

¹⁰ Foi escolhida essa faixa etária para excluir as pessoas que, embora estejam na força de trabalho, já são aposentadas, e o trabalho infantil

1 apresenta as variáveis que são utilizadas na estimação e que são espelhadas nas variáveis presentes na revisão da literatura empírica. Fatores como escolaridade, idade, local de moradia são recorrentemente apontados como relevantes para decisão de atuação laboral, por isso são variáveis utilizadas neste estudo. Fatores vinculados ao cuidado (crianças, idosos, afazeres domésticos, políticas para a infância), a despeito de não serem considerados na grande maioria dos estudos, são acessados nesta pesquisa dado ser tido pelo marco teórico da economia feminista como notórios aspectos que constroem a atuação econômica das mulheres.

5. Resultados

5.1 Estatísticas descritivas

A Tabela 1 contém informações acerca das características domiciliares dos casais brasileiros. Constata-se que em poucos domicílios conviviam simultaneamente casais, de 15 a 55 anos, e ao menos um idoso: não passa de 10% o quantitativo de domicílios nessa condição. Quando o foco são as crianças, o quantitativo é mais expressivo: 39% dos domicílios com casais, com idade entre 15 e 55 anos, tinham ao menos uma criança. Dos domicílios que têm casais e ao menos uma criança em 39% se constatavam que as crianças frequentavam escola ou creche. A renda domiciliar *per capita* dos casais brasileiros, de 15 a 55 anos foi de R\$ 1.058,53.

Tabela 1
Estatísticas descritivas de variáveis domiciliares, Brasil-2015

Variáveis domiciliares	Casais	Total
Domicílio com idosos de 60 a 69 anos (%)	9,55%	18,28%
Domicílio com idosos de 70 a 79 anos (%)	3,87%	9,85%
Domicílio com idosos de 80 anos ou mais (%)	1,85%	4,85%
Domicílio com crianças de 0 a 3 na creche (%)	19,96%	15,11%
Domicílio com crianças de 4 a 6 anos (%)	16,22%	16,22%
Domicílio com crianças de 7 a 14 anos (%)	38,72%	37,25%
Domicílio com crianças de 0 a 3 anos na escola (%)	5,17%	5,12%
Domicílio com crianças de 4 a 6 anos na escola (%)	14,45%	13,50%
Domicílio com crianças de 7 a 14 anos na escola (%)	38,38%	36,97%
Renda domiciliar <i>per capita</i>	1.058,53	1.056,27

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Na Tabela 2 apresentam-se características pessoais de homens e mulheres com cônjuge, de 15 a 55 anos. Em relação à escolaridade, 5% das mulheres não tinham instrução

e entre os homens essa proporção é de 6%. A idade média das mulheres é de 38 anos e dos homens de 40 anos. A maioria das pessoas é negra, por volta de 53% para as mulheres e 56% para os homens. A jornada média de afazeres domésticos das mulheres é de 27 horas semanais e dos homens 10 horas semanais. A jornada de trabalho remunerado das mulheres é de 35 horas semanais e dos homens 42 horas semanais. A porcentagem de mulheres economicamente ativas é de 65%, e dos homens, nas mesmas condições, de 95%. A proporção de mulheres que realizam afazeres domésticos é de 96% contra 56% dos homens, em condições similares.

Tabela 2
Estatísticas descritivas de variáveis pessoais, Brasil- 2015

Variáveis pessoais	Mulheres com cônjuges	Homens com cônjuges	Mulher Geral	Homem geral
Sem instrução (%)	4,81	6,46	4,31	5,73
Idade média (em anos)	38,15	39,75	34,29	33,67
Negros (%)	53,50	56,04	54,46	56,75
Jornada de trabalho doméstico (horas semanais)	27,45	10,19	23,43	10,23
Jornada de trabalho remunerado (horas semanais)	34,92	42,48	35,60	41,20
Porcentagem de participação no mercado de trabalho (%)	65,11	94,73	64,33	84,07
Porcentagem de participação nos afazeres domésticos (%)	96,02	55,91	90,81	53,68

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

5.2 Apresentação e discussão dos resultados

Na Tabela 3 são apresentados os resultados dos efeitos marginais do modelo *Probit* Bivariado de participação no mercado de trabalho de mulheres e homens com cônjuges¹¹. Cabe sublinhar que a escolha pelo modelo *Probit* Bivariado, em sentido contrário à maioria da literatura nacional e internacional que se valeu do *Probit* clássico, foi referendada nos resultados.

O *Probit* Bivariado gera um coeficiente de correlação ρ , que mede a correlação entre os termos de distúrbios das duas equações. Atendendo às expectativas, o valor estimado deste coeficiente foi estatisticamente significativo (-0,95***), indicando que a participação de homens e mulheres com cônjuges no mercado de trabalho é interdependente.

Para Castro, Teixeira e Lima (2014), o tradicional teste de Wald também pode ser acessado para averiguar a ausência de correlação entre as equações. A hipótese nula (H0) é

¹¹ No apêndice se apresentam os coeficientes das estimativas.

que $p=0$ e o modelo consiste de duas equações estimadas separadamente. Em caso de rejeição da H_0 , as equações devem ser estimadas conjuntamente. No caso deste artigo, o teste de Wald leva à rejeição da hipótese nula, o que confirma a necessidade de se estimar conjuntamente as equações.

Tabela 3

Efeitos marginais da participação no mercado de trabalho de mulheres e homens com cônjuge (*Probit Bivariado*), 2015

Variáveis	Mulheres	Homens
Ter idoso no domicílio de 60-69 anos	-0,024***	-0,048***
Ter idosos no domicílio de 70-79 anos	-0,031***	-0,051***
Ter idosos no domicílio de 80 anos ou mais	-0,036***	-0,054***
Ter criança de 0-3 anos no domicílio	-0,003***	0,061***
Ter criança de 4-6 anos no domicílio	-0,004**	0,028***
Ter criança de 7-14 anos no domicílio	-0,008	0,007
Criança de 0-3 anos na creche	0,024***	-0,004***
Criança de 4-6 anos na escola	0,010***	0,000
Criança de 7-14 anos na escola	-0,003	0,001
Escolaridade (menos de 1 ano de estudo)	-0,015***	-0,016***
Idade	0,018***	0,032***
Idade ao quadrado	-0,00***	-0,000***
Cor negra	-0,007***	0,004***
Realização de afazeres domésticos	-0,043***	0,046***
Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste	0,004***	0,005***

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Nota: nível de significância: *** $p<0.01$, ** $p<0.05$, * $p<0.1$

Nota: os valores são aproximados e os efeitos marginais na média.

Número de observações: 301,128

A presença de crianças no domicílio de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos impacta negativamente na atividade econômica das mulheres e de forma positiva na dos homens. Já se as crianças têm de 7 a 14 anos, o efeito não é significativo para ambos. Os resultados indicam que, se a mulher passar da posição de não ter crianças de 0 a 3 anos para as ter no domicílio, a probabilidade de atividade econômica se reduz em 0,003. No caso de as crianças terem 4 a 6 anos, a redução na probabilidade é de 0,004. Para os homens, a passagem de não ter crianças de 0 a 3 anos no domicílio para as ter aumenta a probabilidade de ser economicamente ativo em 0,061 e 0,028 para as crianças de 4 a 6 anos, como esperado. As crianças de 4 a 6 anos apresentam, para as mulheres, um impacto levemente superior frente às de 0 a 3 anos, ao contrário do que se esperava, sendo que o teste de médias corrobora a significância estatística da diferença.

Um nível baixo de escolaridade implica menor atuação econômica para os dois grupos. Para as mulheres, a passagem de ter instrução para não ter reduziria em 0,015 a probabilidade de atividade econômica, e para os homens esse efeito seria de 0,016. A escolaridade tem peso apenas levemente superior para os homens, o que sinaliza que o investimento educacional ainda é uma rota para o maior acesso feminino no mercado de trabalho.

A idade, *proxy* da experiência, tem um efeito positivo tanto para homens como para as mulheres, superior para os primeiros. Se houvesse um aumento da idade feminina, a probabilidade de atividade econômica se elevaria em 0,018, e no caso dos homens o aumento é de 0,032. Já a variável idade ao quadrado tem sinal negativo, indicando que a experiência aumenta a probabilidade de as mulheres e os homens trabalharem, mas a taxas decrescentes.

No caso da cor, a passagem de ser branco para negro reduz a probabilidade de atividade econômica feminina em 0,007, e aumenta a masculina em 0,004. A maior vulnerabilidade social das mulheres negras é fato bem atestado na literatura, dado justaposição da discriminação de gênero e a raça.

Morar nas regiões mais ricas (Sudeste, Sul e Centro-oeste), aumenta a probabilidade de homens e mulheres participarem do mercado de trabalho frente às regiões mais pobres (Norte e Nordeste). Assim, se as mulheres e os homens mudassem das regiões mais pobres para as mais ricas a probabilidade de atuação laboral aumentaria em 0,04 para os primeiros, e 0,05 para os segundos.

Adicionalmente a essas variáveis que são mais recorrentes nos estudos, são incorporadas outras amparadas na economia feminista, tais como: a presença de idosos no domicílio; se as crianças do domicílio frequentam escola ou creche; e a realização de afazeres domésticos¹².

O efeito marginal da presença de idosos, aposentados ou pensionistas, no domicílio é significativo e negativo, tanto para mulheres como para homens, evidenciando que os idosos impactam negativamente a disposição ao mercado de trabalho para os dois grupos.

Para as mulheres, o efeito marginal da variável que representa a presença de idosos de 60 a 69 no domicílio indica que, se a posição passar de não ter para ter idosos nessa faixa etária, a probabilidade de atividade econômica feminina se reduz em 0,024, e se os idosos tiverem de 70 a 79, a probabilidade se reduz em 0,031. Para os com mais de 80 anos, a redução

¹² Em geral, a literatura desconsidera o cuidado doméstico por não o ter como determinante para atividade econômica, e a variável frequência das crianças à escola ou creche, mesmo conhecendo sua relevância, devido ao provável problema de causalidade reversa que a marca. Sabendo que pode haver problema de causalidade reversa é mais prudente avaliar esse resultado concedendo relevo para a correlação entre essa variável e ser economicamente ativo.

é de 0,036. No caso dos homens, a probabilidade se reduz em 0,048 para os idosos de 60 a 69 anos; 0,051 para os idosos de 70 a 79 anos, e 0,054 para os idosos de 80 anos ou mais.

A presença das crianças em escola ou creche tem uma relação positiva e significativa para mulheres, com exceção das crianças de 7 a 14 anos, já que não foi significativa. Já para os homens, o efeito marginal é negativo (crianças de 0 a 3) ou não significativo (4 a 14 anos). O fato de as crianças de 0 a 3 anos passarem a frequentar a creche aumenta a probabilidade de atuação econômica feminina em 0,024; já para os homens, o efeito seria de redução em 0,004 na probabilidade. Para a categoria de crianças de 4 a 6 anos, a passagem de não frequentar para frequentar escola acentua a probabilidade de atuação laboral feminina em 0,010, sendo não significativo para os homens. Sendo assim, os resultados corroboram a relevância das políticas infantis para ampliação das possibilidades de inserção profissional das mulheres, devendo o investimento das mesmas ocupar lugar prioritário na ação do Estado.

O fato de mulheres executarem as tarefas domésticas reduz em 0,043 probabilidade de atuação econômica das mesmas, e aumenta em 0,046 a probabilidade dos homens. Portanto, enquanto o cuidado do lar comparece como fator restritivo para atuação laboral feminina, como bem aponta a literatura, curiosamente, amplia as chances de participação dos homens no mercado de trabalho.

Os achados dessa pesquisa dialogam com a economia feminista que aponta a atribuição social do cuidado das crianças como função prioritária feminina no contraponto da responsabilidade masculina pela proteção material. Não é à toa que, em 2015, as crianças pequenas no domicílio reduziram as chances de as mulheres se disporem ao mercado de trabalho, ocorrendo o inverso com os homens.

Esses resultados sintonizam com o que aponta Meulders et al (2007) de que a maternidade comparece de forma negativa na vida profissional das mulheres, em graus variáveis nos diferentes países europeus, ao passo que a paternidade apresenta um comportamento positivo sobre o emprego dos homens.

Os resultados aqui encontrados para a presença de idosos no domicílio evidenciam que o cenário demográfico, de envelhecimento populacional, deve despontar como o novo risco social. Se por muito tempo o cuidado com as crianças era um dos mais proeminentes inibidores da atuação econômica feminina, no futuro próximo essa inibição deve ser compartilhada com o cuidado dos idosos. O fato fica atestado na presença dos idosos, aposentados ou pensionistas, terem tido, em 2015, um peso maior do que as crianças na mitigação da probabilidade de as mulheres serem economicamente ativas.

Todavia, o quantitativo de famílias que, em 2015, contavam com cônjuges e com idosos não passava de 10% dos domicílios, como mostrado na Tabela 1. Trocando em miúdos, o efeito dos idosos no domicílio pode ser mais acentuado que o das crianças, porém o impacto era representativo, em 2015, de um quantitativo menor de lares.

O modelo sugere que os idosos impactam de forma negativa a atuação econômica feminina e masculina, tendo um peso superior para os homens. Esse achado pode ser interpretado em duas linhas não excludentes: a segurança de renda propiciada pelo idoso amplia as possibilidades de permanência, por um tempo, fora do mercado de trabalho para os demais membros familiares; e a atenção demandada pelos idosos mitiga a disponibilidade para o mercado de trabalho para as pessoas da família que se responsabilizam pelo cuidado dos mesmos. Certamente, o impacto dos idosos sobre os homens deve ter maior relação com a segurança de renda do que com os cuidados, mas essa é uma hipótese que carece de investigações empíricas. Os resultados para as mulheres estão em sintonia com a literatura teórica. Contudo, o resultado dos homens, que contraria a economia feminista, traz inquietações a respeito de qual movimento nas relações de gênero acompanhará o envelhecimento populacional, e sinaliza a demanda premente por pesquisas de uso do tempo que configurem um cenário mais amplo sobre a execução do cuidado nos lares.

As probabilidades aumentam levemente com o aumento da idade dos idosos, o que era esperado conforme a pressuposição de que idosos mais velhos, por demandar mais cuidados, refletiriam de forma mais restritiva para atuação profissional dos demais membros familiares. Essa interpretação, contudo, não se confirma para a idade das crianças, em relação as mulheres, configurando um resultado curioso que pode apontar para mudanças na provisão dos cuidados infantis intra e extradomiciliar.

A despeito do problema de causalidade reversa que pode ter a variável das crianças na escola ou creche, é importante destacar que a correlação positiva com a atuação econômica feminina reforça os apontamentos teóricos sobre a relevância das políticas infantis na vida das mulheres. Lamentavelmente, não se tem informações sobre as políticas de cuidados para os idosos de modo a testar a relevância das mesmas, porém aventar-se que as políticas de cuidado, de modo geral, têm proeminente papel na inserção laboral feminina devendo ocupar lugar de relevo na proteção afiançada pelo Estado.

Adotar o marco teórico da economia feminista elucidada questões desconsideradas ou negligenciadas pela economia tradicional. Para economia feminista, as normas de gênero, de

longa data, comparecem de forma restritiva na atuação social e econômica das mulheres, devendo ser ponderadas na investigação dos fenômenos socioeconômicos.

Os resultados dessa pesquisa ratificam, na medida da disponibilidade de informações, os apontamentos feministas. Certamente, a complexidade abarcada nas normas sociais dificulta sua simplificação ou captação em modelos econométricos, o que não invalida a tentativa de perceber como elas operam nos constrangimentos na atuação econômica feminina, com muitos dos achados corroborando a hipótese dessa pesquisa.

6. Considerações Finais

A visão social sobre o cuidado não acompanhou a revolução feminina no que se refere a atuação pública, haja vista que não houve uma desvinculação feminina da função de cuidar, menos ainda um marcante aumento da atuação dos homens nas atividades do lar. Conquanto, a reprodução da sociedade que historicamente esteve a cargo das mulheres começa a ser colocada em xeque no movimento desequilibrado entre oferta e demanda de cuidados.

Esses avanços sociais- como envelhecimento populacional, mudanças nos arranjos familiares e participação feminina no mercado de trabalho- pintam em novos tons as demandas por políticas sociais, colocando em relevo novos riscos nas antigas tensões presentes na desigual divisão sexual do trabalho.

O modelo desenvolvido neste artigo, com base na PNAD 2015, encontra determinantes para atuação econômica tanto comuns a homens e mulheres, como fatores com efeitos diferenciados, atentando para resultados estranhos aos verificados pelos apontamentos teóricos.

Os achados indicam que fatores como escolaridade, idade, e região de moradia apresentam o mesmo comportamento para mulheres e homens. A interpretação é que maior escolaridade, maior experiência e morar nas regiões mais ricas favorecem a atuação econômica.

Em relação às variáveis crianças no domicílio, frequência das crianças na escola ou creche e afazeres domésticos, os efeitos são contrários para mulheres e homens, corroborando os constrangimentos operados pelas normas de gênero. As crianças no domicílio e os afazeres domésticos reduzem a probabilidade de as mulheres se disporem ao mercado de trabalho, enquanto a frequência das crianças na escola ou creche aumenta. Para os homens, os efeitos são em sentido de aumento de probabilidade de atuação laboral no caso de crianças pequenas

e afazeres domésticos, efeito não significativo para crianças maiores, e efeito negativo ou não significativo das crianças na escola ou creche. Não parece, portanto, imprudente aventar que as normas de gênero constroem a atuação laboral feminina frente ao favorecimento ou não influência da masculina.

Resultado curioso é que os idosos apresentam efeitos negativos para homens e mulheres- levemente superior para os homens, algo não esperado- demandando outras pesquisas para melhor compreensão da relação dos idosos, a questão dos cuidados, e a atuação laboral dos demais membros familiares. Para as mulheres e homens, o efeito marginal da variável que representa a presença de idosos é mais acentuado para a categoria de idosos mais velhos (80 anos ou mais), o que deve guardar relação, em especial para as mulheres, com essa ser a faixa etária com maior dependência de cuidados. No caso das crianças, o efeito marginal, para as mulheres, ao contrário do que era esperado, não é mais acentuado para as de menor idade.

Merece destacar que os idosos apresentam efeito maior na redução da probabilidade feminina de trabalhar do que as crianças pequenas. O fato permite indagar como o aumento da demanda por cuidados, que acompanha o envelhecimento populacional, terá implicações nas assimetrias de gênero. Haverá um retrocesso da atuação social e econômica das mulheres em favor da vivência dos papéis tradicionais, ou a problemática que se apresenta contribuirá para um novo pacto social em que homens e mulheres, Estado, e mercado compartilhem a funções inerentes à reprodução da sociedade?

No cenário em tela de crise na economia, não se pode perder de vista as oportunidades econômicas que serão desperdiçadas se a problemática da provisão de cuidados for acomodada de modo privado. Duas oportunidades econômicas podem ser destacadas: i) o nicho de mercado de serviços de cuidados, que pode ser mobilizado por meio da iniciativa pública e privada; e ii) o aumento da força de trabalho feminina que pode ser interditado dado o reforço das responsabilidades familiares que acompanha o envelhecimento populacional.

Este trabalho concede pistas para a compreensão da decisão de alocação do tempo de homens e mulheres, elucidando a relevância das normas de gênero na compreensão do fato. Porém, cabe sublinhar que o futuro reserva muitas inquietações para as demandas por igualdade nas relações de gênero, em especial no bojo da onda restritiva de direitos que o país experimenta em ritmo cada vez mais acelerado.

Referências

AGARWAL, B. “Bargaining” and gender relations: within and beyond the household. *Feminist Economics*, v. 3, n.1, p. 1-51, 1997.

BARBOSA, A. L. Participação feminina na força de trabalho brasileira: evolução e determinantes. In: CAMARANO, A. A.(Org) Novo Regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

BARBOSA, A. L.; COSTA, J. S. Oferta de creches e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2017 (Boletim de mercado de trabalho: conjuntura e análise, ano 23).

BECKER, G. A theory of the allocation of time. *Economic Journal* 75, p.493–517.1965.

BIROLI, F. Autonomia, preferências e assimetrias de recursos. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 31, n. 90, 2016.

BONH, L. Inserção feminina na teoria e na prática: ensaios sob o olhar da economia feminista. 2017. 241f. Tese (Tese em economia), Programa de Pós-Gtaduação em Economia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BOWLES, S. Endogenous preferences the cultural consequences of markets and other economic institutions. *Journal of Economic Literature*, V. XXXVI, p. 75–111, 1998.

BRAVO, D.; PUENTES, E. Female labor force participation and informal care of adults: evidence for a middle-income country. *SDT* 353, 2012.

CARRASCO, C. La economía feminista: una apuesta por otra economía. In:VARA, M. J. (coord.), *Estudios sobre Género y Economía*. Madrid: Akal, p.29-62, 2006.

CASTRO, P. G.; TEIXEIRA, A. L.; LIMA, J. E. A relação entre os canais de transferência de conhecimento das Universidades/IPPS e o desempenho inovativo das firmas no Brasil. *Rev. Bras. Inov.*, Campinas (SP), 13 (2), p. 345-370, julho/dezembro, 2014.

CHAMLOU, N.; MUZI, S.; AHMED, H. Understanding the determinants of female labor force participation in the Middle East and North Africa Region: the role of education and social norms in amman. *Almalaurea working papers* n. 31. 2011.

COSTA, J., Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

CONTRERAS, D.; PLAZA, G. Cultural factors in women’s labor force participation in Chile. *Feminist Economics*, v .16, n. 2, April, p 27–46, 2010.

CRUZ, A. E.; BAÇO, F. M.; PAZ, D. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evidências utilizando probit. In: *XIII Encontro Nacional da ABET*, Curitiba, 2013. Anais ABET, 2013.

DONATH, S. The other economy: a suggestion for a distinctively feminist economics. *Feminist Economics*, v. 6, n.1, p.115-123, 2000.

ENGLAND, P. Separative and soluble selves: dichotomous thinking in economics. In: FEBER, M. A; NELSON, J. A (Orgs.). *Feminist economics today: Beyond economic man*. Chicago: The University of Chicago Press.2003.

ENRÍQUEZ, C. R. La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico? *Revista CEPAL*, abril, 2012.

ESQUIVEL, V. Sixteen years after being: what are the new policy agendas for time-use data collection? *Feminist Economics*, v. 17, n.4, p. 215-238, 2011.

FALZONE, J. S. Married women's labor force participation and the role of human capital: evidence from the United States. *Clm.economía*, v.17, p. 263-278, 2010.

FEBER, M. A feminist critique of the neoclassical theory of the family. In K. Moe (ed.), *Women, family, and work: Writings on the economics of gender*, p. 9–23, Blackwell Publishing.2003.

FEBER, M. A.; NELSON, J. A. Introducción: Beyond economic man, ten years later. In: FEBER, M. A; NELSON, J. A (Orgs.). *Feminist economics today: Beyond economic man*. Chicago: The University of Chicago Press.2003.

GUIMARÃES, P. W.; SANTOS, C. M. Determinantes da ocupação no mercado de trabalho de maridos e esposas. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*. v. 6, n. 2, p. 23-43, mai-ago/2010.

GUNATILAKA, R. To work or not to work? Factors holding women back from market work in Sri Lanka. New Delhi : ILO, 2013.

HAYO, B.; CARIS; T. Female Labour Force Participation in the MENA Region: The Role of Identity. *RMEEF*, v. 9, n.3, p. 271–292, 2013.

HOTCHKISS, J. L. Changes in Behavioral and Characteristic Determination of Female Labor Force Participation, 1975–2005. *Economic Review*. Second Quarter 2006.

MAZURKIEWICZ, A. Z. Gender, unpaid labour and economics. *Acta Universitatis Lodzianis, Folia Oeconomica*, v. 6, n.326, 2016.

MEULDERS, D.; PLASMAN, R.; HENAU, J. Trabalho e maternidade na Europa, condições de trabalho e políticas públicas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

MELO, H. P.; SERRANO, F. A mulher como objeto da teoria econômica. In: AGUIAR, N. (Org.) *Gênero e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1997.

MUÑOZ, L. G, MODROÑO, P. R, SERRANO, M. D. Work and Time Use by Gender: A New Clustering of European Welfare Systems, *Feminist Economics*, v. 17, n. 2, p. 125–157.2011.

- NELSON, J. Feminism and Economics. *Journal of Economic Perspectives*, v. 9, n. 2, 1995.
- NTULI, M. Determinants of South African Women's Labour Force Participation, 1995–2004. *IZA*. 2007 (Texto de Discussão 3119).
- OIT. Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: tendencias del empleo femenino 2018 avance global. Ginebra: OIT, 2018.
- PAGÁN, J. A.; SÁNCHEZ, S. M. Gender Differences in Labor Market Decisions: Evidence from Rural Mexico. *Economic Development and Cultural Change*, v.48, n.3, p. 619-637.2000.
- PERRONS, D. Care, paid work, and leisure: rounding the triangle. *Feminist Economics*, v. 6, n.1, p. 105-114, 2000.
- RAMOS, L.; ÁGUAS, M.; FURTADO, L. Participação feminina na força de trabalho metropolitano: o papel do *status* econômico das famílias. *Economia Aplicada*, v. 15, n. 4, p. 595-611, 2011.
- SCORZAFAVE, L. G. D. S.; MENEZES, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. Rio de Janeiro: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.31, n.3, p. 441-478, 2001.
- SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar. Rio de Janeiro: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.21, n.3, p. 449-470, 1991.
- SIRANNI, C.; NEGREY, C. Working Time as Gendered Time, *Feminist Economics*, v. 6, n. 1, p. 59–76, 2000.
- SHIAMBRE, H.; MOTSWAPONG, M. Female participation in the labour Market of Botswana: results from the 2005/06 labour force survey data. *Botswana Journal of Economics*, v.7, n.11, p. 65-77, 2010.
- SORSA, P.; MARES, J.; DIDIER, M.; GUIMARAES, C.; RABATE, M.; TANG, G.; TUSKE, A. Determinants of the low female labour force participation in India. *OECD*, 2015. (Working Papers 1207).
- TEIXEIRA, M. O. Um olhar da economia feminista para as mulheres: os avanços e as permanências das mulheres no mundo do trabalho entre 2004 e 2013.2018.228f. Tese (Tese em Economia), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2017.
- TINGUM, E. N. Female Labor force participation and Sectoral Choices for females in Cameroon Labor Market. *International Journal of Innovation and Scientific Research*, v. 21, n. 1, p. 118-129. 2016.

Apêndice 1

Quadro 2 Revisão da literatura empírica nacional

Autores	Período	Modelo	Resultados
Sedlacek e Santos (1991)	1984	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos pequenos (-) e Filhos maiores (não significativo) Renda domiciliar <i>per capita</i> (-) Idade (-)
Scorzafave e Menezes (2001)	1982 e 1997	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos pequenos (-) e Filhos maiores (+) Renda domiciliar <i>per capita</i> (-) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Chefe da família (+)
Costa (2007)	2005	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos pequenos (-) e Filhos maiores (-) Idosos (-) Renda domiciliar <i>per capita</i> (-) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Frequência à escola ou creche (+) Presença de creche (+) Casada (-)
Guimarães e Santos (2010)	2006	<i>Probit</i> <i>Bivariado</i>	Escolaridade (+) M e H Filhos (-) M (+) H Idade (+) M e H Chefe da família (+) M (-) H Idade ao quadrado (-) M e H Cor negra (-) M e H
Ramos, Aguas e Furtado (2011)	2008	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos pequenos (-) e Filhos maiores (não significativo) Renda domiciliar <i>per capita</i> (+) Idade (+) Idade ao quadrado (-)
Cruz, Baço e Paz (2013)	1999-2009	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos pequenos (-) Filhos maiores (-) Renda domiciliar <i>per capita</i> (+) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Cor negra (-)
Barbosa (2014)	1992 - 2012	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos pequenos (-) e Filhos maiores (+) Idosos (-) Renda domiciliar <i>per capita</i> (não significativo) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Cor branca (+) Casada (-) Frequência à escola ou creche (+)
Barbosa e Costa (2017)	2001-2015	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos pequenos (-) e Filhos maiores (+) Idosos (-) Renda domiciliar <i>per capita</i> (não significativo) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Cor branca (+) Casada (-) Frequência à escola ou creche (+) Presença de creche (+)

Elaboração Própria

Quadro 3
Revisão da literatura empírica internacional

Autores	Período	Local	Modelo	Resultados
Pagán e Sanchez (2000)	1994	México	<i>Probit bivariado</i>	Escolaridade (+) M e H Filhos menores (-) M e (+) H Idade (+) M e H Idade ao quadrado (-) M e H Chefe da família (+) M e H
Hotckiss (2006)	2000 e 2005	EUA	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos menores (-) e Filhos maiores (-) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Casado (-) Renda não trabalho (-) Cor negra (-)
Nutuli (2007)	1995,1999, 2004	África do Sul	<i>Logit</i>	Escolaridade (+) Filhos (-) Casado (-) Renda não trabalho (-)
Shiambre e Motsapong (2010)	2005/06	Botswana	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Área urbana (+) Chefe da família (+)
Contreras e Plaza (2010)	2002	Chile	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos menores (-) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Casado (-)
Falzone (2010)	1991, 1996, 2001, 2007	EUA	<i>Probit</i>	Filhos maiores (+) Idade (-) Taxa de desemprego (-) Renda do marido (-) Cor branca (-)
Chamlou;Muzi e Ahmed (2011)	2008	Jordânia	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos (-) Casado (-)
Bravo e Puentes (2012)	2009	Chile	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos (-) Casado (-)
Quantiliaka (2013)	2009/10	Sri Lanka	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Filhos menores (-) e Filhos maiores (+) Idosos (não significativo) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Casado (-)
Hayo e Caris (2013)	2005	Região MENA	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Religião (-) Cultura tradicional (-)
Sorsa et al (2015)	2012	Índia	<i>Probit</i>	Escolaridade (-) Renda não trabalho (-) Fatores culturais (-) Infraestrutura (+)
Tingum (2016)	2010	Camarões	<i>Probit</i>	Escolaridade (+) Idade (+) Idade ao quadrado (-) Casado (+) Chefe de família (+) Número de familiares (-)

Elaboração Própria.

Tabela 4
Coeficientes da participação no mercado de trabalho de mulheres e homens com cônjuge
(Probit Bivariado), 2015

Variáveis	<i>Dummy</i> de homem ativo	<i>Dummy</i> de mulher ativa	Athrho
Ter idoso no domicílio de 60 a 69 anos	-0.969*** (0.209)	-0.454*** (0.163)	
Ter idoso no domicílio de 70 a 79 anos	-1.188** (0.576)	-0.759** (0.381)	
Ter idoso no domicílio de 80 anos ou mais	-6.031*** (0.136)	-6.390*** (0.132)	
Ter criança de 0 a 3 anos no domicílio	0.437*** (0.00740)	-0.0453*** (0.00962)	
Ter criança de 4 a 6 anos no domicílio	0.227*** (0.0191)	-0.0518** (0.0257)	
Ter criança de 7 a 14 anos no domicílio	0.0607 (0.197)	0.0914 (0.282)	
Criança de 0 a 3 anos na creche	-0.0415*** (0.0127)	0.248*** (0.0152)	
Criança de 4 a 6 anos na escola	0.00500 (0.0203)	0.119*** (0.0265)	
Criança de 7 a 14 anos na escola	0.0110 (0.203)	-0.0422 (0.285)	
Escolaridade (menos de 1 ano de estudo)	-0.161*** (0.0144)	-0.231*** (0.0185)	
Idade	0.297*** (0.00163)	0.227*** (0.00143)	
Idade ao quadrado	-0.00366*** (1.97e-05)	-0.00298*** (1.82e-05)	
Negro	0.0412*** (0.00733)	-0.0851*** (0.00747)	
Região Sul, Sudeste e Centro-oeste	0.0505*** (0.00749)	0.0484*** (0.00774)	
Afazeres domésticos	0.425*** (0.00463)	-0.546*** (0.00703)	
Constante	-7.091*** (0.0376)	-4.135*** (0.0282)	-1.872*** (0.0310)
Observação	301,128	301,128	301,128

Erro padrão em parêntese.

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

ENSAIO 3

DIFERENCIAIS SALARIAIS DE GÊNERO NO BRASIL: UM CONTRAPONTO ENTRE OS SETORES PÚBLICO E PRIVADO

Resumo

Em que pesem as conquistas, a revolução feminina ainda está para se completar, dadas as persistentes assimetrias nas relações dentro e fora dos lares. No mundo produtivo, a diferença salarial de gênero é resiliente, sendo o objetivo deste ensaio investigar os determinantes dos diferenciais salariais entre homens e mulheres, cotejando o setor público com o privado. Para tanto, são utilizadas as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2015 e as técnicas de decomposição com base em Oaxaca (1973) e Blinder (1973) e Firpo, Fortin e Lemieux (2009). A principal contribuição é entender este diferencial salarial ao longo da distribuição, distinguindo os trabalhadores nos setores públicos e privados. Os resultados dos modelos evidenciam que parcela do diferencial salarial entre homens e mulheres, no Brasil, não encontra amparo nas distintas características, podendo, em certa medida, sinalizar presença de discriminação de gênero no mercado de trabalho. Entre as covariadas, o tempo trabalhado, a escolaridade, a idade, a ocupação, e a área de atuação, em todos os modelos estimados, contribuem, em alguma medida, na explicação do diferencial salarial. E os achados apontam para desigualdades de rendimento maiores no estrato superior no setor público e privado, sobretudo no setor público, o que a literatura associa ao fenômeno “teto de vidro”.

Palavras-Chaves: gênero; desigualdade salarial; modelo de decomposição; setor público e privado.

Abstract

Despite swift advances, the female revolution has yet to reach its completion, given the persistent asymmetries found in gender relations both within and without the household. Within productive activities, the gender wage gap is resilient, and this article seeks to investigate the determinants of the wage gap between men and women comparing the public and private sectors. We use information from the 2015 National Household Sample Survey (PNAD) and decomposition methods based on Oaxaca (1973), Blinder (1973), and Firpo, Fortin and Lemieux (2009). Our main contribution is defining how this gap manifests itself throughout the wage distribution, differentiating workers from each sector. Our results indicate that the wage gap between men and women in Brazil is not supported by distinct gender characteristics, which may point to gender discrimination in the labor market. Among our covariates, years worked, education level, age, occupation, and area of practice all contribute in some measure to the wage gap across all models. These findings point towards greater wage caps within the higher wage stratum in the public and private sector, especially within the public sector, which is associated within the literature to the “glass ceiling” phenomenon.

Keywords: Gender; wage gap; decomposition model; public and private sectors.

1. Introdução

A despeito dos avanços obtidos pelas mulheres nos tempos recentes, a assimetria nas relações dentro e fora dos lares ainda é uma realidade. A maior participação econômica e política feminina não foi capaz de reverter estereótipos que associam as atividades reprodutivas como função social prioritária das mulheres, perpetuando sua desvantagem frente aos homens na atuação pública. A atuação econômica feminina, portanto, ainda reflete constrangimentos advindos de uma assimétrica divisão sexual do trabalho e, dentre eles, a persistente diferença salarial se destaca.

Em vários países, pode-se constatar que os homens ganham mais por sua atuação no mercado de trabalho, permanecendo uma expressiva diferença salarial em relação às mulheres, que não encontra, *a priori*, conveniente amparo. Chritofides, Polycarpou, Vrachmis (2010), para uma amostra de 24 membros da União Europeia, consideram que parcela do diferencial de gênero é inexplicada, havendo tantos indícios de *Glass Ceiling* como de *Sticky Floor*. Ao primeiro fenômeno, a literatura associa os diferenciais salariais maiores no topo da distribuição, e, ao segundo, os diferenciais salariais na parte inferior da distribuição de renda.

No Brasil, existe uma vasta literatura que analisa o diferencial salarial empiricamente. Esses trabalhos utilizam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) ou dos Censos Demográficos, e, como metodologia, a decomposição salarial para média e para além dela, como os quantis.

Este artigo segue essa literatura nacional, visando trazer algumas contribuições, tais como: cotejar a inserção diferenciada nos setores público e privado; valer-se do marco teórico das penalidades da maternidade e dos cuidados; e implementar uma metodologia que analisa os componentes deste diferencial ao longo da distribuição salarial de forma detalhada.

Os métodos de decomposição Oaxaca-Blinder [Oaxaca (1973) e Blinder (1973)] padrão e de Firpo, Fortin e Lemieux (2009), que são utilizados, permitem separar o diferencial salarial em duas partes: a relativa às diferenças nas características entre homens e mulheres (o chamado “efeito composição”) e a parte explicada pela forma diferenciada que as características individuais são remuneradas (o “efeito estrutura”). O primeiro método identifica estes componentes para a desigualdade do rendimento médio entre homens e mulheres, enquanto o segundo, analisa diferentes partes da distribuição salarial, como o salário dos 10% mais pobres ou 10% mais ricos.

Os resultados dos modelos evidenciam que parcela do diferencial entre homens e mulheres no Brasil, em 2015, não encontra amparo nas distintas características, podendo, em certa medida, sinalizar a presença de discriminação de gênero no mercado de trabalho. Esse resultado é encontrado no modelo estimado para média, Oaxaca-Blinder padrão, e para os quantis, e nos modelos para economia como um todo, setor público e privado. Entre as covariadas, o tempo trabalhado, a educação, a idade, a ocupação e a área de atuação, em todos os modelos estimados, contribuem na explicação do diferencial salarial. Os achados apontam para desigualdades de rendimento maiores no estrato superior, com exceção da economia geral, o que a literatura associa ao fenômeno teto de vidro (*Glass Ceiling*). Esse resultado aparece tanto no setor público como privado, mas tem destaque no primeiro.

Este ensaio, portanto, está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na primeira seção é discutido o marco teórico sobre os constrangimentos na atuação econômica feminina. Na segunda seção, se apresenta uma revisão da literatura empírica sobre diferenciais salariais de gênero em modelos de decomposição. Na terceira seção, a metodologia utilizada, a base de dados e as variáveis do modelo são descritas. Na quarta seção, são analisados os resultados dos modelos de decomposição salarial e, por fim, são traçadas algumas considerações finais.

2. Penalidades das normas de gênero: pistas para a compreensão do diferencial salarial

Uma pergunta continuamente em relevo, mas que nem sempre encontra uma resposta satisfatória, refere-se à explicação do diferencial salarial entre homens e mulheres. A pretensão aqui, de modo nenhum, é apresentar uma resposta unívoca, mas investigar pistas que auxiliem nessa compreensão.

A primeira pista para compreender o diferencial salarial pode ser acessada na desigual divisão sexual do trabalho. O cuidado e a provisão de bem-estar na família, que continuam de modo primário sob responsabilidade feminina, influenciam na disposição e na forma de inserção laboral das mulheres e, conseqüentemente, em seus rendimentos.

As exigências do mundo produtivo não acompanham as mudanças em termos de novas estruturas e arranjos familiares, e nem das novas funções e anseios das mulheres. O mercado de trabalho continua operando como se aqueles que dele participam não enfrentassem responsabilidade familiares, como outrora se presenciava na vivência de um modelo no qual o homem trabalhava e a mulher se incumbia das tarefas do lar.

Assim, como o mercado de trabalho ainda hoje, em muito, desconsidera as demandas pessoais dos seus trabalhadores, as mulheres têm sua trajetória laboral prejudicada na medida em que precisam equilibrar, em geral com pouco auxílio dos homens e das políticas governamentais, o trabalho remunerado com as responsabilidades familiares. O trabalho reprodutivo afeta a inserção no trabalho produtivo, sobretudo das mulheres, e de forma negativa.

A literatura tem teorizado, nessa direção, sobre as penalidades subjacentes à maternidade e aos cuidados. De modo geral, essa vertente tem se dedicado a compreender como o fato de ser mãe ou a possibilidade de um dia vir a ser, auxilia na compreensão do diferencial salarial.

Grimshaw e Rubery (2015) reúnem em três correntes as explicações para a penalidade da maternidade, aqui considerada de modo mais amplo como penalidades do cuidado. São elas: racionalidade econômica (centrada na teoria do capital humano e na auto-seleção feminina para empregos com menores rendimentos); sociológica (crenças estereotipadas sobre a produtividade das mulheres e sub-valorização do trabalho feminino); e comparações institucionais (considerando os distintos contextos dos países, as políticas, e a cultura em relação ao papel feminino na sociedade).

A primeira, a racionalidade econômica, centra sua explicação do diferencial salarial na teoria do capital humano. As mulheres desenvolvem menos seu capital intelectual, suas habilidades e sua produtividade na medida em que têm carreiras descontinuadas devido aos compromissos advindos da maternidade, e, de modo geral, do cuidado familiar.

A interrupção no emprego é, portanto, um fator chave na compreensão do diferencial salarial (MEURS et al, 2010). No tempo gasto fora do mercado de trabalho para cuidar de crianças, o capital humano das mulheres vai se depreciando, dada a mitigação da experiência profissional, a perda de habilidades, conhecimentos, e, produtividade (PIRAS; RAPANI, 2005; MEURS et al, 2010; OLARTE; PEÑA; 2010; GRIMSHAW; RUBERY; 2015).

Os resultados empíricos, todavia, fragilizam as explicações do diferencial salarial pela teoria do capital humano. Meurs et al (2010) apontam que há evidências de que mesmo as mulheres não sendo mães e não interrompendo suas carreiras as diferenças salariais ainda persistem. O diferencial salarial se daria por um processo de discriminação das mulheres no mercado de trabalho. Esta discriminação, segundo a literatura econômica, pode ser considerada uma discriminação por grupo ou estatística (MEURS et al, 2010). Ou seja, há uma diferença de remuneração que se assenta na discriminação dos empregadores em relação às mulheres e suas características produtivas (BUNDIG; ENGLAND, 2001), dada a permanência dos diferenciais

salariais mesmo controlando o capital humano, a experiência, e o tipo de emprego (BOTELLO; ALBA, 2014).

Outra argumentação econômica para os diferenciais salariais é que, devido à maternidade ou às responsabilidades familiares, as mulheres se auto selecionam para trabalhos que pagam pouco, mas que são menos exigentes, sendo em tempo parcial ou mais próximos de casa, portanto conciliáveis com seus compromissos domésticos. As mulheres podem trocar salários mais altos por empregos que são amigáveis, em conformidade com a predição da teoria econômica dos diferenciais compensatórios (BUDIG; ENGLAND, 2001). Em outras palavras, pelo conceito das compensações das diferenças, há empregos que proporcionam determinadas vantagens em contraponto a outros, o que acaba condicionando as escolhas profissionais dos sujeitos (PLASSARD; THAR, 1990).

Contudo, tanto as ideias fincadas na teoria do capital humano como nos diferenciais compensatórios não parecem dar conta da complexidade abarcada nas relações sociais assimétricas de gênero que condicionam o diferencial salarial, na medida que mesmo controlando o tipo de emprego, o nível de escolaridade, e a jornada laboral, as diferenças salariais persistem. E, nesse sentido, a abordagem sociológica traz uma importante contribuição.

As escolhas femininas são condicionadas por normas sociais de gênero. Por essa concepção, a mulher é penalizada em seus rendimentos dadas as visões estereotipadas dos empregadores a respeito de sua produtividade, e, das próprias dificuldades encontradas pelas mulheres na articulação entre trabalho e família.

Os relatos sociológicos das penalidades salariais da maternidade argumentam que os empregadores tomam suas decisões, de contratação, remuneração, e promoção, alinhadas às suas expectativas estereotipadas em relação ao menor esforço e dedicação das mulheres no mundo laboral, devido aos encargos provenientes das responsabilidades familiares (GRIMSHAW; RUBERY; 2015).

A penalidade da maternidade e dos cuidados se escora em um processo discriminatório dos empregadores sobre a atuação profissional das mulheres. Para Teixeira (2008), o mercado de trabalho é orientado por uma segregação arraigada nas crenças culturais e econômicas sobre as funções sociais que cabem a homens e mulheres na sociedade. Assim, ainda que as mulheres tenham revertido o hiato de gênero histórico na escolaridade, seus salários ainda são inferiores aos dos homens devido à discriminação de sua força de trabalho (GUEDES, 2012).

A visão sociológica, portanto, dialoga com, e corrobora, os apontamentos feministas sobre o papel da divisão sexual do trabalho nos constrangimentos da atuação econômica

feminina. Como o cuidado e as responsabilidades familiares ainda se encontram, de modo preponderante, a cargo das mulheres, os empregadores percebem o trabalho produtivo feminino de modo distinto do masculino, tendo em vista as limitações de esforço e dedicação presentes na articulação entre trabalho e família. Os menores rendimentos seriam fruto de um desconto, devido a menor produtividade, empenho e capacitação feminina.

O preço a ser pago deriva em parte de fatores culturais. Com frequência, naturaliza-se a atribuição às mulheres de um compromisso prioritário com a maternidade, o que as distancia do trabalhador ideal totalmente disponível para as demandas do mercado de trabalho (CORRELL et al, 2007).

Essas percepções sociais sobre o trabalho produtivo feminino podem ser reunidas em um conceito mais amplo, força de trabalho secundária, permitindo o entendimento da discriminação no mercado de trabalho e da complementariedade do trabalho feminino. Para Abramo (2007), a teoria econômica, em suas diversas vertentes, finca sua tese na noção de que a força de trabalho feminina é secundária, em conformidade com pressupostos estereotipados de que elas possuem diminuto interesse e disposição em investir na sua formação e carreira profissional. Ou seja, que teriam baixas expectativas e responsabilidade com as atividades laborais, sendo o mercado de trabalho secundário em suas vidas.

A secundariedade do trabalho feminino explicaria a subjetividade envolvida na parcela do diferencial salarial que não é explicada pelas características pessoais. O trabalho reprodutivo penaliza, portanto, duplamente as mulheres. De modo direto, limitando a disposição de inserção no mercado de trabalho de modo análogo aos homens e, de modo indireto, na subjetividade dos empregadores que irão discriminar as mulheres, mesmo elas superando as barreiras para o desenvolvimento de sua vida profissional, com base em concepções socialmente construídas. Assim, as ciências econômicas, ao não serem capazes de dar conta da questão da invisibilidade do trabalho reprodutivo, perenizam a subestimação da contribuição das mulheres para economia e reforçam a ideia de subemprego feminino (MELO; CASTILHO, 2009).

A terceira vertente das penalidades da maternidade, a que privilegia comparações institucionais, vem se somar às pistas supracitadas para o entendimento dos diferenciais salariais, na medida em que concede atenção ao ambiente no qual se constituem as assimetrias. A distância salarial se estreita, tanto entre homens e mulheres como entre mulheres que são mães e que não são, quando existem políticas de proteção ao trabalho e incentivo ao emprego feminino. Nos países escandinavos, em que tais políticas estão presentes com destaque, se observam lacunas salariais pouco expressivas, em contraponto às avultadas desigualdades em

países anglo-saxões, seguidos por países com regimes de bem-estar mais conservadores (MOLINA; MONTUENGA, 2008).

Para Budig e England (2001), as características do emprego, em relação à flexibilidade na jornada e a existência de creches no local de trabalho, influenciam as penalidades da maternidade. Grandes empresas e o setor público oferecem políticas mais amigáveis ao trabalho feminino. As políticas de licença maternidade e de proibição de demissão de mulheres grávidas evitam a interrupção das carreiras e o fluxo de renda feminino, no curto prazo, refletindo em menores penalidades em termos de experiência profissional e educação para as mulheres que têm filhos, em especial até 5 anos (BOTELLO; ALBA, 2014).

Convém sublinhar que as políticas do Estado de Bem-Estar podem apresentar efeitos ambíguos na promoção da igualdade nas relações de gênero, fenômeno conhecido na literatura como o paradoxo do Estado de Bem-Estar Social. Mandel e Semyonov (2006) fazendo paralelo com os regimes de bem-estar social, em uma vasta investigação sobre as políticas ofertadas e seus impactos, concluem que, nos países de regime social-democrata (os países escandinavos), as mesmas ações que favorecem maior integração das mulheres no mercado de trabalho contribuem para maior segregação ocupacional e restrição das oportunidades das mulheres alçarem cargos de status. Nos países de regime liberal, as mulheres encontram maiores barreiras para se inserir no mercado de trabalho ao não contarem com políticas nessa direção, mas, no contraponto, as que suplantam a barreira da entrada têm maiores chances de galgar os postos de direção do que em países social-democratas. Portanto, mesmo que de modo não deliberado, políticas de família podem erguer barreiras para uma inserção profissional feminina de modo análogo à masculina (MANDEL; SEMYONOV, 2006).

Se as políticas de família não forem desenhadas em conformidade com a promoção da equidade nas relações de gênero, (BIROLI, 2015) há sempre o risco de que a ação do Estado aprofunde convenções sociais, se assentando nesse fato muitas críticas feministas ao Estado de Bem-Estar Social.

Em que pesem as ponderações do paradoxo do Estado de Bem-Estar, parece haver muitas evidências dos impactos positivos das políticas de família na atuação econômica feminina (GORNICK; MEYERS, 2007; GRIMSHAW; RUBERY; 2015). Ademais, os regimes de estado do bem-estar parecem impactar, a despeito da não clareza em que direção são formadas as preferências, nos resultados da equidade de gênero (KERSTENETZKY, 2017).

3. *Gap* salarial de gênero: uma revisão empírica

Uma vasta literatura tem buscado compreender as assimetrias de gênero, nas relações dentro e fora dos lares. Na vida privada, ainda hoje, é notória uma desigual divisão do trabalho doméstico, das responsabilidades familiares e da autoridade em desfavor das mulheres. E no mundo laboral, favorecendo os homens, as desigualdades e privilégios comparecem na taxa de atividade econômica, na taxa de desemprego, na forma de inserção e no rendimento, que terá centralidade neste ensaio.

A literatura que investiga os diferenciais salariais de gênero, em sua variedade, vale-se desde análises descritivas que atestam a distância de salários entre homens e mulheres até métodos de decomposição salarial e suas pistas na compreensão do que explica essa distância. Neste trabalho são apresentados, de modo sucinto, os principais achados, nacionais e internacionais, que auxiliam na compreensão dos fatores que condicionam os diferenciais salariais de gênero.

Os trabalhos empíricos nacionais que investigam as assimetrias salariais, de modo geral, acessam como base de dados a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) ou o Censo Demográfico, e como metodologia, a decomposição salarial para média¹³ e os quantis¹⁴, que é também o foco desta pesquisa. Os estudos têm como variável dependente o logaritmo do salário, do trabalho principal ou de todos os trabalhos, e as variáveis explicativas recorrentes são: a escolaridade, a idade, a idade ao quadrado, ocupação e setor.

Os achados apontam a presença de discriminação no mercado de trabalho brasileiro, na medida em que os diferenciais de rendimento não são explicados exclusivamente pelas distintas características individuais (SANTOS; RIBEIRO, 2006; BARTALOTTI, 2007; SOUZA et al, 2013; SALARDI, 2012; ARRAES et al, 2014; MEIRELES et al, 2015; FILHO, 2015), estando as mulheres negras em pior situação (BARTALOTTI, 2007).

Há indícios de que o rendimento laboral da mulher seria maior se o mercado de trabalho a remunerasse de modo similar ao homem (SANTOS; RIBEIRO, 2006; GALVÃO, 2015), em especial nos estratos superiores de renda (BARTALOTTI, 2007; SOUZA, et al, 2013; MEIRELES et al, 2015). Assim, se a remuneração laboral, no Brasil, fosse definida unicamente de acordo com as características individuais, os salários femininos poderiam suplantam os masculinos.

¹³ Método de Oaxaca-Blinder

¹⁴ Métodos de Machado e Mata (2005), e Firpo, Fortin e Lemieux (2009).

Todavia, o cotejamento de períodos revela uma queda do diferencial salarial, embora tenha ocorrido um adensamento do componente não explicado, que se associa, em certa medida, à discriminação (SOUZA et al, 2013; MEIRELES et al, 2015).

Ao longo da distribuição, o comportamento da assimetria salarial não é uniforme nas pesquisas. O diferencial salarial tanto se apresenta mais proeminente nos estratos mais altos de rendimento (BARTALOTTI, 2007; SOUZA et al, 2013), como tem comportamento de queda ao longo dos quantis (MEIRELES et al, 2015), e até mesmo toma a forma de U (SANTOS; RIBEIRO, 2006), ou não tem um padrão bem definido (ARRAES et al, 2014; FILHO, 2015; GALVÃO, 2015). Há, portanto, evidências tanto do fenômeno *Glass Ceiling* (SANTOS; RIBEIRO, 2016; MEIRELES et al, 2015) como *Sticky Floor* (MEIRELES et al, 2015; ARRAES et al, 2014) no Brasil.

Importante sublinhar que, se por um lado, a decomposição geral aponta que uma parcela do diferencial salarial entre homens e mulheres continua inexplicada, por outro, a decomposição detalhada corrobora a relevância das características sociodemográficas, tais como educação, idade, setor de atividade, e tipo de ocupação, na explicação dessa desigualdade de salário de gênero (SANTOS; RIBEIRO, 2006; BARTALOTTI, 2007; SOUZA et al, 2013; SALARDI, 2012; ARRAES et al, 2014; MEIRELES et al, 2015; FILHO, 2015).

Os trabalhos empíricos internacionais que investigam as assimetrias salariais usam como metodologia a decomposição para média e os quantis. Os estudos têm como variável dependente o logaritmo do salário e as variáveis explicativas são diversificadas.

Os resultados indicam que parcela das diferenças salariais não é explicada pelas características pessoais, o que, em certa medida, evidencia a presença de discriminação de gênero nos mercados de trabalho internacionais.

Estudos comparativos apresentam indícios de discriminação de gênero em vários membros da União Europeia (CHRITOFIDES et al, 2010; REMOND; MCGUINNES, 2017), bem como em diversos países da América Latina (CANELAS; SALAZAR, 2014; CARRILLO et al, 2014), e em algumas nações africanas (NIX et al, 2016).

Em outros continentes, também é atestada a existência de uma parcela do diferencial salarial não explicada pelas características observáveis, tais como: América Anglo-Saxônica-EUA-(KASSEMBOHMER; SINNING, 2014) e Canadá (BOUDARBAT; CONNOLLY, 2013); Ásia-Índia (KHANNA, 2012), Japão (CHIANG; OHTAKE, 2014) Tailândia (ADIREKSOMBAT et al, 2016), China (TANG; SCOTT, 2017) e Coreia (SUN; KIM, 2017); Oceania- Austrália (COOKE, 2014) e Indonésia (HENNIGUSNIA, 2014). Portanto, as pistas são contundentes de que, em todo mundo, as mulheres têm seu desempenho laboral

desprestigiado em um diferencial salarial frente aos homens, que não encontra amparo em características produtivas.

Cabe frisar que o *gap* salarial de gênero não apresenta um padrão único, ao longo da distribuição, na medida em que o comportamento das assimetrias pode ser tanto de ascensão do diferencial ao se caminhar para o topo, como suavização ao longo dos quantis, formato de U e até mesmo de U invertido, no mercado internacional.

Como exemplos de países nos quais o diferencial salarial se acelera no final da distribuição, pode-se citar Dinamarca, Estônia, Polônia (CHRITOFIDES et al, 2010), Colômbia (EMILIANI; BARÓN, 2012), Japão (CHIANG; OHTAKE, 2014), Turquia (KAYA, 2017), Austrália (BARÓN; COBB, 2008), entre outros. Comportamento de mitigação da diferença salarial ao longo dos quantis foi encontrado na Índia (KHANNA, 2012), na Indonésia (HENNIGUSNIA, 2014), na Tailândia (ADIREKSOMBAT et al, 2016), e na Itália (TOPFER, 2017). O formato de U apareceu na distribuição salarial do Quênia (AGESA et al, 2013), do Canadá (BOUDARBAT; CONNOLLY, 2013), da Nicarágua (MEDINA, 2013), do Equador (ROSERO, 2013), dos Estados Unidos (KASSEMBOHMER; SINNING, 2014), da Eslovênia, Suécia, Itália (REMOND; MCGUINNES, 2017), entre outros. Por fim, a forma de U invertido se fez presente na Itália (PIZALUNGA, 2017).

Há, portanto, evidências na literatura internacional tanto de *Glass Ceiling* como de *Sticky Floor*. Citando alguns exemplos, há vestígios da existência do *Glass Ceiling* no Canadá (BOUDARBAT; CONNOLLY, 2013), Japão (CHIANG; OHTAKE, 2014), República do Congo, Gana, Ruanda (NIX et al, 2016), Estados Unidos (KASSEMBOHMER; SINNING, 2014), Itália (PIZALUNGA, 2017), Turquia (KAYA, 2017), entre outros. E do *Sticky Floor* na Índia (KHANNA, 2012), Nicarágua (MEDINA, 2013), Indonésia (HENNIGUSNIA, 2014), Bolívia, Equador, Guatemala (CANELAS; SALAZAR, 2014), Tailândia (ADIREKSOMBAT et al, 2016), Chipre, Luxemburgo, Eslovênia, Espanha (CHRISTOFIDES et al, 2010), entre outros.

O comportamento, ao longo do tempo, da desigualdade de rendimento entre homens e mulheres não apresenta padrão singular. A trajetória tem sido de convergência salarial de gênero na Austrália (BARÓN; COBB, 2008), Tailândia (ADIREKSOMBAT et al, 2016), Estados Unidos (KASSEMBOHMER; SINNING, 2014), e Nicarágua (MEDINA, 2013) e de adensamento dos diferenciais no Equador (ROSERO, 2013), no Canadá (BOUDARBAT; CONNOLLY, 2013), Indonésia (HENNIGUSNIA, 2014) e China (TANG; SCOTT, 2017).

De modo análogo à literatura nacional, as características sociodemográficas (educação, experiência, setor de atividade, estado civil, ocupação, tamanho da empresa, maternidade,

preferências por tipo de trabalho, entre outras) auxiliam na explicação do diferencial salarial entre homens e mulheres em várias partes do mundo.

Diante do exposto, este trabalho visa trazer algumas contribuições a essa literatura, em especial a nacional, tais como: cotejar a inserção diferenciada nos setores público e privado; valer-se do marco teórico das penalidades da maternidade e dos cuidados, e implementar uma metodologia que analisa os componentes deste diferencial ao longo da distribuição salarial de forma detalhada.

4. Metodologia

4.1 Base de dados

A abordagem em *cross section* para o modelo de decomposição salarial é feita com base nos dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrangendo as áreas urbanas e rurais, para o ano de 2015.

O Brasil conta com quatro bases de dados que podem ser acessadas para investigar a diferença salarial entre homens e mulheres: PNAD; PME; Censo Demográfico; e RAIS. A PNAD foi escolhida como fonte de dados por ser uma pesquisa que, além de sua reconhecida qualidade, abrange a maioria da população brasileira, e não apenas as seis áreas metropolitanas, como a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE). A PNAD pode subestimar os rendimentos dos estratos mais ricos. Nesse sentido, o Censo Demográfico seria mais adequado, mas não foi utilizado por não contar com dados atuais. A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE), que também pode ser utilizada como fonte de informações, foi preterida por abarcar apenas o setor formal do mercado de trabalho e não contar com todas as informações sociodemográficas presentes na PNAD.

A amostra deste estudo inclui homens e mulheres, moradores da zona urbana e rural, com idade entre 15 e 55 anos e ocupados. Essa faixa etária foi escolhida de modo a excluir o trabalho infantil e os aposentados que por ventura ainda se encontrem no mercado de trabalho. A amostra estimada tem cerca de 134 mil observações.

4.2 Método

O objetivo desse estudo é averiguar as diferenças salariais entre homens e mulheres e seus condicionantes. Para tanto, será acessado um modelo de decomposição das diferenças salariais.

Os métodos de decomposição surgem para explicar a desigualdade de renda nos países, sendo hoje uma das metodologias mais acessadas pelos estudos que se debruçam sobre a temática da assimetria salarial.

Os artigos seminais da literatura de decomposição são: Oaxaca (1973) e Blinder (1973). O método proposto por eles investiga contabilmente o que explica, na média, a desigualdade de renda. Esta decomposição separa a desigualdade de renda nos efeitos composição e estrutura salarial. O efeito composição pode ser entendido como a parcela do hiato de renda que é explicada pelas características de cada indivíduo, tais como a educação, a experiência, etc., enquanto no efeito estrutura salarial o hiato é explicado pelas diferenças dos retornos dessas características individuais. Esse método permite fazer decomposição nos efeitos de forma agregada, e detalhada para as covariadas.

Para analisar a diferença salarial média entre homens e mulheres, considera-se inicialmente uma equação salarial típica minceriana, conforme (1):

$$w_{ab} = x_{ab}\beta_b + e_{ab} \quad (1)$$

Na qual: w_{ab} é o logaritmo do salário mensal do indivíduo a que pertence ao grupo b ; x_{ab} é o vetor de características observáveis; e_{ab} conjunto de fatores não observáveis, e β_b o vetor de parâmetros. Supõe-se que todas as hipóteses do modelo de regressão linear clássico são válidas.

O método Oaxaca-Blinder calcula a diferença média do salário estimado entre homens e mulheres, conforme a especificação (2):

$$\bar{w}_m - \bar{w}_f = (\beta_{m0} - \beta_{f0}) + \sum_{k=1}^K \bar{X}_{fk} (\hat{\beta}_{mk} - \hat{\beta}_{fk}) + \sum_{k=1}^K \bar{\beta}_{mk} (\bar{X}_{mk} - \bar{X}_{fk}) \quad (2)$$

Na qual $\bar{w}_m - \bar{w}_f$ representa a diferença média estimada do logaritmo dos salários.

Nesse modelo, a expressão $\sum_{k=1}^K \bar{\beta}_{mk} (\bar{X}_{mk} - \bar{X}_{fk})$ refere-se à parcela do diferencial salarial que é devido às distintas características entre homens e mulheres, o chamado efeito composição. E a expressão $(\beta_{m0} - \beta_{f0}) + \sum_{k=1}^K \bar{X}_{fk} (\hat{\beta}_{mk} - \hat{\beta}_{fk})$ representa a diferença devido à forma pela qual se remunera diferentemente as características individuais, o efeito estrutura, ou o componente associado à discriminação.

Com a polarização dos salários que ocorreu na década de 80, os pesquisadores perceberam que a média podia não captar muito a desigualdade de renda, passando a focar-se na análise dos diferenciais salariais, considerando toda a distribuição de renda. Sendo assim, os métodos de decomposição são melhorados e expandidos ao longo dos anos, sendo o desenvolvimento mais importante a extensão dos métodos de decomposição para além da média dos parâmetros da distribuição.

Nessa direção, se destaca o modelo criado por Firpo, Fortin e Lemieux (2009). Esse método estende a análise de decomposição de Oaxaca e Blinder ao possibilitar realizar a decomposição salarial em qualquer estatística da distribuição. O método de Firpo, Fortin e Lemieux (2009) não é o primeiro a realizar a decomposição agregada para os quantis da distribuição, mas ele é o mais satisfatório para a decomposição detalhada, já que nos outros métodos existentes - como os apresentados por Machado e Mata (2005), Dinardo, Fortin e Lemieux (1996) e Altonji, Bharadway e Lange (2008) - a decomposição detalhada depende da ordem em que a decomposição é realizada. Esta pesquisa, de modo a fazer uma análise mais ampla dos diferenciais salariais entre homens e mulheres, também fará a decomposição da renda para os quantis.

O FFL (2009), como é comumente apelidado, estima uma regressão similar à regressão padrão de mínimos quadrados ordinários (MQO), porém valendo-se como variável dependente a função influência recentrada (RIF) da estatística de interesse (quantil, variância, Gini, etc.), que no caso desta pesquisa são os quantis do rendimento do trabalho principal.

A função de influência pode ser escrita como:

$$IF(y; v, F) = \lim_{\epsilon \rightarrow 0} (v F_{\epsilon} - v(F)) / \epsilon \quad (3), \text{ onde}$$

$F_{\epsilon}(y) = (1-\epsilon)F + \epsilon \delta y$, $0 \leq \epsilon \leq 1$ (4) e δy é a medida de probabilidade que coloca a massa 1 no valor de y .

A função de referência recentrada (RIF) é obtida por meio da soma da estatística de interesse, nesse caso o quantil, e, a perturbação IF, com a seguinte especificação:

$$RIF(y; v) = v(F) + IF(y; v) \quad (5)$$

Segundo Firpo, Fortin e Lemieux (2009), os coeficientes representam o efeito marginal de uma modificação da distribuição sobre a estatística de interesse. Portanto, a distribuição *quantílica* incondicional pode compreender duas partes:

$$\hat{\Delta}_S^{me} = E[X, T = 1]^T \cdot (\hat{\gamma}_1^{me} - \hat{\gamma}_C^{me}) \quad (6)$$

$$\hat{\Delta}_X^{me} = E[X/T = 1] - E[X/T = 0]^T \cdot \hat{\gamma}_0^{me} + \hat{R}^{me} \quad (7)$$

em que $\hat{R}^{me} = E [X/T = 1]^T \cdot (\hat{\gamma}_C^{me} - \hat{\gamma}_0^{me})$.

O componente $\hat{\Delta}_S^{me}$ representa o efeito estrutura salarial, isto é, a parte do *gap* salarial que acontece em virtude dos diferentes retornos das características dos indivíduos no mercado de trabalho, e $\hat{\Delta}_X^{me}$ representa o efeito composição, ou seja, a parcela do hiato da renda relativo às diferenças nas características individuais entre os grupos.

4.3 Variáveis do modelo

Vários fatores têm sido apontados na literatura como condicionantes da diferença salarial entre homens e mulheres. Em sua maioria, as pesquisas nacionais e internacionais recorrem à escolaridade, a idade, ao tipo de ocupação, ao setor de atividade, e ao local de residência como elementos explicativos do diferencial salarial. Essa pesquisa, em diálogo com a literatura, acessa essas variáveis tidas como características importantes na definição da remuneração no mercado de trabalho. Porém, também considera outras, tais como as horas trabalhadas, ter companheiro, cor, e crianças no domicílio, variáveis que vão na linha dos apontamentos presentes no marco teórico concernente ao papel da divisão sexual do trabalho e das penalidades dos cuidados na desigualdade de remuneração de gênero. No Quadro 1 são apresentadas e descritas as variáveis utilizadas nas estimações.

Quadro 1
Descrições das variáveis utilizadas nas estimações

	Variável	Descrição
Dependente	Logaritmo do rendimento ¹⁵	Informa o salário do trabalho principal dos ocupados
Explicativas	Horas trabalhadas	Informa as horas dispendidas no trabalho remunerado
	Idade	Informa a idade do indivíduo
	Idade ao quadrado	Informa a idade do indivíduo elevada ao quadrado
	Negro	Informe se o indivíduo é negro (preto ou pardo)
	Ter companheiro	Informa se o indivíduo vive com companheiro
	Escolaridade	Informa se o indivíduo tem mais de 1 ano de estudo
	Setor de atividade	Informa as áreas de atividade econômica
	Ocupação	Informa as ocupações
	Região	Informa as regiões do país
	Ter criança no domicílio de 0-6 anos	Informa se tem crianças de 0-6 anos no domicílio
Ter criança no domicílio de 7-14 anos	Informa se tem crianças de 7-14 anos no domicílio	

Fonte: Pnad.

Elaboração Própria.

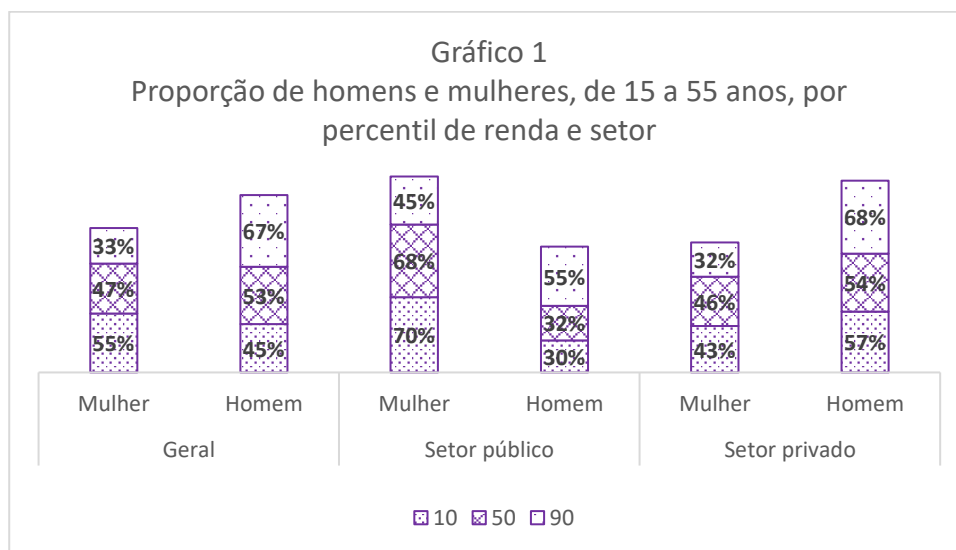
¹⁵ Optou-se por não utilizar o rendimento horário e usar as horas trabalhadas como variável explicativa, dado a relevância que a mesma tem para o marco teórico abordado nessa pesquisa.

Como a literatura aponta que o setor público é favorável ao trabalho feminino, este estudo fará, além da decomposição para toda economia, um modelo de decomposição restrito ao setor público e outro ao setor privado, de modo a poder cotejá-los. O intento é compreender as similaridades e distinções da desigualdade de gênero conforme o setor que se atua.

5. Resultados

5.1 Análise descritiva das assimetrias de gênero

Em que pese os avanços galgados pelas mulheres, a análise descritiva dos dados já concede um panorama das assimetrias de gênero que marcam as relações laborais. Como mostrado no Gráfico 1, as mulheres estão sobre representadas nos estratos mais pobres (nos 10% mais pobres a presença feminina foi, em 2015, de 55% frente a 45% dos homens), no contraponto, sub representadas nos superiores (nos 10% mais ricos a presença das mulheres foi de 33% contra 67% dos homens)¹⁶.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Quando se coteja o setor público com o privado, um resultado curioso desponta: no setor privado é maior a porcentagem de homens entre os mais pobres (57% contra 43% de mulheres), e, no setor público, a maioria dos mais pobres são mulheres (70%). Já entre os 10% mais ricos tanto no setor público (55%) como no setor privado (68%) a maioria é de homens. Portanto,

¹⁶ Considerou-se a renda do trabalho principal.

quando se trata de riqueza, as mulheres estão sempre em prejuízo, algo que não se verifica na pobreza.

Tabela 1
Diferença de rendimento médio de homes e mulheres, de 15 a 55 anos, por percentil de renda e setor

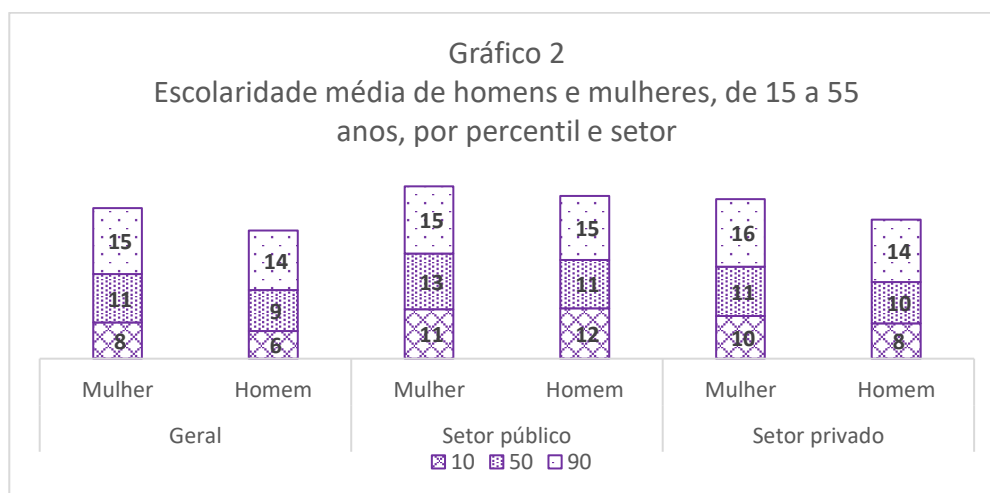
Percentil	Geral	Setor público	Setor privado
10	15,23	<i>0,70</i>	5,23
50	<i>0,59</i>	7,19	0,07
90	472,22	916,01	384,22
Média	427,41	990,28	297,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Nota: os valores em itálico são os que a diferença é favorável as mulheres.

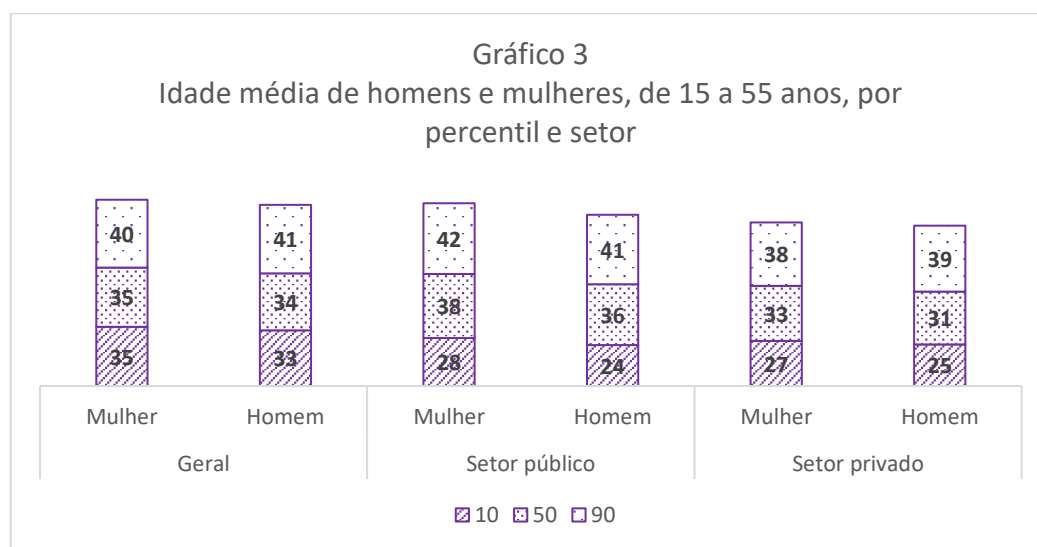
E essa diferença na presença de homens e mulheres nos estratos superiores e inferiores deve ser reflexo da distância de rendimento dos mesmos dentro dos estratos. Como mostra a Tabela 1, os homens ganham mais que as mulheres, com exceção do setor privado e público nos 10% mais pobres e a mediana para economia geral, na qual as mulheres tiveram rendimento maior.

Essa diferença salarial não parece ter justificativa ao se considerar a escolaridade, com exceção do setor público, uma vez que, como pode ser visto no Gráfico 2, as mulheres apresentam, na média, maior escolaridade que os homens.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

E a consideração da idade, proxy para experiência, permite interpretação similar, dado que a diferença média, em geral, é favorável às mulheres, conforme estrato de renda e setor.



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

A Tabela 2 aponta que as mulheres encontram-se concentradas na economia como profissionais das ciências e das artes, trabalhadores dos serviços administrativos, e vendedores e prestadores de serviços do comércio. Os homens, por seu turno, têm maior presença como trabalhadores dos serviços, trabalhadores agrícolas, e trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção. Entre as categorias, a que apresenta maiores rendimentos é dirigente geral, não estando as mulheres com presença muito menor que os homens nessa ocupação.

Tabela 2
Proporção de ocupações das pessoas, de 15 a 55 anos, por sexo e setor

Ocupações	Geral %		Setor público %		Setor privado %	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Dirigentes em geral	4,27	5,21	3,09	5,11	4,52	4,13
Profissionais das ciências e das artes	14,57	6,52	43,45	20,45	11,25	5,75
Técnicos de nível médio	7,61	7,26	18,9	14,20	7,86	8,18
Trabalhadores de serviços administrativos	15,25	6,51	15,56	14,56	28,54	9,73
Trabalhadores dos serviços	31,29	12,07	17,33	17,17	21,66	15,21
Vendedores e prestadores de serviço do comércio	11,98	8,51	0,19	0,13	15,56	10,1
Trabalhadores agrícolas	7,74	14,76	0,04	0,14	0,17	0,87
Trabalhadores da produção de bens e serviços e de reparação e manutenção	7,05	37,52	0,2	10,24	10,42	46,01
Membros das forças armadas e auxiliares	0,02	1,62	1,24	17,97	0,00	0,00
Ocupações mal definidas	0,02	0,02	0,00	0,03	0,01	0,02

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

No que concerne à área de atividade, a Tabela 3 mostra que há uma grande concentração de mulheres nos campos da educação, saúde e serviços sociais. E os homens apresentam uma

maior presença no comércio e reparação. Com exceção da acentuada presença frente aos homens nos serviços domésticos, a proporção de mulheres em setores melhores remunerados não é tão distante da dos homens.

Tabela 3
Proporção de atividades das pessoas, de 15 a 55 anos, por sexo e setor

Setor de atividades	Geral		Setor público		Setor privado	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Agrícola	7,83	14,99	0,00	0,00	0,16	0,74
Outras atividades industriais	0,26	1,19	0,04	3,21	0,38	1,63
Indústria de transformação	10,17	13,65	0,01	0,26	15,89	22,77
Construção	0,80	15,48	0,00	0,00	1,20	15,28
Comércio e reparação	18,18	19,33	0,01	0,02	28,48	24,86
Alojamento e alimentação	6,56	3,76	0,00	0,02	10,38	4,55
Transporte, armazenagem e comunicação	1,77	8,64	0,54	3,53	3,38	11,13
Administração pública	4,89	5,59	28,62	62,06	0,00	0,00
Educação, saúde e serviços sociais	20,12	4,59	67,68	26,34	16,84	3,99
Serviços domésticos	13,87	0,88	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	6,59	2,82	0,65	1,14	6,14	2,99
Outras atividades	8,94	9,00	1,94	3,44	17,13	12,72
Atividades mal definidas	0,02	0,10	0,00	0,00	0,03	0,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Importante ponderar na análise das assimetrias de gênero tanto as horas trabalhadas, que têm influência direta nos rendimentos, como o tempo de afazeres domésticos que, como aponta a teoria feminista, também constrange o desenvolvimento profissional das mulheres.

A Tabela 4 mostra que as mulheres, de modo geral, têm menor jornada laboral que os homens, sendo o menor tempo trabalhado entre os 10% mais pobres. Nesse quesito não se observa grandes diferenças entre os setores público e privado.

Tabela 4
Horas médias trabalhadas semanais por homens e mulheres, por percentil e setor

Percentil	Geral		Setor público		Setor privado	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
10	23	31	26	29	26	29
50	40	42	42	42	42	43
90	39	43	40	43	40	43

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Já no tempo de afazeres domésticos, verifica-se que as mulheres dispendem mais que os homens, independente do estrato de renda que estejam e do setor em que atuem. A diferença de tempo alocado nessa atividade entre homens e mulheres é mais pronunciada que a distância na jornada laboral e as diferenças são significativas nos estratos de renda entre as mulheres, o que não se presencia entre os homens.

Tabela 5

Horas médias de afazeres domésticos semanais por homens e mulheres, por percentil e setor

Percentil	Geral		Setor público		Setor privado	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
10	25	10	20	11	20	9
50	20	10	20	11	18	9
90	15	9	16	9	14	8

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

O tempo de trabalho remunerado e não remunerado, de modo conjunto, concede pistas para a compreensão dos constrangimentos e dificuldades vivenciados pelas mulheres na sociedade. Como mostra a Tabela 6, as mulheres experimentam uma maior carga de trabalho semanal que os homens, em qualquer estrato de renda, quando considerada a sobreposição do trabalho remunerado e não remunerado. Assim, nessa sobrecarga de trabalho feminina, escoram-se muitas das diferenças de gênero na inserção e remuneração no mercado de trabalho e na própria atuação social e política feminina, fato muitas vezes desconsideradas na formulação das políticas públicas.

Tabela 6

Jornada total de horas semanais trabalhadas por homens e mulheres, por percentil e setor

Percentil	Geral		Setor público		Setor privado	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
10	48	41	46	40	46	38
50	60	52	62	53	60	52
90	54	52	56	52	54	51

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da

Os dados supracitados permitem, portanto, inferir que as mulheres ainda vivenciam algumas desvantagens frente aos homens no mercado de trabalho, mas avanços parecem ter ocorrido. Persistem diferenças expressivas de rendimento médio favorável aos homens apenas no estrato superior de renda, sendo que entre os 10% mais pobres, olhando por setor público e privado, há uma diferença suave a favor das mulheres. As mulheres encontram-se posicionadas em ocupações e setor de atividades que não apresentam os piores rendimentos, embora ainda tenham menor presença em cargo de chefia e maior concentração no campo da educação, saúde e serviços sociais. A jornada de trabalho remunerado ainda é menor que a dos homens, mas encontra-se próxima das 40 horas semanais, com exceção das mulheres mais pobres.

No mercado de trabalho pouco a pouco as mulheres ganham seu espaço, contudo nas responsabilidades familiares não se presencia mudanças expressivas, devido à grande distância

de tempo por gênero alocado nas atividades domésticas. A conquista da atuação econômica, não parece, assim, ser acompanhada por mudanças nos estereótipos que associam as mulheres ao cuidado.

5.2 Resultados da decomposição salarial de gênero

Pelo modelo de decomposição Oaxaca-Blinder padrão, mostrado na Tabela 7, as características observáveis explicam uma parte do diferencial salarial entre homens e mulheres, todavia uma parcela expressiva ainda permanece, em 2015, inexplicada. Embora seja imprudente admitir que todo o componente não observado se refere à discriminação, há indícios de que, em alguma medida, o fenômeno acontece no mercado de trabalho brasileiro, em sintonia com os apontamentos da literatura teórica e empírica.

Os achados dos percentis (10°, 50°, 90°) dialogam com os encontrados para a média, como mostrado na Tabela 8, com a maior parte do diferencial salarial não encontrando amparo nas características observáveis.

Tabela 7
Decomposição Oaxaca-Blinder do *gap* salarial de gênero, Brasil, 2015

Log da diferença de salário do trabalho principal	0,24	
	Coeficientes	%
Características observáveis	-0,04	-16,28
Horas trabalhadas	0,08	33,22
Idade	-0,03	-10,64
Idade ao quadrado	0,02	6,76
Negro	-0,01	-2,29
Ter companheiro	0,01	2,42
Escolaridade	-0,05	-21,71
Setor de atividade	0,01	5,68
Ocupação	-0,06	-25,48
Região	-0,01	-4,33
Criança de 0-6 anos	-0,00	-0,15
Criança de 7-14 anos	0,00	0,24
Componente não explicado	0,28	116,28

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Nota: os coeficientes em itálico não são significativos, os demais têm significância de 1%, ou 5%, ou 10%.

Nota: os valores são aproximados.

Importante sublinhar que o diferencial, como mostrado na Tabela 8, apresentou formato de U (maior entre os 10% mais pobres e 10% mais ricos). Porém, o componente não observado tem trajetória ascendente, o que sinaliza maiores indícios de discriminação nos estratos superiores de renda.

Como mencionado anteriormente, a literatura tem associado um maior diferencial salarial no topo da distribuição ao fenômeno *Glass Ceiling* (Teto de Vidro). O Teto de Vidro seria uma barreira invisível que impossibilitaria a progressão na carreira das mulheres, restringindo as chances de elas alcançarem postos e ocupações de melhores rendimentos. Já o *Sticky Floor* ou “Chão Pegajoso”, é apontado quando os diferenciais salariais são maiores na parte inferior da distribuição¹⁷. A diferença salarial para economia como um todo é maior entre os 10% mais pobres que entre os 10% mais ricos, o que sugere, em 2015, presença de Chão Pegajoso no Brasil.

Quando se realiza a decomposição Oaxaca-Blinder padrão do diferencial salarial entre homens e mulheres, segundo setor público e privado, conforme Tabelas 9 e 10, os achados apresentados acima são corroborados, com parcela expressiva do diferencial salarial não sendo explicada pelas características observáveis em ambos os setores.

Tabela 8
Decomposição dos quantis do *gap* salarial de gênero, Brasil, 2015

	Percentil 10		Percentil 50		Percentil 90	
Log da diferença de salário do trabalho principal	0,48		0,40		0,44	
	Coeficientes	%	Coeficientes	%	Coeficientes	%
Características observáveis	-0,13	-27,65	-0,20	-49,53	-0,34	-77,43
Horas trabalhadas	0,28	58,07	0,15	37,36	0,17	38,31
Idade	-0,12	-25,63	-0,08	-19,57	-0,07	-15,29
Idade ao quadrado	0,09	19,64	0,06	14,47	0,04	9,60
Negro	-0,00	-0,06	-0,00	-0,51	-0,01	-1,98
Ter companheiro	-0,01	-1,22	0,00	0,43	0,00	0,72
Escolaridade	-0,08	-16,15	-0,03	-7,73	-0,05	-10,47
Setor de atividade	-0,12	-24,50	0,14	34,06	-0,14	-31,89
Ocupação	-0,18	-36,84	-0,15	-37,69	-0,29	-65,18
Região	-0,02	-3,87	-0,01	-2,63	-0,01	-1,65
Criança de 0-6 anos	-0,00	-0,21	0,00	-0,04	0,00	0,21
Criança de 7-14 anos	0,00	0,69	0,00	-0,36	0,00	0,19
Componente não explicado	0,61	127,65	0,60	149,53	0,78	177,43

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015

Nota: os coeficientes em itálico não são significativos, os demais têm significância de 1%, ou 5%, ou 10%.

Nota: os valores são aproximados.

Cabe destacar o comportamento do diferencial salarial ao longo da distribuição para o setor público e privado. A desigualdade de renda entre homens e mulheres, como mostrado nas

¹⁷ A literatura de decomposição salarial não detalha esses fenômenos, apenas faz a associação dos mesmos com a parte superior e inferior da distribuição da renda. O fenômeno de Teto de Vidro faz-se presente em outras literaturas, como análise de progressão das carreiras, o que lhe concede uma definição mais acurada.

Tabelas 11 e 12, é maior no estrato superior da distribuição, e tem trajetória ascendente, em ambos os setores. Há, portanto, sinais de que, independentemente do setor onde atuam, as mulheres dos estratos superiores de renda são as mais penalizadas, e, nesse sentido, podem estar vivenciando o *Glass Ceiling* -com destaque para o setor público.

Na decomposição Oaxaca-Blinder padrão, mostrada na Tabela 7, as horas trabalhadas explicam 33% do diferencial salarial. Se as mulheres dedicarem o mesmo tempo que os homens ao trabalho remunerado, o diferencial salarial se reduz. A literatura aponta que as mulheres, devido à demanda por maior flexibilidade na carga horária, estão mais presentes que os homens em empregos em tempo parcial, que normalmente remuneram menos que os de jornada integral, conforme já destacado na seção 2.

Na decomposição considerando toda a distribuição salarial, mostrada na Tabela 9, este resultado também é corroborado. Nos 10% mais pobres, as horas trabalhadas explicam 58% do diferencial salarial, na mediana, 37%, e nos 10% mais ricos, 38%, respectivamente. Se as mulheres trabalhassem mais horas, sobretudo as situadas no estrato inferior da distribuição salarial, seus salários aumentariam.

Tabela 9

Decomposição Oaxaca-Blinder do *gap* salarial de gênero do setor público, Brasil, 2015

Log da diferença de salário do trabalho principal		0,28
	Coeficientes	%
Características observáveis	0,05	16,52
Horas trabalhadas	0,05	16,94
Idade	-0,12	-41,61
Idade ao quadrado	0,08	28,44
Negro	-0,01	-2,41
Ter companheiro	0,00	0,57
Escolaridade	0,03	9,59
Setor de atividade	0,15	52,60
Ocupação	-0,08	-30,31
Região	0,00	1,00
Criança de 0-6 anos	0,00	0,00
Criança de 7-14 anos	0,00	0,88
Componente não explicado	0,23	83,48

Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015

Nota: os coeficientes em itálico não são significativos, os demais têm significância de 1%, ou 5%, ou 10%.

Nota: os valores são aproximados.

As assimetrias de gênero também encontram amparo na forma distinta de inserção laboral, uma vez que a ocupação e o setor de atividade contribuem na explicação da diferença

salarial. A ocupação explica 25% do diferencial médio, sendo que, se as mulheres estivessem nas mesmas ocupações que os homens, o diferencial salarial aumentaria. Isso pode se explicar pelo fato de as mulheres, de modo geral, não estarem pior posicionadas que os homens nas ocupações. Já o setor de atividade explica 6% do diferencial, sendo que se as mulheres estivessem nos mesmos setores que os homens o diferencial se reduziria.

Ao longo da distribuição, a ocupação apresenta contribuição de 37%, no percentil 10, 38% na mediana, e 65% no percentil 90, sendo que, se as mulheres estivessem nas mesmas ocupações que os homens, o diferencial aumentaria. Já o setor de atividade aumenta em 24% o diferencial no percentil 10, reduz em 34% no percentil 50, e aumenta 32% no percentil 90. Portanto, o tipo de ocupação e o setor de atividades não têm comportamento uniforme, podendo favorecer ou não a redução da diferença de rendimentos. Essa distinção pode guardar relação com as mulheres terem conseguido se posicionar, em 2015, melhor em relação as ocupações, algo menos notório no setor de atividades.

Tabela 10

Decomposição Oaxaca-Blinder do *gap* salarial de gênero do setor privado, Brasil, 2015

Log da diferença de salário do trabalho principal		0,16	
	Coefficientes	%	
Características observáveis	-0,06	-37,40	
Horas trabalhadas	0,02	13,62	
Idade	-0,03	-21,52	
Idade ao quadrado	-0,03	-19,36	
Negro	-0,01	-4,84	
Ter companheiro	0,01	4,61	
Escolaridade	-0,04	-27,80	
Setor de atividade	0,02	14,71	
Ocupação	-0,05	-30,82	
Região	-0,01	-8,70	
Criança de 0-6 anos	-0,00	-0,20	
Criança de 7-14 anos	0,00	0,15	
Componente não explicado	0,22	137,40	

Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015.

Nota: os coeficientes em itálico não são significativos, os demais têm significância de 1%, ou 5%, ou 10%.

Nota: os valores são aproximados.

A escolaridade contribui em 22% na explicação do diferencial salarial, e o resultado indica que, se as mulheres apresentassem o mesmo nível de escolaridade que os homens, o diferencial de gênero aumentaria, o que se justifica na maior escolaridade das mulheres frente

aos homens. Ao longo da distribuição de renda, se encontra resultado similar, a escolaridade explica 16% no percentil 10, 8% no percentil 50, e 10% no percentil 90.

A idade explica 11% da desigualdade de renda média, sendo que, se as mulheres tivessem a mesma experiência que os homens, o diferencial salarial aumentaria. Resultado similar encontra-se ao longo da distribuição, com a idade explicando o diferencial salarial em 26% no percentil 10, 20% no percentil 50, e 15% no percentil 90.

Se as mulheres tivessem companheiros como os homens, o diferencial salarial aumentaria em 2%, se morassem na mesma região que os homens, o aumento seria de 4%, e se tivessem a mesma cor que os homens, o aumento seria de 2%. Ao longo da distribuição, ter companheiro e cor apresentam efeitos diminutos, e a região apresenta contribuição de 4%, para os 10% mais pobres, 3% na mediana, e 2% para os 10% mais ricos.

Em relação às crianças no domicílio de 7 a 14 anos, para a média, o efeito é pequeno, não chega a 1%. E não é significativo para as crianças de 0 a 6 anos. Ao longo da distribuição, a contribuição é também pouco expressiva, não chegando a 1%. Em conformidade com a literatura que aponta as penalidades do cuidado para os rendimentos laborais, se esperavam efeitos mais acentuados das crianças no domicílio. Talvez, as penalidades da maternidade sejam captadas no componente não observado, que a literatura associa à discriminação.

Tabela 11
Decomposição dos quantis do *gap* salarial de gênero do setor público, Brasil, 2015

	Percentil 10		Percentil 50		Percentil 90	
Log da diferença de salário do trabalho principal	0,06		0,32		0,45	
	Coeficientes	%	Coeficientes	%	Coeficientes	%
Características observáveis	0,01	20,70	0,02	7,33	0,06	12,75
Horas trabalhadas	0,02	38,79	0,04	12,45	0,05	11,25
Idade	-0,07	-116,04	-0,15	-47,25	-0,03	-5,84
Idade ao quadrado	0,06	89,26	0,11	33,48	0,00	0,37
Negro	-0,00	-0,85	-0,01	-2,46	-0,01	-2,71
Ter companheiro	-0,00	-0,59	0,00	0,79	-0,00	-0,29
Escolaridade	-0,01	-9,33	-0,03	-11,02	-0,02	-4,06
Setor de atividade	0,00	3,03	0,13	41,18	0,33	73,07
Ocupação	-0,01	-11,72	-0,07	-21,34	-0,27	-60,58
Região	0,00	1,74	0,00	0,32	-0,01	-1,42
Criança de 0-6 anos	-0,00	-0,11	-0,00	-0,04	0,00	0,07
Criança de 7-14 anos	0,00	1,69	0,00	1,21	0,00	0,20
Componente não explicado	0,05	79,30	0,29	92,67	0,39	87,25

Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015

Nota: os coeficientes em itálico não são significativos, os demais têm significância de 1%, ou 5%, ou 10%.

Nota: os valores são aproximados.

A decomposição padrão Oaxaca-Blinder para setor público e privado, mostrada na Tabela 9 e 10, respectivamente, vai na mesma linha do modelo para a economia geral. No setor público, o tempo dispendido no trabalho explica 17% do diferencial salarial, e para o setor privado explicaria 14%, sendo que, se as mulheres trabalhassem mais, haveria redução da desigualdade de rendimento, para ambos os setores.

No modelo do setor público, ao longo da distribuição, as horas trabalhadas contribuem em 39% no percentil 10, 12% no percentil 50, e 11% no percentil 90, com comportamento análogo aos outros modelos. No setor privado, o tempo de atividade laboral apresenta um destacado papel para os 10% mais pobres com efeito de 76%, 6% na mediana, e 4% entre os 10% mais ricos. Portanto, se as mulheres dedicassem mais tempo ao mercado de trabalho seus salários seriam maiores, em especial para as mais pobres.

Tabela 12
Decomposição dos quantis do *gap* salarial de gênero do setor privado, Brasil, 2015

	Percentil 10		Percentil 50		Percentil 90	
Log da diferença de salário do trabalho principal	0,02		0,14		0,21	
	Coefficientes	%	Coefficientes	%	Coefficientes	%
Características observáveis	-0,01	-71,87	-0,03	-21,66	-0,11	-52,19
Horas trabalhadas	0,01	76,19	0,01	6,26	0,01	4,35
Idade	0,01	93,62	0,03	19,25	0,02	8,94
Idade ao quadrado	0,01	93,40	-0,03	-17,69	-0,01	-5,31
Negro	0,00	0,97	-0,01	-3,66	-0,02	-8,49
Ter companheiro	-0,00	-10,87	0,01	4,33	0,01	3,75
Escolaridade	-0,01	-80,33	-0,03	-22,88	-0,05	-21,72
Setor de atividade	-0,00	-4,43	0,01	8,64	0,06	29,58
Ocupação	-0,01	-46,49	0,01	5,85	0,13	60,44
Região	-0,00	-24,74	-0,01	-9,70	-0,01	-2,91
Criança de 0-6 anos	-0,00	-1,44	-0,00	-0,27	0,00	0,14
Criança de 7-14 anos	-0,00	-0,75	0,00	0,10	0,00	0,08
Componente não explicado	0,03	171,87	0,17	121,66	0,33	152,19

Elaboração própria a partir dos microdados da PNAD de 2015

Nota: os coeficientes em itálico não são significativos, os demais têm significância de 1%, ou 5%, ou 10%.

Nota: os valores são aproximados.

Na média, a escolaridade, no setor público, ajuda a explicar o diferencial em 9%, e no setor privado a contribuição é mais elevada, de 28%, ambos com efeito esperado. Ao longo da distribuição, a escolaridade, para o setor público, apresenta o comportamento esperado, e com uma contribuição de 9% no percentil 10, 11% no percentil 50, e 4% no percentil 90. Já para o

setor privado a contribuição é elevada, de 80% no percentil 10, 23% no percentil 50, e 22% no percentil 90.

A ocupação e a área de atuação contribuem, respectivamente, com 30% e 53% na explicação do diferencial médio, no setor público. E, no setor privado, a ocupação contribui com 31% e a área de atuação contribui com 15%. Se as mulheres estivessem nas mesmas ocupações dos homens, tanto no setor público como no privado, o diferencial aumentaria. Já se as mulheres estivessem nas mesmas áreas de atuação que os homens, tanto no setor público como no privado, o diferencial se reduziria.

Ao longo da distribuição, a ocupação tem contribuição de 12%, 21% e 60%, para o setor público, e para o privado os números são de 46%, 6% e 60%, respectivamente, no percentil 10, 50 e 90. Já a área de atuação não é significativa entre os 10% mais pobres, mas expressiva para a mediana e os 10% mais ricos, respectivamente, 41% e 73% no setor público. Para o setor privado, a área de atuação contribui em 4%, 9%, 29%, respectivamente, no percentil 10, na mediana e no percentil 90.

Há indícios de que, tanto no setor público como no privado, o tipo de ocupação (dirigentes; profissionais das ciências; trabalhadores dos serviços; etc) e a área de atuação (indústria; comércio; agricultura; etc) desempenham importante papel na explicação do diferencial salarial. No setor público, se as mulheres assumissem as mesmas ocupações que os homens, o diferencial aumentaria, e no setor privado, com exceção dos 10% mais pobres, a desigualdade de renda diminuiria. Já a área de atuação no setor público, com exceção do percentil 10, o comportamento é de redução do diferencial caso as mulheres atuassem nos mesmos campos de atividade que os homens, e no setor privado, todos os percentis têm esse movimento de redução.

A idade teve destaque na explicação média do diferencial salarial do setor público, 42%, sendo a contribuição no privado de 21%. Ao longo da distribuição, a idade contribui para o aumento do diferencial salarial, no setor público, em 116% no percentil 10, 47% no percentil 50, e 6% no percentil 90, com interpretação análoga dos demais modelos. No contraponto, se as mulheres tivessem a mesma idade que os homens, no setor privado, ocorreria a redução do diferencial em 94% para os que estão entre os 10% mais pobres, 19% na mediana, e 9% entre os mais ricos.

A cor explica 2% do diferencial salarial médio, no setor público, e 5%, no setor privado, sendo que, se as mulheres fossem negras como os homens, o diferencial se reduziria, em ambos os setores. Ter companheiro contribui menos de 1%, no setor público, e 5% no setor privado, com o sentido, em ambos os setores, de redução do diferencial se as mulheres tivessem

companheiros do mesmo modo que os homens. A região de moradia não foi significativa no setor público, mas no setor privado contribui em 9% para a redução do diferencial salarial.

Ao longo da distribuição, a cor apresenta valor de 1%, 2% e 3%, respectivamente, para o percentil 10, 50 e 90, no setor público. Os números referentes ao setor privado são: 1%, percentil 10, 4% percentil 50, 9% percentil 90. Ter companheiro e a região de moradia, ao longo da distribuição, apresentam efeitos de menos de 1% no setor público. No setor privado, ter companheiro contribui 11%, no percentil 10, e 4% nos percentis 50 e 90, e para a região o efeito é de 25%, 10% e 3%, respectivamente, no percentil 10, 50 e 90, ambos com interpretação análoga ao modelo da média.

Em relação as crianças no domicílio, o esperado, conforme os apontamentos teóricos, é que apresentassem papel importante na explicação do diferencial salarial. Porém, para o setor público, as crianças de 0 a 6 anos no domicílio não são significativas em nenhum percentil, já as de 7 a 14 anos tiveram efeito de cerca de 1%, com sentido de favorecer a redução do diferencial salarial. Já no setor privado, crianças de 0 a 6 anos não é significativa para o percentil 90- esse resultado pode amparar-se no fato de que a população mais rica tem acesso aos serviços de cuidado, o que suaviza os efeitos negativos dos filhos na atuação laboral. Para os outros percentis, há indícios de que as crianças pequenas reforçam a desigualdade de renda.

Em suma, os achados corroboram os apontamentos teóricos e empíricos dos condicionantes do diferencial salarial. O cotejamento entre o setor público e privado permite identificar similitudes no comportamento dessas assimetrias. Não obstante, contrariando as expectativas de que o emprego público é favorável as mulheres, as desigualdades de rendimento foram maiores neste setor do que no privado, em especial entre os 10% mais ricos. A diferença salarial de gênero no setor público para Melo e Thomé (2018) deve ser proveniente da proeminência nas funções gratificadas da presença masculina, em especial as com maior bônus,¹⁸ o que deve amparar os achados desta pesquisa. Para o modelo da economia de modo geral, o diferencial salarial foi maior entre os 10% mais pobres, o que sinalizaria a presença de Chão Pegajoso. Já analisando os setores público e privado, constata-se que há indícios de Teto de Vidro, sobretudo no primeiro.

Entre as variáveis, se destacam na explicação do diferencial salarial: horas trabalhadas; idade; escolaridade; setor de atividade; e ocupação. Se as mulheres trabalhassem a mesma quantidade de horas que os homens, o diferencial salarial se reduziria, para todos os modelos. Se as mulheres tivessem menor experiência, a desigualdade de renda, com exceção do setor

¹⁸ Essas autoras mostram que 78,2% dos DAS-6 são ocupados pelos homens frente à 21,8% das mulheres.

privado ao longo da distribuição, aumentaria. Se as mulheres possuísem menor escolaridade, a desigualdade de rendimento aumentaria. Para o setor de atividade, o sinal foi tanto positivo como negativo para o modelo da economia como um todo, o que requer cautela na interpretação e uma investigação mais profunda da forma pela qual as mulheres se inserem em cada setor. No setor público e privado, de modo geral, se as mulheres estivessem nos mesmos setores de atividade que os homens, a desigualdade de renda reduziria. Se as mulheres estivessem nas mesmas ocupações que os homens, o diferencial salarial aumentaria, com exceção do setor privado na mediana e entre os 10% mais ricos. Conclui-se que o enfrentamento das desigualdades de renda entre homens e mulheres passa pelo investimento educacional, por maior dedicação feminina ao trabalho remunerado, e por maior experiência, além, é claro, do combate aos estereótipos que desqualificam a força de trabalho das mulheres.

6. Considerações Finais

Depois de um longo período de prevalência do modelo de homens provedores e mulheres cuidadoras, a contemporaneidade experimenta uma reconfiguração da tradicional divisão sexual do trabalho. Nessa repaginação da divisão do trabalho, as mulheres não estão mais, como outrora, ausentes das arenas públicas, mas persiste o cuidado como atributo feminino.

As responsabilidades familiares, que estão ainda a cargo principalmente das mulheres, têm atuado, em duplo movimento, para a limitação da atuação econômica feminina. Por um lado, os cuidados penalizam a forma de inserção e remuneração das mulheres, dadas as dificuldades de articulação entre atividades produtivas e reprodutivas. Por outro, inibem o desenvolvimento profissional, fincado em estereótipos que desqualificam e secundarizam o trabalho produtivo feminino.

Nessa direção, este ensaio investigou os diferenciais salariais entre homens e mulheres e seus condicionantes. Todos resultados apresentados mostram que parcela da desigualdade de renda entre homens e mulheres ainda se encontra em grande parte não explicada e não captada pelas variáveis disponíveis para as análises em toda economia, seja no setor público, seja no setor privado. Este resultado é válido tanto quando se olha para o diferencial médio quanto se observam as diferenças ao longo da distribuição.

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres se acelera à medida que se caminha para os estratos superiores de renda no setor público e privado, o que a literatura tem associado à vivência do fenômeno do *Glass Ceiling* por parte das mulheres. E o surpreendente

é que o setor público, onde elas estão sabidamente mais presentes, se destaca nesse quesito. Estaria esse resultado confirmando, em alguma medida, o paradoxo observado em Estados do Bem-Estar, em que o aumento do acesso convive com o aumento da diferenciação? Esse é um tema para investigação futura.

Por fim, a análise das covariadas corrobora a hipótese de que a desigual divisão sexual do trabalho tem reflexos nos rendimentos laborais, na medida em que os modelos sinalizam que, se as mulheres dispusessem mais tempo no mercado de trabalho, os diferenciais salariais frente aos homens se mitigariam. Os resultados em relação à escolaridade apontam o investimento educacional como relevante fator para mitigação do diferencial salarial, e a ocupação e a área de atuação têm papel de destaque também- mas se as mulheres estivessem na posição dos homens nesses dois quesitos, nem sempre o diferencial se reduziria. É importante sublinhar que as mulheres já apresentam maior escolaridade que os homens e têm maior presença na formação de nível superior. Em relação à ocupação e setor de atividades, cumpre destacar que à exceção da maior presença que os homens no emprego doméstico, as mulheres, pela PNAD 2015, não estão fortemente concentradas em áreas com pior remuneração.

Portanto, o enfrentamento do diferencial salarial entre homens e mulheres parece passar por políticas públicas que auxiliem na articulação entre trabalho e família, de modo a abrir brechas para uma maior jornada laboral e melhor inserção profissional, e pela quebra de estereótipos que desqualificam e secundarizam a força de trabalho feminina. Mesmo o maior acesso no setor público ainda requer atenção pela resiliência desses mesmos estereótipos.

Referências

ADIREKSOMBAT, K.; FANG, Z.; SAKELLARIOU, C. The evolution of gender wage differentials in Thailand: 1991-2007-na application of unconditional quantile regression. *The Singapore Economic Review*, v. 61, n. 5, 2016.

AGESA, R.; AGESA, J.; DABALEN, A. Sources of the Persistent Gender Wage Gap along the Unconditional Earnings Distribution: Findings from Kenya. *Oxford Development Studies*, v. 41, n. 1, p. 76–103. 2013.

ABRAMO, L. W. *A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?* 2007. 327p. Tese (Doutorado em sociologia)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ALTONJI, J.G.; BHARADWAJ, P.; LANGE, F. Changes in the characteristics of American youth: Implications for adult outcomes. *Working paper*, Yale University, 2008.

- ARRAES, R. A.; MENEZES, F. L. S.; SIMONASSI, A. G. Earning differentials by occupational categories: Gender, race and regions. *Economia*, v.15, p.363–386. 2014.
- BARÓN, J. D.; COBB, D. A. Occupational Segregation and the Gender Wage Gap in Private- and Public-Sector Employment: A Distributional Analysis. IZA (IZA DP No. 3562). 2008.
- BARTALOTTI, O.; LEME, M. C. S. Discriminação salarial além da vida: Uma abordagem de decomposição contrafactual utilizando regressões quantílicas. In: *XXXV Encontro Nacional de Economia ANPEC*. Recife. Anais do XXXV Encontro Nacional de Economia. 2007.
- BIROLI, F. Responsabilidades, cuidados e democracia. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 18. Brasília, p. 81-117, 2015.
- BLINDER, A. S. Wage Discrimination: Reduced Form and Structural Estimates. *Journal of Human Resources*, v.8, n.4, pp.436-455, 1973.
- BOTELLO, H. A.; ALBA, A. L. El efecto de la maternidad sobre los salarios femeninos en Latinoamérica. *Semestre Económico*, v. 17, n. 36, pp. 13-38, julio-diciembre, 2014.
- BOUDABART, B.; CONNOLLY, M. The gender wage gap among recente post-secondary graduates in Canada: a distributional approach. *Canadian Journal of Economics / Revue canadienne d'Economique*, v. 46, n. 3, August, 2013.
- BUDIG; M. J.; ENGLAND, P. The wage penalty for motherhood. *American Sociological Review*, v, 66, n. 2, p. 204-225, 2001.
- CANELAS, C.; SALAZAR, S. Gender and ethnic inequalities in LAC countries. *IZA Journal of work & Development*, v.3, n.1, 2014.
- CARRILLO, P., GANDELMAN, N.; ROBANO, V. Sticky floors and glass ceilings in Latin America. *Journal of Economic Inequality*, v.12, n. 3, p. 339-361, 2014.
- CHRISTOFIDES, L.N.; POLYCARPOU, A.; VRACHIMIS, K. The Gender Wage Gaps, 'Sticky Floors' and 'Glass Ceilings' of the European Union. IZA, 2010. (DP n. 5044).
- CHIANG, H. Y.; OHTAKE, F. Performance-pay and the gender wage gap in Japan. *J. Japanese Int. Economies*, v.34, p. 71–88, 2014.
- COOKE, L. P. Gendered Parenthood Penalties and Premiums Across the Earnings Distribution in Australia, the United Kingdom, and the United States. *European Sociological Review*, v.30, n.3, p. 360–72, 2014.
- CORRELL, S.; BENARD, S.; PAIK, I. Getting a Job: Is There a Motherhood Penalty? *American Journal of Sociology*, v. 112, n. 5, march, p. 1297-1339, 2007.
- DINARDO, J.; FORTIN, N.M.; LEMIEUX, T. Labor Market Institutions and the Distribution of Wages, 1973-1992: A Semiparametric Approach. *Econometrica*, v. 64, n.5, pp.1001-1044, 1996.

- EMILIANI, L. C.; BARÓN, J. Educational Segregation and the Gender Wage Gap for Recent College Graduates in Colombia. *IZA* (DP n. 6361). 2012.
- FILHO, P. R. S. Wage Discrimination in Brazil: Inferences based on Unconditional Quantile Regressions. In: *43º Encontro Nacional de Economia*. Foz do Iguaçu. Anais do 43º Encontro Nacional de Economia. 2015.
- FIRPO, S., FORTIN, N., LEMEIX, T. Unconditional quantile regression. *Econometrica*. N.77, v.3, p. 953-973, 2009.
- GALVÃO, J. C. O impacto da segregação de gênero nos cursos de graduação sobre o diferencial salarial entre homens e mulheres no Brasil. 2015. 85p. (Dissertação em Sociologia)- Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- GORNICK, J.; MEYERS, M. Regimes de Bem-Estar social com relação ao trabalho remunerado e cuidados. In: ARAÚJO, C.; PICANÇO, F.; SCALON, C. (Orgs.). *Novas conciliações e antigas tensões?*. EDUSC: São Paulo, 2007.
- GRIMSHAW, D.; RUBERY, J. The motherhood pay gap: A review of the issues, theory and international evidence. *International labour office. Conditions of work and employment series n.57*. Inclusive labour markets, labour relations and working conditions branch. Geneva:2015.
- GUEDES, M. C.. Gênero e mercado de trabalho: alguns elementos do debate. In: ARILHA, M; CARTANO, A.J.; GUEDES, M.C.; MARCONDES, G. S. (Org.). *Diálogos transversais em gênero e fecundidade: articulações contemporâneas*. 1A.ed. Campinas: Librum Editora, 2012, v. 1, p. 67-79.
- HENNIGUSNIA, P. P. Kesenjangan upah antar jender di indonesia: glass ceiling atau sticky floor? *Jurnal Kependudukan Indonesia*, v. 9, n. 2, Desember, p.83-96, 2014.
- KAYA, E. Quantile regression and the gender wage gap: Is there a glass ceiling in the Turkish labor market? *Cardiff Economics Working Papers*, 2017 (Working Paper n. E2017/5).
- KERSTENETZKY, C. L. Estará o futuro da Social Democracia nas mãos das mulheres? *RDRST*, v. 3, n. 1, p. 102–124, 2017.
- KHANNA, S. Gender wage discrimination in india: glass ceiling or sticky floor? *Centre for Development Economics*. 2012 (Working Paper No. 214).
- KASSENBOHMER, S; SINNING, M. Distributional changes in the gender wage gap. *IZA* (Discussion Paper 5303). 2010.
- KILLEAWALD, A.; BERAK, J. Is the Motherhood Penalty Larger for Low-Wage Women? A Comment on Quantile Regression. *American Sociological Review*, v. 79, n. 2, p.350-357, 2014.
- MACHADO, J. A. F.; MATA, J. Counterfactual decomposition of changes in wage distributions using quantile regression, *Journal of Applied Econometrics*, v.20, n.4, p. 445-65. Mar. 2005.

- MANDEL, H.; SEMYONOV, S. A welfare state paradox: State interventions and women's employment opportunities in 22 countries. *American Journal of Sociology*, v. 111, n. 6, p. 1910–1949.2006.
- MEDINA, E. C. P. Gender Wage Gap in Urban Nicaragua: Evidence from Decomposition Analysis. 2013. 68p. (Master in Economic Development and Growth). *School of economic and management*. Lund University.2013.
- MEIRELES, D. C.; SILVA, J. L. M.; SAMPAIO, R. . Diferenciais de rendimentos por gênero: uma análise dos efeitos composição e estrutura salarial no Brasil. In: *XIII ENABER - Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos*, 2015, Curitiba. ANAIS do XIII ENABER, 2015.
- MELO, H. P.; CASTILHO, M. Trabalho reprodutivo no brasil: quem faz?. *R. Econ. contemp.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009.
- MELO, H. P.; THOMÉ, D. *Mulheres e Poder: histórias, ideias e indicadores*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- MEURS, D.; PAILHÉ, A.; PONTHEUX, S. Child-related Career Interruptions and the Gender Wage Gap in France. *Economics e Statistics*, n. 99/100, july/ december, 2010.
- MOLINA, J. R.; MONTUENGA, V. M. The Motherhood Wage Penalty in a Mediterranean Country: The Case of Spain. *IZA*, 2008 (Discussion Paper n. 3574).
- NIX, E.; GAMBERONI, E.; HEATH, R. Identifying What Is Holding Self-Employed Women Back in Ghana, Rwanda, Tanzania, the Republic of Congo, and Uganda. The World Bank, 2014.
- OLARTE, L.; PEÑA; X. El efecto de la maternidade sobre los ingresos femeninos. *Ensayos sobre política económica*, v. 28, n. 63, diciembre 2010.
- OAXACA, R. L. Male-female wage differentials in urban labor markets. *International Economic Review*, 14:693-709.1973.
- PIRAS, C.; RIPANI, L. The Effects of Motherhood on Wages and Labor Force Participation: Evidence from Bolivia, Brazil, Ecuador and Peru. *Sustainable Development Department Technical papers series*; WID-109. 2005.
- PIZZALUNGA, D. The Gender Wage Gap among College Graduates in Italy. *Research Institute for the Evaluation of Public Policies*. 2017 (FBK-IRVAPP Working Paper No. 2017-03).
- PLASSARD, J.; TAHAR, G. Une validation comparée des theories recentes du salaire. *Proceedings Modeling the Labour Market*. AEA, Strasbourg. v.I.1990.
- REDMOND, P.; MCGUINNESS, S. The Gender Wage Gap in Europe: Job Preferences, Gender Convergence and Distributional Effects. *IZA* (DP n. 10933).

ROSERO, T. G. Gender Earnings Gap in urban Ecuador: Looking beyond Averages. 2013. 77p. (Master in Economic Development and Growth). *School of economic and management*. Lund University.2013

SANTOS, R. V.; RIBEIRO, E. P. Diferenciais de rendimentos entre homens e mulheres no Brasil revisitado: explorando o “teto de vidro”. Acessado em 21 abril 2018:<http://www.ie.ufrj.br/eventos/seminarios/pesquisa/texto06_05_02.pdf. 2006>.

SALARDI, P. Wage Disparities and Occupational Intensity by Gender and Race in Brazil: An Empirical Analysis Using Quantile Decomposition techniques. *Job Market Paper*, University of Sussex, October, 2012.

SOUZA, P. F. L.; SALVATO, M. A.; FRANÇA, J. M. S. Ser mulher e negro no Brasil ainda leva a menores salários? Uma análise de discriminação para Brasil e regiões: 2001 e 2011. In: *XLI Encontro Nacional de Economia – ANPEC*. Foz do Iguaçu - PR, 2013.

SOUZA, P. F.L. *Efeitos da maternidade e do casamento sobre o diferencial de salários entre gêneros no Brasil para o ano de 2014*. 2016. 111p. Tese (Doutorado em Economia)- Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SUN, H.; KIM, G. Wage Structure Determinants and Gender Pay Gap among Wage Earners: from Mean to Overall Log Wage Distributional Decomposition. *Seoul Journal of Economics*, v. 30, n. 1, 2017.

TANG, Y.; SCOTT, R. "Glass Ceiling" or "Sticky Floor": The Evidence from Chinese Labor Market. *Advances in Economics and Business*, v. 5, n. 10, p. 531-538, 2017.

TEIXEIRA, M. O. Desigualdades salariais entre homens e mulheres a partir de uma abordagem de economistas feministas. *Niterói*, v. 9, n. 1, p. 31-45, 2. sem. 2008.

TOPFER, M. Detailed RIF Decomposition with Selection -The Gender Pay Gap in Italy, *Hohenheim Discussion Papers in Business, Economics and Social Sciences*. University of Hohenheim, 2017.

Apêndice 2

Tabela 13

Síntese da revisão da literatura nacional (Decomposição agregada)

Autores	Método	Parcela do diferencial não é explicada	Formato da distribuição salarial	Fenômeno de <i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Santos e Ribeiro (2006)	Machado e Mata (2005)	Sim	U invertido	<i>Glass Ceiling</i>
Barlotti (2007)	Machado e Mata (2005)	Sim	Crescente	Não abordado
Souza; Salvato e França (2013)	Machado e Mata (2005)	Sim	Não há padrão	Não abordado
Salardi (2013)	Vários métodos	Sim	U	<i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Meireles; Silva e Sampaio (2014)	FFL (2009)	Sim	Descendente	<i>Sticky Floor</i> e <i>Glass Ceiling</i> (apenas em 1996)
Arraes; Menezes, Simonassi (2014)	Machado e Mata (2005)	Sim	Não há padrão	<i>Sticky Floor</i>
Filho (2015)	FFL (2009)	Sim	Não há padrão	Não abordado
Galvão (2016)	FFL (2009)	Sim	Não há padrão	Não abordado

Fonte: Revisão da literatura
Elaboração Própria

Tabela 14
Síntese da revisão da literatura internacional (Decomposição agregada)

Autores	Método	País	Parcela do diferencial não é explicada	Formato da distribuição Salarial	Fenômeno de <i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Barón e Cobb (2008)	DiNardo (1996)	Austrália	Sim	Ascendente	<i>Glass Ceiling</i>
Albrecht; Vuuren, Vroman (2009)	Machado e Mata (2005)	Holanda	Sim	-	<i>Glass Ceiling</i>
Chritofides, Polycarpou, Vrachimis (2010)	Melly (2005)	24 membros da União Europeia	Sim	U	<i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Emiliani e Barón (2012)	FFL (2009)	Colômbia	Sim	Ascendente	<i>Glass Ceiling</i>
Khanna(2012)	Melly (2005)	Índia	Sim	Descendente	<i>Sticky Floor</i>
Agesa; Agesa e Dabalen (2013)	FFL (2009)	Quênia	Sim	U	Não é abordado
Boudbart e Connolly (2013)	FFL (2009)	Canadá	Sim	U	<i>Glass Ceiling</i>
Medina (2013)	FFL (2009)	Nicarágua	Sim	U	<i>Sticky Floor</i>
Rosero (2013)	FFL (2009)	Equador	Sim	U	<i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Velde; Tyrowicz e Goroaus (2013)	Vários métodos	Polônia	Sim	Ascendente	Não é abordado
Chiang e Ohtake (2014)	Machado e Mata (2005)	Japão	Sim	Ascendente	<i>Glass Ceiling</i>
Hennigusnia (2014)	Machado e Mata (2005)	Indonésia	Sim	Descendente	<i>Sticky Floor</i>
Caliendo; Wang-Sheing; Robert (2014)	FFL (2009)	Alemanha	Sim	Ascendente	Não conclusivo
Canelas e Salazar (2014)	FFL (2009)	Bolívia, Equador, Guatemala	Sim	Formato não definido	<i>Sticky Floor</i>
Carilho; Galdenman, Rabano (2014)	FFL (2009)	América Latina	Sim	U	<i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Kassenboehmer e Sinning (2014)	FFL (2009)	EUA	Sim	U	<i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Adireksoombat; Fang e Ariou (2016)	FFL (2009)	Tailândia	Sim	Descendente	<i>Sticky Floor</i>
Nix; Gamberona e Health (2016)	FFL (2009)	República do Congo, Gana, Ruanda, Uganda, Tanzânia	Sim	Ascendente e Descendente	<i>Glass Ceiling</i>
Remond e Mcguinnes (2017)	FFL (2009)	28 países europeus	Sim	U	Não é abordado
Topfer (2017)	FFL (2009)	Itália	Sim	Descendente	Não é abordado
Pizalunga (2017)	FFL (2009)	Itália	Sim	U invertido	<i>Glass Ceiling</i>
Tang e Scott (2018)	FFL (2009)	China	Sim	Formato não definido	<i>Glass Ceiling</i> e <i>Sticky Floor</i>
Sun e Kim (2017)	Vários métodos	Coréia	Sim	Ascendente	<i>Glass Ceiling</i>
Kaya (2017)	Machado e Mata (2005)	Turquia	Sim	Ascendente	<i>Glass Ceiling</i>

Fonte: Elaboração Própria.

Tabela 15
Síntese da revisão da literatura nacional (Decomposição detalhada)

Autores	Método	Resultados da decomposição detalhada
Santos e Ribeiro (2006)	Machado e Mata (2005)	A escolaridade e a idade contribuem para explicar o diferencial salarial entre homens e mulheres.
Barlotti (2007)	Machado e Mata (2005)	A escolaridade, a idade, o setor e a informalidade tem um papel importante na explicação da diferença salarial entre homens e mulheres.
Salardi (2013)	Vários métodos	A educação, a experiência, a etnia, a região, e a ocupação têm papel importante na explicação do diferencial salarial entre homens e mulheres.
Meireles; Silva e Sampaio (2014)	FFL (2009)	A escolaridade, a idade, o setor, o local de residência, região e ocupações contribuem na explicação das diferenças salariais de gênero.
Arraes; Menezes, Simonassi (2014)	Machado e Mata (2005)	A educação, a experiência, o tipo de ocupação, e a região auxiliam na explicação do diferencial salarial entre homens e mulheres.
Filho (2015)	FFL (2009)	A educação, a experiência, e a região apresentam algum papel na explicação do diferencial salarial de gênero.
Galvão (2016)	FFL (2009)	A idade, as horas trabalhadas, a posição na ocupação, e o curso ao qual a pessoa formou apresentam mais destaque na explicação do diferencial salarial entre homens e mulheres do que a região, e o estado civil.

Fonte: Revisão da literatura
Elaboração Própria

Tabela 16
Síntese da revisão da literatura internacional (Decomposição detalhada)

Autores	Método	País	Resultados da decomposição detalhada
Barón e Cobb(2008)	DiNardo (1996)	Austrália	As qualidades educacionais e as características demográficas não apresentam proeminência na explicação da diferença salarial, enquanto as experiências laborais, e a posição na ocupação têm um papel importante.
Albrecht; Vuuren, Vroman (2009)	Machado e Mata (2005)	Holanda	A experiência, a educação, o estado civil, e o local de residência ajudam a explicar o diferencial salarial de gênero.
Chritofides, Polycarpou, Vrachimis (2010)	Melly (2005)	24 membros da União Europeia	As partes inexplicadas da diferença salarial média e mediana apresentam uma relação negativa com índice de reconciliação entre trabalho e família, sinalizando que em países com generosas políticas de conciliação entre trabalho e família tendem a ter um diferencial salarial menor do que países com políticas menos generosas.
Emiliani e Barón (2012)	FFL (2009) Machado e Mata (2005)e Melly (2005)	Colômbia	Escolaridade e área de estudo apresentam um papel importante na explicação do diferencial salarial.
Khanna(2012) Agesa; Agesa e Dabalen (2013)	FFL (2009)	Índia	A educação, as ocupações, sindicalização e local de residência desempenham um papel importante no diferencial salarial.
Boudbart e Connolly (2013)	FFL (2009)	Quênia	A educação, o setor indústria, e o tipo de ocupação são as principais variáveis a explicar o diferencial salarial.
Medina (2013)	FFL (2009)	Canada	A educação, o setor, e as ocupações têm papel de destaque na explicação do diferencial salarial, enquanto criança, estado civil, província contribuem pouco.
Medina (2013)	FFL (2009)	Nicarágua	A educação, a experiência e o tipo de ocupação destacam-se na explicação da desigualdade salarial entre homens e mulheres.
Rosero (2013)	FFL (2009)	Equador	A escolaridade, a experiência potencial, a ocupação como independente, e ser casado têm papel no diferencial salarial.
Velde; Tyrowicz e Goroaus (2013)	Vários métodos	Polônia	A educação e o campo de estudo apresentam forte efeito no diferencial salarial, em sentido contrário tem-se o diminuto impacto das ocupações e do setor da indústria.

Chiang e Ohtake (2014)	Machado e Mata (2005)	Japão	A educação, a experiência, a ocupação e o tamanho da empresa apresentam considerável contribuição na explicação do diferencial salarial de gênero.
Hennigusnia (2014)	Machado e Mata (2005)	Indonésia	A educação, o tempo de serviço, a ocupação, e o treinamento contribuem na explicação das assimetrias de rendimento de gênero.
Caliendo; Wang-Sheing; Robert (2014)	FFL (2009)	Alemanha	A educação, o salário de reserva, características sociodemográficas, e o histórico do mercado de trabalho ajudam a explicar as diferenças de salários entre homens e mulheres.
Canelas e Salazar (2014)	FFL (2009)	Bolívia, Equador, Guatemala	A educação terciária, setor econômico, ocupação, e morar na área rural contribuem na explicação das diferenças de salários entre homens e mulheres.
Kassenboehmer e Sinning (2014)	FFL (2009)	EUA	A educação e o histórico do trabalho têm papel de destaque na explicação do diferencial salarial, já sindicalização explica pouco.
			Os resultados revelam penalidades na maternidade para os três países, e para os homens de baixo rendimento penalidades da paternidade existem, mas são pequenas, já os homens com maiores rendimentos no Reino Unido e no EUA ganham prêmios em relação aos homens solteiros.
Cooke (2014)	FFL (2009)	Reino Unido, EUA, e Austrália	
			A educação, o local de residência e a idade têm relevante papel na explicação do diferencial salarial entre homens e mulheres.
Adireksoombat; Fang e Ariou (2016)	FFL (2009)	Tailândia	A educação, a idade, as horas trabalhadas, o tamanho da empresa, a poupança e o setor industrial são elementos relevantes para explicar a diferença de salários entre homens e mulheres.
Nix; Gamberona e Health (2016)	FFL (2009)	República do Congo, Gana, Ruanda, Uganda, Tanzânia	
			Segurança no emprego, trabalho perto de casa, ganho financeiro que são variáveis relacionadas as preferências de trabalho explicam mais as diferenças salariais que a idade e o status do emprego anterior
Remond e Mcguinnes (2017)	FFL (2009)	Europa	

Topfer (2017)	FFL (2009)	Itália	O nível de escolaridade, experiência, o setor da indústria, e características familiares e demográficas contribuem na explicação do gap salarial de gênero.
Pizalunga (2017)	FFL (2009)	Itália	Variáveis acadêmicas, campo de estudo, região, cuidados infantis, trabalhos em meio período, e economia informal desempenham importante papel na explicação da desigualdade de renda de gênero.
Tang e Scott (2018)	FFL (2009)	China	Os anos de escolaridade, experiência de trabalho, estado civil e uma criança pequena em família influenciam a assimetria dos ganhos entre homens e mulheres
Sun e Kim (2017)	Vários métodos	Coréia	A educação, o estado de saúde, o tamanho da empresa, a experiência, a ocupação, e a pontuação do ensino médio são variáveis importantes na explicação do diferencial salarial entre homens e mulheres.
Kaya (2017)	Machado e Mata (2005)	Turquia	A idade, a idade ao quadrado, a escolaridade, o tamanho da empresa, o tipo de emprego e a ocupação contribuem na explicação da desigualdade de salários entre homens e mulheres.

Fonte: Revisão da literatura
Elaboração Própria

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a Revolução Francesa, quando surgiu de forma ainda incipiente o movimento feminista, que um grupo de mulheres de forma organizada vêm colocando em xeque os papéis naturalizados e as desigualdades não justificadas. A perspectiva feminista tem se debruçado em revelar que a divisão sexual do trabalho está fincada em uma divisão social estabelecida nas relações de gênero, relações que se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração de um sexo – mulheres - no contraponto da supremacia do outro - homens.

Assim, o debate de mercado de trabalho não pode estar alheio às questões de gênero, entendendo que estas delineiam complexas teias na demanda de trabalho, afetada por preferências discriminatórias, e pela oferta restringida pelo peso da maternidade, pelas responsabilidades domésticas e pelas próprias “preferências” femininas pelo lar.

Em que pese o crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, esse avanço não implicou mudanças expressivas nas assimetrias de gênero nem a equiparação com os homens da atuação laboral. O maior peso que a mulher hoje tem no conjunto da força de trabalho não foi capaz de aniquilar concepções estereotipadas, que desqualificam e secundarizam o trabalho feminino, sendo persistente os diferenciais salariais. A resiliência das assimetrias de gênero no mercado de trabalho, portanto, faz dessa análise uma agenda não apenas não esgotada como imperativa para a promoção da equidade.

Esta tese objetivou investigar as limitações e constrangimentos vivenciados pelas mulheres no mercado de trabalho, com intento de compreender como as normas de gênero podem operar nesse sentido.

Os resultados apontam para vivência, no Brasil, de um regime de cuidados fincado na família, com diminuta oferta pública de políticas que possibilitem desafogar as mulheres da provisão de bem-estar à família. A provisão limitada de creches e pré-escolas, em especial de ensino em tempo integral, a ausência de cuidados formais domiciliares públicos para idosos, a não expressiva oferta de serviço institucionalizado para idosos e a quase ausência de subsídios financeiros para a família cuidar potencializam as dificuldades encontradas pelas mulheres na sua trajetória profissional, ao não disporem de uma oferta pública robusta e disseminada de políticas de articulação entre trabalho e família.

Os avanços na vida pública não foram acompanhados por uma reversão da visão social de que a família e os cuidados inerentes a ela são de responsabilidade primária das mulheres,

com reflexos na atuação econômica das mesmas, como atestado no modelo desenvolvido nesta pesquisa.

O *Probit* Bivariado, com base na PNAD 2015, encontra evidências de que variáveis relacionadas aos cuidados - tais como presença de idosos, de crianças e os afazeres domésticos - podem constranger a participação das mulheres no mercado de trabalho. Já as políticas infantis, a educação, e a experiência são favoráveis à atuação econômica feminina. Os homens, por seu turno, têm sua probabilidade de atuação laboral reduzida, dada a presença de idosos e as crianças na escola ou creche e efeito positivo dos afazeres domésticos, da presença de crianças no domicílio, da escolaridade, e da experiência. Importante sublinhar dois achados que não encontram respaldo na literatura, são eles: o efeito negativo dos idosos na atuação laboral masculina, ainda levemente superior ao das mulheres; e as crianças menores não terem maior probabilidade de redução da atividade econômica feminina que as de maior idade. Pesquisas futuras devem ser efetuadas de modo a aguçar a compreensão entre o processo de envelhecimento populacional e o comportamento laboral dos demais membros familiares. E outros estudos poderiam se atentar também para a possibilidade de mudanças, ainda não tão perceptíveis socialmente, em relação aos constrangimentos das crianças na vida das mulheres.

Assim, as responsabilidades familiares, que estão ainda a cargo exclusivamente das mulheres, têm atuado em duplo movimento restritivo no desenvolvimento profissional feminino. De um lado, restringem a disposição feminina à atuação laboral. De outro, penalizam a remuneração, dadas as dificuldades de articulação entre atividades produtivas e reprodutivas e a secundarização da força de trabalho feminina.

Os modelos de decomposição [Oaxaca (1973) e Blinder (1973), e FFL (2009)] corroboram os constrangimentos vivenciados pelas mulheres no mercado laboral, na medida em que parcela expressiva do diferencial salarial de gênero não encontra amparo nas distintas características produtivas. Há, portanto, em 2015, evidências de discriminação de gênero na economia de modo geral, no setor público e no setor privado.

Para economia de modo geral, o diferencial salarial é maior na parte inferior da distribuição, o que a literatura tem associado ao fenômeno *Sticky Floor*. Já quando se analisa separadamente por setores, percebe-se que a desigualdade tem comportamento ascendente conforme se caminha para os estratos superiores, o que sinaliza a vivência do fenômeno do *Glass Ceiling*, com destaque para o setor público. A maior assimetria salarial no setor público *a priori* soa estranha, dado a literatura considerar esse setor como amigável às mulheres. Essa diferença pode se assentar na menor presença feminina nos cargos de Direção e Assessoramento

Superior - DAS, valendo uma investigação mais aprofundada sobre a atuação das mulheres dentro do setor público e as discriminações veladas.

A análise das covariadas, nos modelos de decomposição, corrobora os apontamentos da teoria feminista sobre as limitações provenientes da desigual divisão sexual do trabalho, na medida em que os resultados apontam que, se as mulheres tivessem maior dedicação ao trabalho produtivo, o diferencial salarial se reduziria. A escolaridade comparece como importante fator, devendo as mulheres dar prosseguimento em investimento educacional para suavizar a desigualdade renda. A ocupação e a área de atuação têm relevo na explicação da assimetria salarial, mas se as mulheres estivessem na posição dos homens, nesses dois quesitos, o comportamento não seria em todos os casos de redução do diferencial. Esse fato não era esperado pode guardar relações com as mudanças que as mulheres têm experimentado na forma de inserção laboral, com a PNAD 2015 apontando que as mulheres não mais ocupam a franja do tipo de ocupação e tipo de atividade laboral.

Os resultados desta pesquisa certificam que as normas de gênero constroem a atuação econômica feminina, sendo imprescindíveis políticas públicas que ampliem o leque de oportunidades profissionais das mulheres, com ênfase nas ações de articulação entre trabalho e família, e medidas que promovam o debate, devidamente embasado, sobre os estereótipos de gênero e a necessidade de seu equacionamento.

As políticas de articulação entre trabalho e família, se acertadamente elaboradas, não apenas são capazes de promover equidade nas relações de gênero como alavancar o desenvolvimento do país, não devendo ser desconsideradas na busca de saídas da crise econômica que assola neste momento o país. Pela perspectiva do gasto em políticas sociais como investimento, nos moldes da experiência social democrata, as políticas de cuidados têm franco potencial de melhorar o emprego e a produtividade, promovendo crescimento econômico e ampliando as bases de seu próprio financiamento.

Nesse cenário de rápida regressão em vários indicadores sociais, nos quais a melhoria foi paulatinamente galgada, as políticas de cuidados, em especial na forma de serviços sociais públicos, podem ser uma rota para ativação econômica e promoção da equidade.